

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LIMITES FLUIDOS

A ação política dos índios itatins nos confins do Paraguai

colonial

(1632-1659)

BRUNO OLIVEIRA CASTELO BRANCO

Niterói

2017

BRUNO OLIVEIRA CASTELO BRANCO

LIMITES FLUIDOS

A ação política dos índios itatins nos confins do Paraguai

colonial

(1632-1659)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Moderna.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elisa Frühauf Garcia

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C349 Castelo Branco, Bruno Oliveira.

Limites fluidos. A ação política dos índios Itatins nos confins do Paraguai colonial (1632-1659) / Bruno Oliveira Castelo Branco. 2017.

163 f. ; il.

Orientadora: Elisa Frühauf Garcia.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal

Fluminense, Instituto de História, 2017.

Bibliografia: f. 145-156.

1. Índio da América do Sul; aspecto histórico. 2. Missão jesuítica. 3. Fronteira. 4. História do Paraguai. I. Garcia, Elisa Frühauf. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

BRUNO OLIVEIRA CASTELO BRANCO

LIMITES FLUIDOS

**A AÇÃO POLÍTICA DOS ÍNDIOS ITATINS NOS CONFINS DO PARAGUAI
COLONIAL (1632-1659)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História.
Área de concentração: História Moderna.

Aprovada em: 29/03/2017

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Elisa Frühauf Garcia – Orientadora (UFF)

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho - Arguidor (MN-UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Celestino de Almeida – Arguidora (UFF)

Prof.^a Dr.^a Eunícia Barros Barcelos Fernandes – Suplente (PUC-RJ)

RESUMO

Este trabalho se detém a analisar a trajetória de um determinado grupo étnico do Paraguai colonial - os índios itatins - durante o período missioneiro, que se iniciou em 1632, com a fundação das missões pelos jesuítas nesta localidade. A história dos itatins, pouco conhecida, está atrelada a construção de um modelo missioneiro pelos inacianos e também ao contexto das incursões dos bandeirantes paulistas, eventos que ocorreram em meados do século XVII. Através dos debates teórico-metodológicos entre a história e a antropologia e da retomada dos escritos sobre a época mencionada, busca-se fornecer elementos para problematizar a situação colonial que se apresentava para os itatins, considerando o lugar destes indígenas em meio às populações nativas do Paraguai. Assim, procura-se demonstrar de quais formas os índios articulavam a sua ação política, que privilegiou a adesão ao projeto missionário. Tal política indígena se opunha à prestação do trabalho compulsório nativo e à escravidão. Deste modo, considerando a presença de diversos atores sociais e privilegiando o ponto de vista indígena, este trabalho também contribui para pensar as conexões entre as histórias coloniais espanholas e portuguesas na América meridional, na medida em que se utiliza do conceito de fronteira para pensar essas relações, marcadas pela fluidez.

Palavras-chave: Itatim – Índios – Missões – Jesuítas – Fronteira – Paraguai colonial.

ABSTRACT

This study examines the history of a given ethnic group in colonial Paraguay – i.e., the native Itatim people – during the Jesuit reduction, starting in 1632, when the Jesuits founded their missions there. The little-known history of the Itatim is linked to a particular mission structure built by the Jesuits, as well as to the incursions carried out by the settlers from São Paulo, in the mid-17th century. By theoretical and methodological debates between History and Anthropology, and by referring to written records on that period, we aim to provide input for addressing the colonial situation which the Itati were introduced to – taking into account the place which they occupied among other native populations in Paraguay. Therefore, we seek to evidence how the Itatim coordinated their political attitude objected the provision of native forced labor and slavery. By looking at the participation of several social players and by giving priority to the indigenous point of view, this study also contributes to reflecting upon links between the Spanish and the Portuguese colonial history in Southern America, as it resorts to the concept of boundary in order to think those fluid relations.

Keywords: Itatim – Indigenous – Missions – Jesuits – Boundary – Colonial Paraguay.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - mosaico étnico do Rio da Prata e Paraguai (séculos XVI-XVIII).....	70
Figura 2 - Configuração das reduções jesuíticas no Itatim.....	97
Figura 3 - Incursões dos bandeirantes (século XVII).....	125
Figura 4 - Expansão das missões jesuíticas.....	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I: O PRELÚDIO DAS MISSÕES	15
1.1.As missões em perspectiva	16
1.2.Política indigenista castelhana	30
1.3.O Paraguai no século XVI	47
Capítulo II: A “EMPRESA” JESUÍTICA DO PARAGUAI	71
2.1. A chegada dos jesuítas	73
2.2.A polêmica da encomienda.....	80
2.3.Contatos com os índios itatins	89
2.4.Negociações e adaptações.....	98
Capítulo III: O NERVO MAIS FORTE DAS FRONTEIRAS	107
3.1. A condição de zona fronteiriça	108
3.2. A presença bandeirante no Itatim	118
3.3. Identidades, etnogênese e dinâmicas sociais	126
3.4. As armas de fogo e o ocaso das missões do Itatim.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
Fontes e referências bibliográficas.....	145

INTRODUÇÃO

Apesar de serem bastante mencionados nas descrições históricas do Paraguai do período colonial, os índios itatins compunham um grupo étnico relativamente desconhecido nos relatos produzidos sobre o tema das missões. Essa situação decorre de dois principais aspectos. Em linhas gerais, pelas lacunas nas informações acerca da localidade do Itatim e pelo fato destes índios habitarem em uma região distante, localizada nos confins dos domínios castelhanos na América do Sul.

Tal condição dificultou a elaboração de um conhecimento aprofundado por parte dos colonos e também religiosos sobre os costumes e modos de vida dos nativos itatins. Contatados pelos missionários tardiamente no processo evangelizador que então acontecia na província, este grupo étnico ocupava uma faixa territorial específica – a chamada província do Itatim – que por sua vez pertencia à grande zona fronteiriça do Paraguai colonial.

Como afirmou o padre Diogo Ferrer, missionário do Itatim que escreveu uma carta ânua sobre as missões em 1632, os jesuítas encontravam dificuldade em denominar quem eram e de onde vinham os itatins, na medida em que estes indígenas dividiam suas terras com diversas parcialidades nativas, como os guaicurús, os paiaguás e os chiriguanos. Ao prosseguir no relato, o padre Ferrer por fim conclui que os itatins poderiam ser considerados parentes próximos dos guaranis porque apresentavam

linguagens e costumes similares daqueles índios. Conclui o missionário que se tratavam afinal de índios “guaranizados”¹.

No princípio da colonização, os guaranis estavam dispersos por diversos territórios da América do Sul, tendo sido os índios que sentiram em maior escala os efeitos da conquista do Rio da Prata no século XVI pelos espanhóis. Apesar de as atividades dos jesuítas na região terem se iniciado em 1587, incentivadas pelos franciscanos, seria apenas no contexto do século XVII que a maior parte dos guaranis integraria o território das missões jesuíticas. Os itatins, por sua vez, esperariam até o ano de 1632 para serem alocados nas reduções pelos missionários. Nesse sentido, o pedido feito pelos itatins em 1614 para que houvesse mais jesuítas atuando na região foi crucial para abrir as portas das relações com os indígenas com os missionários.

Contudo, é importante também problematizar o termo “guarani”, que era genericamente empregado pelos colonizadores para designar esse grande grupo étnico, falante de uma mesma língua. Porém, indo além da questão dos classificadores sociais e as frágeis nomenclaturas atribuídas pelos agentes coloniais aos índios, os guaranis foram tão misturados desde a chegada dos colonos – devido às migrações, deslocamentos forçados e guerras – que se constituíram como um grupo diferenciado².

Essas relações entre etnias distintas no Paraguai se aprofundaram com maior vigor no

¹ Para uma das principais descrições etnográficas do século XVII sobre os itatins, ver a carta ânua do padre Diogo Ferrer presente no segundo tomo de documentos organizados pelo historiador português Jaime Cortesão, publicados pela Biblioteca Nacional (BN) em 1952. Ver: CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, pp.30-31.

² O nome guarani é posterior aos primeiros contatos entre os índios e os espanhóis. Nos relatos do século XVI, o etnônimo “cário” servia para designar os índios que estabeleceram relações de amizade com os espanhóis, surgindo frequentemente nas fontes escritas no período dos contatos iniciais. Sobre os relatos históricos existentes de época que versam sobre alguns costumes dos índios cário, os quais foram utilizados nesta dissertação, ver: CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. *Relación general* [1545]. In: *Relación de los naufragios y comentarios*, vol. 2, edited by Manuel Serrano y Sanz. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1906 ; DIAZ DE GUZMAN, Ruy. *La Argentina manuscrita*. 3ª ed. Buenos Aires: Ed. Estrada, 1955; SCHMIDEL, Ulderico, *Viaje al Rio de la Plata y Paraguay*, Imprenta del Estado, Buenos Aires, 1836. Sobre um apanhado mais geral sobre a história dos guaranis, ver: MONTEIRO, John. “Os guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI e XVII”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo: Fapesp, 1992, pp.476-477.

contexto missioneiro, momento em que os itatins acentuaram os contatos com outros grupos, tanto fora quanto dentro das missões. Não obstante, o próprio relato do padre Ferrer também menciona a amizade dos itatins com os paiguás (considerados infiéis, conforme a percepção dos colonizadores), algo que se confirmou no episódio posterior ocorrido em 1634, quando houve a migração de parte dos itatins com o cacique Ñanduabuçu para a outra margem do rio Paraguai. Esse território era onde estavam localizados os “infiéis” e parte dos itatins foram até lá com o objetivo de fugirem dos ataques bandeirantes.

Existe uma quantidade considerável de trabalhos históricos que abordam diretamente ou fazem referência à trajetória das missões jesuíticas do Paraguai, que surgiram na primeira metade do século XVII³. Naquele período, o Itatim era parte integrante da Província Jesuítica do Paraguai e figurava como “área de contenção” dos limites meridionais do império espanhol, uma vez que fazia fronteira com o território que pertencia à coroa portuguesa. Devido ao posicionamento geográfico estratégico da província paraguaia no período colonial e às relações sociais e econômicas que se configuraram, o passado desta região se articula à formação dos estados nacionais no século XIX e aos processos demarcatórios das fronteiras que delineiam a região platina na atualidade. Assim, além de recuperar o passado indígena, estudar o período missioneiro contribui para o conhecimento mais amplo de aspectos históricos de diversos países da América do Sul, como o Brasil, o Paraguai, o Uruguai, a Argentina e a Bolívia, nos quais a trajetória dos povos originários indígenas é inseparável.

³ MORNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1968 ; HEMMING, John. *Ouro Vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, [1978]2007 ; GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 ; KERN, A. A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido; ensayos de etnohistoria*. 2a. ed. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1988 ; HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões, séculos XVII-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 ; MAEDER, E. J. *Misiones del Paraguay: Conflicto y disolución de la sociedad guaraní*, Madrid: Mapfre, 1992.

O interesse pelo tema das missões do Paraguai e, particularmente, pelo processo missionário do Itatim, surgiu de uma disciplina ministrada pela minha orientadora, cursada durante a graduação, onde tive contato com a questão dos índios das fronteiras. Diferentemente de outras áreas das missões do Paraguai, que foram bastante estudadas, as missões do Itatim conservaram-se relativamente desconhecidas. Estes índios itatins, que viveram nas margens dos impérios ibéricos, permaneceram “invisibilizados” pela historiografia, ou, quando muito, eram mencionados superficialmente nos trabalhos acadêmicos⁴.

A falta de estudos sobre esta região se confirmou como um equívoco, pois o debate indigenista tem encontrado lugar recentemente, tanto no Brasil quanto no restante da América Latina. João Pacheco de Oliveira, ao analisar a presença indígena no nordeste brasileiro nos anos noventa, encontrou a ocorrência de processos de etnogênese⁵, destacando que os indivíduos e os grupos étnicos têm afirmado suas identidades indígenas e estão em busca de direitos por terras e inclusão social⁶. Outro caso também evidencia que esse quadro é compartilhado em outras regiões da América, como o estudo de Monica Quijada sobre os índios do sul da Argentina. Esses índios haviam sido dados como extintos pelo Estado-nacional argentino no século XIX⁷.

⁴ Um grande exemplo é o mapa contido na edição brasileira do conhecido livro de Maxime Haubert, que se detém a realizar uma análise sobre o cotidiano e os modos de vida que operavam nas missões. Quando retratada a região do Paraguai no mapa, é notória a omissão do topônimo Itatim, que não foi especificado, diferentemente das demais regiões. Contudo, o trabalho de Regina Gadelha foi peça fundamental para a retomada do tema das missões do Itatim, muito embora o enfoque dado pela autora fosse relacionado principalmente ao estudo das estruturas econômicas do Paraguai, deixando de lado as relações interétnicas entre os diversos grupos que circulavam nas reduções jesuíticas. Ver, respectivamente: HAUBERT, Maxime. *Op.Cit.* ; GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim...Op.Cit.*

⁵ Para um apanhado sobre os processos de etnogênese nos debates sobre a etnogênese, veja-se: HILL, Jonathan. (Org). *History, Power and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ (Org.). In: *A Viagem de Volta – etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1999, pp.11-36.

⁷ QUIJADA, Mónica. “¿Hijos de los barcos o diversidad invisibilizada? La articulación de la población indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX)”, *Historia Mexicana*, vol.53, n.2, 2003, pp. 469-510.

Porém, os censos demográficos têm demonstrado um aumento no número de indivíduos que se autodeclaram indígenas, derrubando a ideia de que os índios teriam desaparecido a partir de um determinado momento histórico. A “nova questão indígena” tem ganhado cada vez mais espaço na América⁸ e têm suscitado debates sociais, jurídicos e políticos, além de incentivado novas investigações sobre o passado colonial. Nesse aspecto tem se buscado ainda compreender o cenário atual enfrentado, por exemplo, pelos próprios guaranis no estado do Mato Grosso do Sul, localizado no Brasil⁹.

Embora o tema das missões do Paraguai tenha sido o foco de diversos trabalhos produzidos pela historiografia nas últimas décadas, os pesquisadores têm procurado revisitar a vasta documentação existente que trata da região do Rio da Prata, ainda não completamente investigada, informados por novos questionamentos oriundos dos debates teórico-metodológicos no campo da história indígena, que tem direcionado suas reflexões sobre o assunto. Em grande medida, passou-se a incorporar nos estudos etnológicos e historiográficos conceitos fundamentais para a compreensão das trajetórias dos índios, como as noções de “cultura política” e de “ação política coletiva”, baseadas no estudo de Weber sobre os grupos étnicos, onde este autor considerava como elemento transformador das comunidades o sentimento subjetivo de pertencimento e a articulação política em torno de um ideal comum¹⁰.

Na década de sessenta do século passado, o antropólogo Fredrik Barth (inspirado nas ideias weberianas) indicou que o elemento motivador da formação dos grupos

⁸ “Estas poblaciones han adquirido en general un espacio y un papel político inédito”. GIRAUDO, Laura. “Entre rupturas y retornos: la nueva cuestión indígena en América Latina”. In: _____ (ed.). *Ciudadanía y derechos indígenas en América Latina: poblaciones, estados y orden internacional*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007. Cuadernos y Debates, n.179, p.08.

⁹ O recente trabalho do antropólogo Spency Pimentel procura pensar os reflexos da colonização nas questões das demarcações das terras atuais dos guarani-kaiowá. Ver: PIMENTEL; S. K. *Elementos para uma teoria política Kaiowá e guarani*. Tese de doutorado apresentada na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹⁰ WEBER, Max. “Relações comunitárias étnicas”. In: _____. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1994, p.267-277.

étnicos nas fronteiras seria o que ele denominou de “ação política coletiva”, articulada em torno de interesses de comunidade e sentimentos de pertencimento a uma determinada coletividade. Por outro lado, para o antropólogo, a cultura seria um elemento em constante transformação, ou seja, por seu caráter fluido, as manifestações e práticas culturais seriam insuficientes por si mesmas para unificar o grupo étnico. Nessa direção, Barth romperia com as escolas “culturalistas” que buscavam perceber as perdas sofridas pelos índios, deixando de lado justamente a variabilidade de situações e respostas que os nativos davam as situações em que estavam envolvidos¹¹.

Desta forma, nos anos noventa, à luz dos debates enriquecedores provenientes da interlocução entre a história e a antropologia, os historiadores avançaram em apurar as possíveis aspirações dos nativos em meio às fontes primárias escritas pelos agentes coloniais e eclesiásticos. A antropologia forneceu meios para a história repensar as grandes categorias coloniais explicativas e também, a dimensão fluida da constituição dos grupos étnicos. Estes grupos indígenas poderiam se articular por motivos variados, elegendo seus líderes e suas maneiras diversificadas de afirmarem suas identidades, reunindo a necessidade da existência da articulação política com a afirmação de determinado aspecto cultural de destaque que pudesse assegurar seus direitos¹².

Assim, a ótica indígena vem obtendo maior visibilidade nos estudos, encontrando lugar também na historiografia sobre o processo de estabelecimento das missões. O ponto de partida dessas investigações recentes sobre o passado missionário no Paraguai tem se baseado, *grosso modo*, na premissa de que as populações nativas da porção meridional da América do Sul participaram ativa e significativamente do

¹¹ Sobre a análise de Barth, ver: BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. Sobre a questão culturalista, ver o artigo: MINTZ, Sidney W. “Cultura: uma visão antropológica”. In: *Tempo - Revista do Programa de pós-graduação em História da UFF*, nº28, 2010[1982]. pp.223-237.

¹² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “História e Antropologia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*: Rio de Janeiro: Campus, 2011, pp. 151-168.

processo de formação das fronteiras ibéricas no período colonial¹³. Com a chegada dos colonizadores, novas formas de organização do espaço foram apresentadas aos índios, que elaboraram respostas criativas e heterogêneas às situações que se defrontaram. Por outro lado, os europeus tiveram que se adaptar a um contexto bastante adverso, onde não havia recursos suficientes para garantir a submissão dos índios apenas pela força bélica e tiveram que negociar com as lideranças nativas e instrumentalizar suas práticas.

Nessa perspectiva, o espaço da missão despontaria como um grande palco de ocorrência de tensões socioculturais. A noção da missão como um local da ordem e disciplinamento católico, ou seja, estável no tempo, cai por terra quando se matiza os principais modelos explicativos antagônicos que procuraram examinar a adesão dos índios à vida missioneira. Além disso, no caso do Itatim, região que entrou em contato com diversos segmentos da sociedade colonial, a instabilidade era algo muito presente. A presença jesuítica e também bandeirante ocasionou diversas mudanças territoriais na localidade. Os primeiros quatro pueblos fundados em 1632 logo se desmantelariam, dando origem a outros instalados nas margens do rio Paraguai.

As antigas perspectivas de análise sobre as missões indicaram a existência de um comportamento dicotômico. Em outras palavras, os nativos teriam sido paulatinamente subjulgados pela influência da cosmovisão europeia, personificada na figura dos jesuítas, ou estritamente protegidos pelos padres contra os abusos cometidos pela sociedade envolvente. Maria Regina Celestino de Almeida têm reiterado, ao analisar o caso das aldeias coloniais do Rio de Janeiro, como as missões não foram responsáveis apenas pelo esfacelamento do mundo indígena, mas também representaram lugares de

¹³ Ver, por exemplo: GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009 ; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades Negociadas: Povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo: Alameda, 2014 ; NEUMANN, Eduardo. *Letra de índios. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai*. 1. ed. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

intercâmbios e transformações identitárias; processos que os índios vivenciaram nos contatos coloniais. Além disso, indígenas de localidades e grupos étnicos diversificados aderiam ao projeto missionário, onde se misturaram aos índios cristãos já inseridos na lógica do Antigo Regime¹⁴. Quando entraram nas missões, os índios cristãos mantiveram contatos através de relações de parentesco e amizade com os chamados “índios de fora”, os que ainda não haviam sido cristianizados, denominados na literatura de época como “infiéis”¹⁵.

Surge um questionamento inevitável: seria possível falar de uma cultura guarani missioneira que se constituiu nas reduções? A historiografia que trata sobre o período das missões no Paraguai colonial abordou os contatos entre as parcialidades indígenas e os europeus na América meridional de forma bastante simplificada. Considerava que os índios seriam sujeitos passivos à imposição do modo de vida dos colonizadores, coagidos a integrar as missões para fugir da exploração colonial¹⁶.

Indicando um caminho diferente, Guillermo Wilde enfatizou a necessidade de considerar aspectos relacionados às disputas de poder que ocorriam com frequência no interior dos locais missioneiros, entre as lideranças indígenas e os jesuítas, argumentando que as missões se constituíram sobre o alicerce de uma autoridade negociada, ambígua e fluida. Em outras palavras, além de se caracterizarem enquanto áreas de imposição dos costumes europeus em detrimento das práticas indígenas, as missões jesuíticas incorporaram em sua estrutura organizacional diversos costumes

¹⁴ Sobre o processo na América portuguesa, ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹⁵ Sobre essa questão, ver: GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio... Op.Cit.*

¹⁶ Não se pretende negar que os índios buscaram as missões para fugir da exploração, mas sim de complexificar e problematizar em quais circunstâncias o faziam. De qualquer forma, os autores jesuítas foram em grande medida, responsáveis pela construção dessa ideia. Vide: FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Ediciones Teoría, 1962.

nativos, como a manutenção das relações de parentesco e o regime de produção coletiva¹⁷.

Dessa forma, os autores também conseguiram se afastar de interpretações históricas extremistas que limitavam a percepção dos anseios dos índios e valorizavam mais os enfrentamentos entre os jesuítas e os colonos¹⁸. Os grupos de moradores locais, com interesses variados, disputavam o acesso à maior riqueza do Paraguai: a força de trabalho indígena. Essa força de trabalho foi a base da mão de obra que sustentou a frágil economia da região, interligando zonas relativamente afastadas nas fronteiras, como Assunção, São Paulo e Buenos Aires, abastecidas com a exploração dos numerosos braços nativos¹⁹.

Buscando uma diferenciação das abordagens antigas, que defendiam a ideia de que a atuação dos índios teria se baseado na tentativa de preservação de uma pureza originária de suas culturas – e por isso, os nativos seriam sujeitos sem história, uma vez que seguindo esta lógica, a sua cultura teria desaparecido progressivamente – foi proposto por Nathan Wachtel uma interpretação da colonização tomando dois conceitos principais para explicar os contatos entre indígenas e europeus. A aculturação – que se trataria do desaparecimento progressivo, através da assimilação, dos nativos e de suas práticas e tradições – e a resistência – em casos quando os índios decidiram negar a presença da sociedade colonial e mobilizaram o enfrentamento aberto²⁰.

¹⁷ Ver introdução do significativo trabalho de: WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009, pp.19-47.

¹⁸ Por exemplo, ver a tese de: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, [1958], 2012.

¹⁹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Sobre a questão das relações transfronteiriças na América meridional, ver também: MORNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuítas... Op.Cit.*

²⁰ BOCCARA, Guillaume. “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel”. *Memoria Americana* [online]. 2005, n.13, pp. 21-52.

Com o caminho informado por Wachtel, surgiram questionamentos diferenciados por parte dos pesquisadores. Estas novas questões da história indígena passaram a se atentar para a complexidade e multiplicidade de fenômenos sociais que se originavam nesses espaços de relação: os processos de etnogênese, etnificação e mestiçagem. Estes conferiram um caráter de transformação às categorias identitárias dos índios, que desde então foram interpretadas a partir das experiências dos contatos interétnicos e classificadas segundo as lógicas do Antigo Regime²¹. No caso das reduções do Itatim, os contatos ocorriam no interior das missões e também com a sociedade envolvente como um todo, uma vez que esses locais, por mais que fossem periféricos da perspectiva colonial, nunca estiveram completamente isolados.

Este trabalho incorpora os diferentes atores e grupos sociais que vivenciaram o contexto do Paraguai na primeira metade do século XVII: os colonizadores – que foram os missionários, os conquistadores, os governadores, os bandeirantes paulistas – e, sobretudo, os indígenas. Dentre eles, não apenas os itatins, mas todos os que entraram em contato com eles e atravessaram a sua história, como os guaicurus, os paiaguás e os guairás. No entanto, a ênfase da investigação refere-se aos processos históricos vivenciados pelos índios da região do Itatim²².

No século XVII essa área integrava a Província Jesuítica do Paraguai, estando sujeita ao regime da prestação do trabalho compulsório e ao tributo que os nativos

²¹ Sobre a questão das identidades coloniais, ver os artigos de referência: BOCCARA, Guillaume. “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Enlínea], Debates, 2001, Puesto en línea el 08 febrero 2005; POLONI-SIMARD, Jacques. *El mosaico indígena: movilidad, estratificación social y mestizaje en el corregimiento de Cuenca (Ecuador) del siglo XVI al XVIII*, Quito: Abya-Yala, 2006 ; MONTEIRO, John Manuel. “Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais”, In: *Tempos Índios: Histórias e Narrativas do Novo Mundo*, (orgs.) John Monteiro e Carlos Fausto, Lisboa, 2007.

²² Mesmo entre a vasta bibliografia que versa sobre as missões do Paraguai, poucos foram os trabalhos que se dedicaram exclusivamente ao estudo do Itatim. Dentre eles, cita-se: GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim...Op.Cit* ; SOUSA, Neimar Machado de. *A Redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim: entre a cruz e a espada*. Campo Grande: UCDB, 2002 ; COMBÈS, Isabelle. *De la una y otra banda del río Paraguay. Historia y Etnografía de los itatines (siglos XVI-XVIII)*, Cochabamba: Ed. Itinerarios / Instituto de Misionología, Scripta autochtona 15, 2015.

deviam ao monarca espanhol enquanto sua condição de vassalos da coroa. Na época, os itatins viviam relativamente afastados dos núcleos coloniais hispano-criollos, sendo os jesuítas os primeiros a contatar com sucesso esses índios e oferecerem a alternativa de integração às missões. Com a prosperidade da atividade missionária, o espaço reducional passou a atrair não apenas os índios de distintas regiões, mas também colonos espanhóis e lusitanos à procura de mão de obra e, principalmente os bandeirantes oriundos de São Paulo que buscavam cativos nos limites da América portuguesa. Esses exploradores dos sertões foram responsáveis pelo colapso gradativo das missões até a decisiva batalha de M'Bororé (1641), que assegurou a manutenção da fronteira sulamericana do império espanhol e concedeu às reduções autonomia inédita. Mesmo que houvesse incursões bandeirantes no Itatim após a batalha, a mesma foi decisiva para a garantia do status dos índios como as principais guarnições das fronteiras castelhanas na região.

Pensar o processo em microescala da colonização do Itatim, ou em uma escala maior, a da colonização do Paraguai, só se torna possível (devido ao já mencionado caráter fragmentário da documentação do período) quando se incorpora a perspectiva de análise comparativa de outras zonas limítrofes da América colonial. Portanto, além da necessidade de empregar uma troca metodológica com a antropologia, cotejar o caso com outras áreas que também vivenciaram a experiência missioneira nas fronteiras se torna imprescindível para reconstituir as nuances desta sociedade fronteiriça²³.

Nesse sentido, justifica-se a importância de articular as histórias da colonização na América espanhola com a da América portuguesa. Através das fontes, verifica-se que

²³ Não se trata de considerar que as sociedades de fronteira enfrentavam as mesmas condições. Evito a generalização do processo histórico, defendendo os particularismos de cada localidade. Busco perceber a possibilidade de articulação e a conexão entre os contextos em espaços distintos dos impérios ibéricos. Veja-se: GUY, Donna J. & SHERIDAN, Thomas E. (ed.). *Contested Ground. Comparatives Frontiers on the Northern and Southern Edges of the Spanish Empire*. Tucson: The University of Arizona Press, 1998 ; HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

existiam conexões que iam muito além das questões das fronteiras geopolíticas, mas que aludiam, sobretudo a questão indígena. Desse modo, o tema do Itatim contribuiu significativamente para unir os fragmentos históricos dessas regiões de fronteiras incertas.

Boa parte dos documentos utilizados no trabalho foi produzida pelos membros da Companhia de Jesus. Comprometidos com o sucesso da atividade missionária e com a defesa da causa jesuítica, os inicianos descreveram suas impressões sobre os índios por vezes de maneira exagerada, caracterizando-os com frequência segundo estereótipos culturais e comportamentais. Muitos destes documentos estão repletos de relatos edificantes, metáforas e alegorias religiosas, descrições de conflitos com a sociedade colonial. Além disso, faltam informações precisas sobre os nativos e a vida nas missões em determinados períodos.

Entretanto, revisitar as fontes jesuíticas implica necessariamente em um olhar atento para as entrelinhas dos documentos, a fim de resgatar parte da dimensão concreta dos índios, uma vez que os relatos dos missionários jesuítas permanecem como as principais fontes de informação sobre as populações do Paraguai. Isso se deve pelos jesuítas se preocuparem com o intercâmbio de informações, produzindo muitos relatos de naturezas variadas, mas que, de uma forma ou de outra, contribuem para conhecer esses índios no período colonial.

No decorrer das páginas deste trabalho foram utilizadas fontes primárias de tipos diversificados. Menções aos primeiros contatos entre os índios do Paraguai e os colonizadores, que dão conta do contexto histórico anterior ao estabelecimento das missões do Itatim – consolidadas em 1632 – se encontram nas crônicas de viajantes e aventureiros que viveram no Rio da Prata. Ainda que a visão dos índios presente nestas crônicas seja duvidosa, os relatos são imprescindíveis aos estudiosos do tema, como o

do soldado alemão, Ulderich Schmidel, ou ainda na descrição da viagem do conquistador e governador do Paraguai, Álvarez Nuñez Cabeza de Vaca.

A obra do padre Pablo Pastells, publicada em meados do século XX, contém documentação original do *Archivo General de Indias*, relativa à história colonial do Paraguai e também da Argentina, Uruguai, Bolívia e Peru. Embora a seleção de documentos não tenha sido totalmente reproduzida na íntegra pelo jesuíta, que optou por escrever breves comentários sobre cada fonte, esta documentação diversificada se destaca como uma importante fonte de investigação para os estudiosos do tema da colonização do Rio da Prata. Contém em suas páginas algumas resoluções do governo colonial, memoriais, informações sobre a atividade missionária, além de correspondências trocadas entre os diversos agentes do governo. Dentre os cinco volumes, os dois primeiros que fazem referência à primeira metade do século XVII, foram de utilidade inestimável para o trabalho²⁴.

Contudo, a maior parte dos documentos jesuíticos utilizados foram os da Coleção Pedro de Angelis, abrigada na Biblioteca Nacional. Essa fonte riquíssima de documentos foi publicada pela primeira vez pelo historiador homônimo que viveu no século XIX na Argentina. O império brasileiro comprou uma série desses fundos que permaneceram na BN, com parte do conteúdo impresso e outra, manuscrita. Posteriormente, na década de cinquenta, o historiador português Jaime Cortesão compilou essas fontes e as dividiu de acordo com a região que retratavam, a fim de estimular e facilitar futuras pesquisas²⁵.

²⁴ PASTELLS, Pablo (S.J). *Historia de la compañía de Jesus em la Provincia Del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolívia y Brazil), según los documentos originales del Archivo General de Indias*, extractado y antados por Pablo Pastells, S.J, Tomos I-II, Madrid, 1912-1933.

²⁵ CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá*. Vol. I, Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952 ; _____. *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim*. Vol. II, Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952.

No primeiro capítulo, tomo como preocupações a análise do contexto histórico do Paraguai colonial durante o século XVI, apresentando as fontes jesuíticas e situando a pesquisa em meio à vastíssima literatura sobre as missões. No segundo, analiso a inserção dos missionários jesuítas na região, ao longo da primeira metade do século XVII, época em que são fundadas as primeiras missões na localidade. No último capítulo, busco refletir sobre os possíveis significados do etnônimo “itatim”, das categorias sociais indígenas, tomando como pressupostos os novos debates sobre o conceito de fronteira.

Capítulo I

O PRELÚDIO DAS MISSÕES

A primeira parte deste capítulo fará uma discussão geral dos principais escritos que abordam a história das missões do Paraguai, cobrindo o extenso período em que os jesuítas estiveram atuantes na região (1600-1767). O trabalho missionário foi amplamente registrado, como indica a existência de grandes obras gerais escritas pelos inicianos que viveram entre os guaranis do Paraguai, as chamadas crônicas. O objetivo é reconstituir a base da produção historiográfica e documental dos autores que escreveram sobre a temática missioneira, considerando aspectos importantes como a forma que eles abordaram o assunto, a época em que foram escritas as obras e em quais circunstâncias elas foram divulgadas. Essa reconstituição se deu pela necessidade de situar o Itatim na produção dos jesuítas da época moderna.

Na segunda parte do capítulo fundamentado no compêndio de leis da época – a *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*²⁶ – e nas bases da colonização espanhola para a América, discute-se os princípios da legislação indigenista castelhana em relação aos grupos nativos da localidade, tornando fundamental a análise sobre o direito na época moderna. Apesar de esta legislação ter cimentado as relações entre espanhóis e os índios, ela assumiu determinadas particularidades no Paraguai, se moldando ao contexto regional na medida em que passaram a vigorar as leis voltadas para as populações indígenas.

²⁶ *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*. “Libro VI – De los indios”. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1973[1680].

Por fim, na última parte, investiga-se o contexto do Paraguai colonial no período que antecede o estabelecimento das missões jesuíticas. O século XVI foi marcado pela transformação gradual dos índios em súditos da coroa espanhola, processo histórico caracterizado por tensões e dilemas. Os nativos vivenciaram uma série de mudanças em seus modos de vida e alguns deles formaram alianças com a sociedade colonial, como os índios cários, mais conhecidos pela historiografia como guaranis. Longe de ser estática, essa aliança variou conforme os contextos específicos. Os conflitos também eram frequentes com os índios das “nações” denominadas “infiéis”, que, por sua vez, eram considerados inimigos dos espanhóis, porém mantinham relações de amizade e parentesco com os guaranis (cários).

1.1.As missões em perspectiva

As obras dos jesuítas: fontes para a história do Itatim

Desde o princípio da colonização do Paraguai, foram produzidos relatos históricos, que, apesar de possuírem em comum o objetivo de abordar grande parte do tema missionário, possuem enfoques bastante variados. Neste tópico, serão expostas algumas das principais obras sobre o período que tratam de maneira geral e particular, respectivamente, da zona fronteira do Paraguai e do território do Itatim, atualmente parte do estado do Mato Grosso do Sul. Considerando o grosso da documentação jesuítica, o que mais serviu de inspiração para as descrições que surgem no decorrer das páginas dos livros dos jesuítas foram as cartas anuais.

As cartas ânuas são documentos trocados entre os membros da Companhia de Jesus, contendo diversas informações sobre a atividade dos missionários em contato com as populações indígenas. As cartas são escritas pelos jesuítas missioneiros e remetidas aos padres gerais da Companhia, podendo ainda ser enviadas para Roma. Os gerais reúnem essas informações de procedências diferenciadas e elaboram um balanço da atividade desenvolvida pelos inicianos, ressaltando nas cartas o que deveria ser mantido e o que poderia ser mudado. Desta maneira, os sucessos eram exaltados e os erros que precisavam ser corrigidos eram apontados pelos missionários e estudava-se as possibilidades de cada caso. As cartas ânuas, por seu turno, são os documentos mais importantes escritos pelos jesuítas, uma vez que os padres que elaboram o conteúdo das cartas estão em contato direto com os índios. O conteúdo desses relatos, ainda que fosse direcionado a um público específico e buscasse atender aos interesses dos jesuítas envolvidos, que defendiam o valor do seu trabalho apostólico, nos fornece indícios mais detalhados sobre os processos de estabelecimento das missões e os limites e possibilidades da participação dos índios nessa empreitada²⁷.

Antes da discussão acerca das obras gerais sobre as missões – que são fontes cruciais para pensar o tema do Itatim – se faz necessário frisar o sentido comunicativo presente nas cartas ânuas escritas pelos inicianos em atividade. Como apontou Federico Palomo, “sujeta a inevitables formas de control, la actividad escritora constituiría el principal instrumento empleado por los religiosos ignacianos para difundir sus acciones apostólicas, afirmarse en el campo de los saberes y, en general, aumentar su

²⁷ Nesse sentido, utilizo os relatos edificantes presentes nas cartas dos jesuítas para problematizar as questões referentes aos indígenas. Sobre as cartas ânuas, veja-se: EISENBEG, José. *As missões e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p.53.

proyección”²⁸. A comunicação epistolar era um distintivo da Companhia de Inácio de Loyola. Nas palavras de Castelnau-L’Estoile “a correspondência tinha assim um papel estrutural na organização da Companhia de Jesus: ela reforçava a identidade do grupo disperso, permitia adaptar as regras às circunstâncias locais e dava ao centro o meio de exercer uma forma de controle”²⁹. Assim, as cartas eram os documentos que conferiam o sentido de unidade dos jesuítas espalhados em inúmeras províncias e que também serviam para uni-los a Roma e às coroas ibéricas.

Existem ainda as obras gerais escritas pelos jesuítas, reunindo diversos tipos de informação. Assim, se destacam dois momentos distintos de produção historiográfica dos missionários, identificados a partir das tendências seguidas pelas obras jesuíticas em relação ao tipo de comunicação epistolar que desenvolveram naquele período. O primeiro, diz respeito à fase em que os inacianos produziram cartas ânuas e livros breves sobre a atividade missionária, época em que ainda não havia sido criada e estabelecida a província jesuítica, fundada apenas em 1607. Atravavam a história das missões do Paraguai às experiências missioneiras do Peru e também do Brasil³⁰. O segundo momento, refere-se à tentativa dos missionários em produzir uma história generalizada da província paraguaia, pensada como uma região específica, onde relatavam os casos de missão em diversas subregiões do Rio da Prata, como o Guairá, o Itatim, o Tape, o Uruguai e o Chaco boliviano.

²⁸ PALOMO, Federico. “La memoria del mundo: clero, erudición y cultura escrita en los imperios ibéricos de la Edad Moderna”, *Monográfico de Cuadernos de Historia Moderna*. Madri: Anejos, 13, 2014, [introdução], p.16.

²⁹ CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p.76.

³⁰ No prólogo que introduz a obra geral do jesuíta Pablo Pastells, escrito pelo padre Antonio Astrain, consta a discussão sobre a questão das missões do Paraguai terem sido pensadas a princípio como parte integrante das zonas missioneiras do Peru. Essa prerrogativa, posteriormente abandonada pelos missionários, seguia, em tese, as orientações do jesuíta geral do vice-reino peruano, Claudio Aquaviva. Veja-se: ASTRAIN, Antonio. “Prólogo”. In: PASTELLS, Pablo (S.J). *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia Del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brazil)*, según los documentos originales del Archivo General de Indias, extractado y anotados por Pablo Pastells, S.J, Tomo I, Madrid, 1912, p.13.

O jesuíta Pablo Pastells foi responsável por informar os pesquisadores da temática das missões acerca da existência de uma obra escrita pelo primeiro padre provincial do Paraguai, Diego de Torres Bollo, publicada em 1603 com o nome de “Breve relación del fruto que se recoge de los índios del Peru”. Pastells encontrou menções a ela em outros documentos, indicando que ainda não havia nessa época uma preocupação em escrever a história da província do Paraguai, sendo a obra do padre Torres Bollo muito restrita em sua abordagem³¹.

Importante ressaltar o contexto desse momento, em que a Companhia de Jesus chega a Assunção na década de 1580 e, por isto, ainda não havia fixado suas bases para a penetração da região, fator que impossibilitou qualquer iniciativa de escrita sobre as situações as quais os missionários observavam nos contatos com os índios. Isso porque a instituição da missão ainda se encontrava em estágio incipiente e o foco dos inicianos era direcionado à atração dos guaranis ao invés da dedicação às atividades referentes à comunicação epistolar, que eram tão caras e necessárias ao sucesso do corpo jesuítico. Neste aspecto, as experiências vivenciadas pelos missionários que primeiro atuaram no Brasil fundamentaram os alicerces para a gênese do trabalho evangelizador no Paraguai. De acordo com Furlong, “para Nóbrega, para Tomé de Souza y para Anchieta, el Paraguay era parte integrante de una misma expresión geográfica, esto es, del Brasil”. Com o incentivo de proeminentes figuras dentre os jesuítas da América portuguesa, a Companhia pôde estender sua atuação ao Paraguai quando em janeiro de 1588, chegaram ao Rio da Prata os jesuítas portugueses³².

Contudo, alguns inicianos dedicaram-se a abordar o tema, ainda que de forma regionalizada. Em sua obra breve intitulada “Conquista espiritual”, o jesuíta nascido no

³¹ Vide: ASTRAIN, Antonio. “Prólogo”. In: PASTELLS, Pablo (S.J). *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia Del Paraguay, ... Op. Cit.*, p.13.

³² FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Ediciones Teoría, 1962, pp. 25 e 29.

Peru Antonio Ruiz de Montoya dedica suas páginas a falar principalmente do tema da conversão dos índios guaranis. Embora o livro não siga uma sequência linear, ele retoma em forma memorial acontecimentos importantes na província, especificando os episódios que ocorreram no Guairá à época inicial da missão e seu posterior desdobramento³³.

Por seu mérito, Montoya foi um importante ativista da causa jesuítica no Paraguai, tendo sido um dos principais missionários em contato com os índios na região do Guairá, onde ele adquiriu enorme conhecimento sobre os costumes dos guaranis. Devido a sua dedicação ao trabalho missionário Montoya foi nomeado procurador geral da Companhia de Jesus no Paraguai e sua trajetória obteve grande repercussão dentro e fora da ordem. Tornou-se o provincial da região antes de realizar a viagem em nome da Companhia de Jesus, como procurador, em defesa dos nativos contra a exploração do trabalho nativo. Na ocasião da viagem de Montoya à Europa, o missionário encontrou apoio à sua causa e publicou sua obra em Madri, após receber do rei um decreto que proibia a prestação dos serviços pessoais por parte dos índios. Na versão do jesuíta, os moradores locais representavam uma ameaça à sobrevivência das missões porque o governador do Paraguai naqueles tempos, D Luís de Céspedes Xeria os apoiava, tendo recomendado aos inicianos que abandonassem os índios. Os jesuítas acusavam Céspedes de estar mancomunado com os portugueses, uma vez que ele havia visitado o Rio de Janeiro e se casado com a sobrinha do governador, membro da proeminente família Sá e teria chegado ao Paraguai guiado e escoltado pelos próprios bandeirantes³⁴.

³³ MONTOYA. Antonio Ruiz de (S.J). *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Madrid: Imprenta del Reino, 1639.

³⁴ As relações entre os colonos espanhóis e portugueses serão aprofundadas no segundo capítulo desta dissertação. A história de Céspedes Xeria encontra-se em: BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Brasiliana, Volume 353. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto, 1973. pp, 94-99.

Ainda no século XVII é escrito um novo compêndio sobre a província jesuítica, desta vez mais ambicioso em sua abordagem. Redigida pelo jesuíta italiano Nicolas Del Techo em 1673, a obra denominada de *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús* foi separada em catorze volumes, respeitando o critério cronológico e o caráter narrativo da literatura jesuítica. Pela sua amplitude, a obra do padre Techo pode ser considerada como a principal obra geral dos jesuítas no Paraguai escrita ainda no século XVII. O padre Techo viveu e trabalhou entre os índios guaranis do Paraná e do Uruguai, durante boa parte de sua carreira como superior geral da Companhia de Jesus e conhecia profundamente as questões da época enfrentadas pelos jesuítas em seu trabalho apostólico, além de suas atividades burocráticas³⁵. Muito embora seu relato esteja imbuído de um forte espírito edificante, mostrando o índio guarani com um olhar de passividade, seus escritos também serviram para registrar o período do auge da atividade missionária no Paraguai³⁶.

Avançando para o século XVIII, momento em que as reduções atingiram seu ápice econômico e político, os jesuítas se empenharam em realizar um compêndio contendo toda (ou quase toda) a história da província do Paraguai, desde a sua fundação até a expulsão dos missionários inacianos dos territórios hispânicos. Chamava atenção nesses relatos a ênfase dos escritores em afirmar a glória da Companhia de Jesus em meio a um contexto de pressão da coroa espanhola: necessário ressaltar que os inacianos, devido às polêmicas em que se envolveram, acabariam expulsos da Espanha em 1767. A partir da segunda metade do século XVIII, os padres enfrentaram forte oposição de diversos setores da sociedade colonial e necessitavam provar sua relevância

³⁵ OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. “Clio na Companhia de Jesus: notas sobre a historiografia jesuítica das reduções do Paraguai”. *Revista de Teoria da História*, Ano 7, Volume 14, Número 2, Novembro/2015 Universidade Federal de Goiás, p. 82.

³⁶ DEL TECHO, Nicolas (S.J.). *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús*. Versión Del texto latino por Manuel Serrano y Sanz, con un prólogo de Blas Garay. Tomo I-II, Madrid: Librería y Casa Editorial A de Uribe y Compañía. Asunción Del Paraguay, 1897. (Biblioteca Paraguaya).

no trato com os índios. Por esse motivo, as descrições sobre as missões do século XVIII são caracterizadas pela exaltação dos feitos heroicos dos missionários, que teriam salvado os nativos da idolatria. Mostram em seus relatos, o martírio dos jesuítas em sua atividade e a importância deles na manutenção das fronteiras coloniais e na demarcação dos limites entre Portugal e Espanha na América.

Do século XVIII, existem duas grandes obras históricas. A primeira foi escrita pelo jesuíta espanhol Pedro Lozano. Apontado como um habilidoso escritor e profundo conhecedor da história dos jesuítas, ele foi indicado para ser o cronista da Companhia de Jesus na província jesuítica do Paraguai, onde foi o principal indivíduo a escrever contra as determinações do Tratado de Madri em 1750, acordo firmado entre as monarquias ibéricas que removiu parte das populações guaranis da América espanhola de seu antigo território missioneiro, passando-os para a área portuguesa³⁷.

Lozano era professo entre os jesuítas e atuou como missionário na província, onde escreveu e nomeou sua obra, lançada em Madri no fim de 1754, de *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, dividida em dois volumes³⁸. O fluxo textual é bastante semelhante com o da obra do padre Techo, especialmente no que concerne a uma despreocupação com a sequência lógica dos acontecimentos e o primado pela narrativa edificante. No entanto, seu valor é inestimável para os estudiosos do tema missioneiro devido à riqueza de detalhes e a sua consistente escrita, tornando sua consulta indispensável àqueles que buscam compreender o processo de estabelecimento das missões.

³⁷ OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. *Op.Cit*, p.83.

³⁸ LOZANO, Pedro (S.J). *Historia de la conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán*. Buenos Aires: Vol. I-II, 1874.

Também produzido e publicado no século XVIII, foi o livro do francês Pedro Francisco Javier de Charlevoix, *Historia del Paraguay*³⁹. Nascido em 1682, Charlevoix ingressou na Companhia de Jesus e se dedicou a viajar, relatando suas observações mais importantes sobre o trabalho dos missionários. No entanto, nunca esteve no Paraguai. Seus relatos se nutrem muito das obras anteriores de Nicolas Del Techo (1673) e do padre Lozano (1754). Dessa forma, embora os três tomos escritos por ele sobre a história do Paraguai sejam interessantes do ponto de vista informativo, eles se caracterizam por uma vontade de defender, tal como no livro de Pedro Lozano, o espaço que a Companhia vinha perdendo no seio da monarquia espanhola. Na sua versão da história, os famosos inacianos do século XVII, Antonio Ruiz de Montoya, Francisco Diaz Taño e Nicolas del Techo, se convertem em heróis da “causa jesuítica”.

Há uma intenção clara na literatura de Charlevoix em exaltar não apenas o engajamento dos inacianos, como também assegurar a importância que eles tiveram no trato com os grupos guaranis reduzidos. Tendo batalhado para “cristianizar” os índios – que são comparados a bestas e feras monstruosas devido ao seu temperamento inconsistente, expresso na resistência que tinham à evangelização – os jesuítas espanhóis garantiram, assim, a posse do território das missões pela coroa, atuando como importantes agentes religiosos e políticos da Espanha, sem os quais a conquista não poderia ter rendido frutos. Para validar suas reflexões, Charlevoix expõe as supostas dificuldades enfrentadas pelos jesuítas em seus empreendimentos eclesiásticos,

sin hablar de las inmensas fatigas, ni de los peligros de toda especie, inevitables en este nuevo Apostolado, en que hubieron de combatir con todos los elementos, recorrer países intransitables, y cuyos habitantes eran más temibles todavía que las fieras que allí se encuentran á cada paso ¿qué no tuvieron que soportar de los mismos que profesaban la fe?⁴⁰

³⁹ CHARLEVOIX, Pedro Francisco Javier de. (S.J). *Historia del Paraguay*. Del original *Histoire Du Paraguay*, Paris, 1912 [1757].

⁴⁰ CHARLEVOIX,..*Op.Cit*, tomo I, p. 23.

Embora a literatura jesuítica missioneira do século XVIII fosse marcada pela tentativa de elevar o prestígio dos inacianos perante a sociedade da época, a qual fomentava pesadas críticas ao comportamento ambíguo dos missionários, a partir do século XIX, o tema das missões desapareceria dos registros históricos. Isso se deve, em linhas gerais, devido aos índios terem sofrido um processo de “desaparecimento” ou “apagamento” dos registros históricos produzidos no interior dos Estados nacionais latino-americanos, que se instituíram nos termos assimilacionistas. Em outras palavras, as histórias nacionais que se construíram no século XIX alocaram as matrizes indígenas em uma posição de pouca importância, onde seriam gradativamente esquecidas⁴¹. Em consequência a este cenário desfavorável, ocorreu com os nativos do Paraguai um processo histórico semelhante quando houve também uma perda gradual pelo interesse nos assuntos referentes às missões⁴².

Somado a esse fator, havia o cenário difícil enfrentado pelos jesuítas em todo o mundo, situação aonde os padres vinham perdendo espaço e influência. Desde o fim do século XVIII, foi retirado das mãos dos religiosos o controle das missões, que foram sendo transformadas em vilarejos administrados pelos funcionários do Estado, agentes

⁴¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX)”. In: ABREU, Martha ; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 189-212, 2009.

⁴² Os estudos sobre este período são abundantes, ainda que poucos privilegiem analisar o impacto da saída dos jesuítas para as populações nativas. Sobre o processo enfrentado pelos jesuítas e os guaranis missioneiros do Paraguai no período de dissolução das missões, ver: MAEDER, E. J. *Misiones del Paraguay: Conflicto y disolución de la sociedad guaraní*, Madrid: Mapfre, 1992 ; POENITZ, Edgar & POENITZ, Alfredo. *Misiones, provincia guaraníca: defensa y disolución (1768-1830)*. Posadas: Editorial Universitaria, Universidad Nacional de Misiones, 1998. Apesar de tratarem a fundo do tema, concentram-se em suas análises nas instituições políticas das missões, colocando em segundo plano a perspectiva indígena. Trabalhos mais recentes como o Guillermo Wilde, o de Elisa Garcia e, em menor medida, o de Julia Sarreal, por outro lado, vão demonstrar como os índios reagiram de formas variadas ao processo de secularização. Veja-se: WILDE, Guillermo. “Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas. Dinámicas políticas y transacciones simbólicas”. *Revista Complutense de Historia da América*. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas, Argentina: 2001, 27: pp. 69-106 ; GARCIA, Elisa Frúhauf. *Op.Cit.*, 2007; SARREAL, Julia. *The Guaraní and Their Missions. A Socioeconomic History*. California: Stanford University Press, 2014.

laicos que desconheciam os territórios missioneiros e sua população. O ponto crítico ocorreu quando os jesuítas foram expulsos dos impérios português (1759), francês (1762) e espanhol (1767) e o próprio papa VII, pressionado pelas monarquias europeias extinguiu a ordem inaciana oficialmente (em 1773). Porém, com o restabelecimento da Companhia nas primeiras décadas do século XIX, dois jesuítas iriam se empenhar em reanimar os debates sobre o período missioneiro, publicando duas obras de amplo alcance sobre as missões.

Principais obras contemporâneas: a historiografia missioneira

O século XIX foi um período de enormes dificuldades para a Companhia. Animados pelos novos debates políticos, sociológicos e científicos dos oitocentos, os jesuítas passariam pouco a pouco a incorporar uma preocupação com o estilo e formato em suas obras históricas. Conforme visto acima, apesar da expulsão dos inacianos de diversos países, a ordem seria restabelecida em 1814 pelo papa Pio VII e contaria com uma nova direção em suas atividades.

Nesse sentido, informados pelas discussões em torno do “fazer histórico” e a crítica documental que começaram a ser debatidos naquele período, os inacianos passaram a refletir sobre as fontes que usaram para redigir a história da província jesuítica do Paraguai. Dessa forma, segundo sua visão, buscariam perceber nos documentos a expressão de uma “verdade” acerca do passado missioneiro “obscurecido”, no decorrer do tempo, devido às impressões disseminadas pelos historiadores missionários do passado. Afinal, quem seriam os jesuítas e os índios que atuaram, muitas vezes em conjunto, nessa região? Tal mudança de direção na escrita

dos inacianos estava diretamente relacionada ao ressurgimento pelo interesse dos membros da Companhia de Jesus na trajetória das missões guarani-jesuíticas. Mesmo com a saída dos curas das missões, muitas de suas práticas e atividades foram mantidas pelos agentes seculares que posteriormente assumiriam a direção das áreas missioneiras⁴³.

Existem duas obras importantes elaboradas pelos inacianos no século XX que abordam o período missioneiro. Destaca-se como uma das mais citadas pela sua relevância entre as obras gerais escritas pelos jesuítas sobre a história da província, a chamada de *Historia de la compañía de Jesus em la Provincia Del Paraguay*⁴⁴, na qual o jesuíta espanhol Pablo Pastells comenta brevemente mais de seis mil documentos relacionados a toda a região do Rio da Prata e o Tucumán. Publicada em cinco volumes impressos, separados conforme o critério cronológico e divididos em ciclos anuais decisivos para as reduções, estas fontes praticamente inesgotáveis de investigação são fundamentais para os estudiosos da temática missioneira de todas as épocas conhecerem os aspectos gerais e particulares das relações dos nativos em contato com os jesuítas. Além disso, os comentários trazem robustas notas de rodapé com detalhes preciosos sobre esses fundos consultados pelo padre Pastells. Publicada em 1912, a obra do jesuíta passou a ser uma referência para os estudos missioneiros posteriores.

Um dos pontos altos dessa série documental é justamente o esforço do padre Pastells, orientado pela arquivística jesuítica do início do século XX, de realizar uma viagem ao *Archivo General de Indias* localizado em Sevilha na Espanha, e reunir todos os fundos em que encontrasse referências sobre as principais missões instauradas na América do Sul. Por outro lado, a escolha feita pelo inaciano em relatar suas impressões

⁴³ *Misiones del Paraguay: Conflicto y disolución de la sociedad guaraní*, Madrid: Mapfre, 1992. Ver também do mesmo autor: MAEDER. E. J. “Las fuentes de información sobre las misiones jesuíticas de guaraníes”. In: *Teología: revista de la Facultad de Teología de la Pontificia Universidad Católica Argentina*, nº50, 1987, pp.143-63.

⁴⁴ PASTELLS, Pablo (S.J). *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia Del Paraguay*, Op.Cit.

sobre as fontes, ao invés de transcrevê-las na íntegra para depois comentá-las, compromete análises distintas, direcionando em parte o trabalho do historiador. De qualquer forma, a obra contém todo tipo informações. Atas, ordenanças régias, documentos epistolares, pareceres, tabelas, listas, memoriais, dentre outros, que, quando cotejados a outras seriações, podem revelar dados importantes sobre as reduções do Paraguai, permitindo a elaboração de uma história indígena.

Em grande medida, os livros de Pastells influenciaram outro jesuíta, Pablo Hernandez, que escreveu sua *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*⁴⁵. Essa obra – publicada em 1913 – se encontra separada em dois volumes, nos quais são analisados aspectos significativos para a compreensão dos modos de vida das populações nativas no interior das reduções. Nessa direção, Hernandez expõe as características da vida missioneira, onde descreve o conceito de “índio”, a municipalidade de cada redução, o regime econômico e o governo religioso que integravam as diversas reduções criadas pelos jesuítas entre os guaranis.

Por outro lado, a obra de Pablo Hernandez foi a primeira a relativizar a imagem criada do índio guarani pelos jesuítas do passado. Anteriormente vistos como sujeitos instáveis, incapazes de governarem suas próprias vidas, os índios de Hernandez teriam sua importância ressaltada, que os colocaria como as guarnições de fronteira mais importantes que atuaram no Paraguai colonial. Segundo a própria afirmação do autor: “haber sido las milícias Guaranies lá fuerza más poderosa que constantemente intervino en las empresas militares de estos países durante ciento y cincuenta años”⁴⁶. Dessa forma, a obra de Pablo Hernandez desponta como uma fonte repleta de informações

⁴⁵ HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, Vol. I-II, 1913.

⁴⁶ Idem, p. 168.

detalhadas sobre a organização social da vida missioneira e salienta a importância do índio guarani na proteção dos domínios espanhóis na época colonial.

No decorrer do século XX, a temática das missões ganharia novo fôlego. Não apenas os jesuítas, que outrora escreviam sobre o assunto, mas agora também historiadores laicos passam a abordar a questão missioneira. Suas preocupações de investigação tinham influências variadas. Diversos aspectos específicos passaram a ser estudados; relacionados principalmente à economia das reduções, às trocas socioculturais que ocorriam no interior dos *pueblos* e à política administrativa das missões⁴⁷. Também surgiram pesquisas etnográficas interessantes que consideravam o papel dos indígenas na construção dos espaços reducionais, em grande medida influenciados pelas noções relativas às relações interétnicas, mestiçagens e identidades coloniais desses grupos, voltadas para um sentido de análise que passou a privilegiar cada vez mais os diálogos entre a história e a antropologia⁴⁸.

No entanto, é importante mencionar que o objetivo neste estudo de caso é centrar-se nas obras jesuíticas, com o intuito de compreender parte fundamental das fontes e da historiografia que fizeram referência ao período missioneiro, possibilitando assim a abertura de novas perspectivas de investigação acerca das populações indígenas do Itatim. Seria inviável realizar uma revisão exaustiva de toda a bibliografia das missões jesuíticas, tarefa inclusive desempenhada pelos autores Bartomeu Melià e Liane Maria Nagel, em meados dos anos noventa⁴⁹.

⁴⁷ Ver, respectivamente, por exemplo: GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 ; NEUMANN, Eduardo. *Letra de índios. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai*. 1. ed. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015 ; WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

⁴⁸ METRAUX, Alfred. "The Guarani". *Handbook of Southamerican Indians, vol. 3: The tropical Forest tribes*, Washington, Smithsonian Institute, pp.69-94, 1948 ; MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido; ensayos de etnohistoria*. 2a. ed. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1988.

⁴⁹ MELIÀ, Bartomeu & NAGEL, Liane Maria. *Guaraníes y jesuitas en tiempo de las Misiones, una bibliografía didáctica*. Santo Ângelo, URI. Centro de Cultura Misionera, Asunción, CEPAG, 1995.

A atividade jesuítica no Paraguai passou a ser vista como uma experiência e um estudo de caso em uma região de fronteira, dentre os inúmeros trabalhos apostólicos desenvolvidos pelos missionários em diferentes partes da América em outras zonas fronteiriças. O fio condutor destas novas investigações tem apontado para a ideia norteadora de que as missões – anteriormente caracterizadas como locais de desaparecimento gradual da cultura nativa – distinguem-se pela existência de uma perspectiva de negociação. Em outras palavras, o espaço missioneiro incorporava também elementos indígenas em suas matrizes, compondo a imagem de um lugar de interação, etnogênese e ressocialização⁵⁰.

Além disso, buscou-se desconstruir as tipologias que remetiam a uma ideia específica cunhada nos anos setenta sobre as missões, de que estas teriam sido espaços isolados da sociedade colonial. Sobre este aspecto, o trabalho de Álvaro Kern foi fundamental apontando caminhos para outros pesquisadores que se interessavam pela circularidade de diversos atores sociais nos espaços missioneiros, ao contrário do que se acreditava⁵¹. Dentre as novas pesquisas, destaca-se a de Eduardo Neumann, que demonstrou a mobilidade da mão de obra indígena nas missões, quando os índios desempenhavam funções distintas nas cidades coloniais⁵². Elisa Garcia também apontou como os missioneiros circulavam pela região do extremo sul da América portuguesa e, longe de estarem confinados ao espaço reducional, estiveram em busca de seus próprios interesses⁵³.

⁵⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. [Tese de doutorado], Campinas: Unicamp, 2005.

⁵¹ KERN, A. A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

⁵² NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

⁵³ GARCIA, E. F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

Em suma, mesmo que fossem direcionados a ocupar o território do *pueblo*, os índios desenvolviam mecanismos para garantir sua sobrevivência na sociedade colonial, como será exposto e discutido no capítulo seguinte. As iniciativas indígenas, que no passado haviam sido desconsideradas nesses espaços, passam a ganhar destaque. Dessa forma, os historiadores também puderam retornar às antigas obras jesuíticas com novas perspectivas de análise.

1.2. Política indigenista castelhana

Antes de nos aprofundamos no contexto histórico do Paraguai colonial na época da conquista e colonização do Rio da Prata pelos espanhóis, se faz necessário discutir os princípios da legislação indigenista – àquela que se ocupou de reger a administração dos indígenas considerados súditos da monarquia nos domínios ultramarinos da Espanha. Nesse sentido, procura-se entender as nuances que havia no Paraguai em relação a essas diretrizes.

Dessa forma, podemos considerar que o início da política indigenista no Paraguai se deu com após o repartimento realizado pelo governador Domingos Martínez de Irala, que data do ano de 1555, momento em que a *encomienda* seria finalmente estabelecida e institucionalizada no Paraguai⁵⁴. Essa forma de organização laboral de produção era composta em termos pelos modelos medievais espanhóis, dos quais deriva seu nome, e também por parte da estrutura conhecida dos povos andinos do período pré-hispânico. Consistia no desempenho de trabalhos variados pelos índios, que deveriam ser prestados em nome da coroa, prática justificada pela condição subalternizada em que

⁵⁴ IRALA, Domingo Martínez de. “Carta al consejo de Indias. Asunción, 24 de julio de 1555”. *Cartas de Indias*. Madrid: Atlas: pp. 571-578, [1555], 1877.

os nativos se encontravam depois da conquista. Por conseguinte, cabia aos colonos administrar o recolhimento desses tributos pagos pelos índios através das atividades laborais e zelar para que os ensinamentos cristãos fossem passados para os nativos⁵⁵.

Nos primeiros contatos entre os nativos e os colonizadores, majoritariamente os índios tidos como “infiéis” – hostis à presença dos colonizadores, recusando-se a aderir ao modo de vida “cristão” – foram integrados ao sistema da *encomienda*, principalmente através das guerras justas e das expedições de resgate. Posteriormente, a partir da segunda metade do século XVI, foram sendo incorporados também os índios guaranis, considerados como sendo aliados dos espanhóis. Essa extensão das encomiendas está intimamente relacionada à questão da mão de obra indígena, cada vez mais necessária para sustentar a frágil economia da região.

Existiram pelo menos dois tipos principais de *encomiendas* no Paraguai, que separavam os grupos indígenas conforme o tipo de função que desempenhavam. Os chamados *yanacónas* compunham o grupo indígena integrado ao princípio original das *encomiendas* no Paraguai. Constituíam-se como as primeiras formas de trabalho e tributo estabelecidas entre os nativos e espanhóis na região e foram bastante abundantes no período entre a fundação de Assunção até 1555⁵⁶. Diferenciavam-se das outras formas de produção pela necessidade dos índios de prestarem um serviço personalizado a um determinado espanhol particular. No desenrolar do século XVI, a crescente presença de *yanacónas* impulsionou as relações entre os espanhóis e nativos, pois estes

⁵⁵ A bibliografia sobre a *encomienda* é vastíssima. Entretanto, algumas obras se destacam ao abordarem o assunto. Há o pioneiro trabalho de Silvio Zavala, que se debruça sobre um estudo geral acerca da implementação deste sistema na região dos Andes. ZAVALA, Silvio. *La encomienda indiana*. Madrid: Junta para Ampliación de Estudios, Centro de Estudios Históricos, 1935.

⁵⁶ Os *yanacónas* eram os índios que prestavam a *encomienda* vinculados a um amo espanhol, sendo que residiam fora de suas aldeias. Uma vez submetidos a esse sistema, ficavam sob o resguardo particular do colono, tendo direito à moradia e a alimentação básica, em troca da prestação do serviço pessoal. Os *yanacónas* também eram conhecidos como índios de *encomienda* “originais”. Distinguiam-se dos índios *mitayos*, que prestavam serviços coletivos, organizados em jornadas, nos quais os índios ficavam fora de seus *pueblos* de origem e depois retornavam. Para uma excelente discussão, ver: SERVICE, Elman. *Spanish Guarani relations in early colonial Paraguay*, Greenwood Press, Connecticut, 1971.

coexistiam nos mesmos espaços dos encomendeiros. Elman Service foi pioneiro ao destacar a especificidade deste tipo de *encomienda* no Paraguai, indicando basicamente a sobreposição de dois níveis de associação entre os espanhóis e os índios: as relações de tributo e os vínculos de parentesco. Recentemente, Shawn Austin dedicou-se a estudar os testamentos deixados por índios e encomendeiros do Paraguai no intervalo de anos entre 1580 e 1640, percebendo o papel importante das mulheres indígenas nas relações interétnicas que se desenvolviam na região, onde as mesmas eram o vínculo entre estes dois níveis de associação⁵⁷.

Desde o princípio, a necessidade dos braços indígenas foi fundamental para o avanço das frentes coloniais. Paulatinamente, os espanhóis passaram a submeter também seus aliados cários-guaranis da região à *encomienda*. Entretanto, diferentemente dos índios “infieis”, os cários foram vinculados ao sistema, mas de uma maneira diferente. Se antes dos repartimentos de Irala de 1556, eles prestavam majoritariamente serviços pessoais, a partir da segunda metade do século XVI, eles seriam integrados à *encomienda*, porém na condição de índios *mitayos*.

Os índios *mitayos* eram geralmente demandados pelo governo colonial para trabalharem em serviços relacionados à produção de excedentes agrícolas e na construção de obras públicas⁵⁸. Formavam a massa de trabalhadores indígenas que alavancavam as atividades econômicas na região isolada do Paraguai. Permaneciam em seus *pueblos* de origem durante a maior parte do ano, embora estivessem obrigados à prestação do serviço para os colonos. Contudo, durante o tempo em que trabalhavam para os encomendeiros, eram submetidos a jornadas exaustivas de trabalho que duravam entre três e quatro meses. Os próprios caciques guaranis eram os indivíduos que

⁵⁷ Ver: SERVICE, *Op.Cit* ; AUSTIN, Shawn Michael. “Guarani kinship and the encomienda community in colonial Paraguay, sixteenth and early seventeenth centuries”. *Colonial Latin American Review*, 24:4, pp. 545-571, 2016.

⁵⁸ NEUMANN, Eduardo, *O trabalho guarani missioneiro...Op.Cit*, pp.75-97.

organizavam os trabalhadores nas *encomiendas*. Assim, as lideranças indígenas também puderam aumentar seu prestígio, uma vez que estavam isentas do trabalho compulsório⁵⁹.

Segundo as proposições do regime das *encomiendas*, o encomendeiro também possuía obrigações com seus índios encomendados em *yanaconas* ou em *mitayos*, onde “estaban obligados á vestirlos, alimentarlos, medicinarlos é instruirlos en algún arte ú oficio y en la religión⁶⁰. Contudo, os particulares não possuíam direito algum sobre as terras coletivas dos índios em seus *pueblos*, embora existissem pressões para o usufruto dos lotes indígenas uma vez que os guaranis agricultores sustentavam a economia e a subsistência no Paraguai com o cultivo de suas terras. Entretanto, os particulares tiravam proveito da força de trabalho nativa durante períodos mensais ou jornadas especificadas segundo as diretrizes da legislação colonial, que poderiam ser realizadas não apenas em serviços pessoais prestados, como também no fornecimento de produtos primários para o abastecimento dos núcleos coloniais⁶¹.

A característica particular que o sistema das *encomiendas* assumiu no Paraguai foi produto de uma experiência diferenciada das outras áreas onde a mesma também vigorou, sendo resultado direto das estruturas sócio-econômicas que se moldaram na região. A conjunção de distintos fatores, como a dependência econômica do Paraguai em relação às outras regiões coloniais, como o Peru, a ausência de metais preciosos e a decadência demográfica das populações nativas durante os séculos XVI e XVII acarretaram a perpetuação das *encomiendas*. Além disso, se faz necessário considerar

⁵⁹ A questão do papel dos líderes indígenas será aprofundada no capítulo posterior.

⁶⁰ AZARA, Felix de. *Op.Cit.*, vol. I, p. 256.

⁶¹ Para uma abordagem mais geral das relações de trabalho na América espanhola meridional, ver: MORNÉ, Magnus. “A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no período colonial”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. V. 2, São Paulo: Edusp, pp.187-189 ; MONTEIRO, John. “Labor systems, 1492-1850”. In: Coatsworth, H.; Cortés-Conde, Roberto; Bulmer, Thomas V. (eds). *Cambridge Economic History of Latin America vol.1: The Colonial Era and the Short Nineteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 2006.

também a influência dos povos originários, majoritariamente guaranis, envolvidos nesse processo. Os colonos dependiam das estruturas guaranis para a extração de excedentes agrícolas indispensáveis para o estabelecimento da sociedade colonial.

Os índios, por seu turno, também modificaram gradativamente suas práticas, participando de um lento, porém profundo, processo de transformação em todos os níveis. Os guaranis assistiram a uma irreversível mudança em seus modos de vida, na medida em que foram repartidos a tarefas que anteriormente não realizavam e obrigados a aumentar o tempo de trabalho nas atividades: “la paulatina transformación de los conquistadores en empresarios debía ir necesariamente acompañada de la de los ‘indios amigos’ en siervos”⁶². Em suma, os índios se viram cada vez mais pressionados pelo regime das *encomiendas*, sobretudo com o agravante anteriormente relacionado ao choque epidemiológico que dizimou grande parte das populações nativas e levou a uma escassez de trabalhadores disponíveis.

Fosse como fosse, estava instituído o trabalho compulsório no Paraguai colonial no momento em que os colonos articularam os repartimentos, incentivados por Domingo Martínez de Irala. Ao retomar legitimamente o governo de Assunção em 1555 após um conflito com Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, o conquistador incentivou os intercâmbios internos e externos à província do Rio da Prata quando promoveu a fundação da cidade de Ontiveros, localizada nas proximidades da América portuguesa. Dessa forma, os espanhóis puderam articular expedições de resgate e submeter mais indígenas ao sistema das *encomiendas*. Além disso, trocavam os índios capturados com os portugueses: “Permite el gobernador de San Vicente que los indios Carios, que de

⁶² ROULET, Florencia., *Op.Cit.*, p.240.

aquí salen con algunos cristianos forajidos, se vendan y contraten y ponen los de su hierro y señal”⁶³.

Consequentemente, com o alargamento das fronteiras coloniais, propiciado pelo avanço da distribuição das *encomiendas*, a subsistência vigorou, houve um incremento da economia local, sobretudo com a exploração de gêneros alimentícios propícios ao solo da região, como a erva-mate, o algodão e a mandioca. Com a produção de excedentes, as *encomiendas* possibilitaram as fundações de outros núcleos coloniais nos arredores de Assunção, na medida em que foram conquistados novos territórios mais distantes. Expandiam-se as fronteiras e, com isso, cada vez mais os índios seriam solicitados para o trabalho compulsório⁶⁴.

Embora o projeto do governador Irala fosse expandir as *encomiendas* e proteger os interesses dos antigos conquistadores na exploração dos índios, ficou complicado para os outros líderes defenderem essas medidas, num contexto de ampla rebelião indígena. Nesse sentido, as ordenanças dos governadores do Paraguai que datam do final do século XVI podem ser tomadas como um marco divisor das relações hispano-guaranis. Dentre elas, destacam-se as de Juan Ramirez de Velasco (1597) e de Hernaderias de Saavedra (1598) que procuraram regulamentar as atividades realizadas pelos índios, considerando também a importância da construção de igrejas nos povoados, como forma de incentivar o disciplinamento religioso dos nativos.

Introduziu-se um sentido para a difusão do sistema de trabalho, ampliando cada vez mais o número de índios destinados aos particulares e estendendo o tempo de prestação dos serviços pessoais, embora a controvérsia causada pela exploração

⁶³ IRALA, Domingo Martínez de. “Carta al consejo de Indias...”, *Op.Cit.*

⁶⁴ SERVICE, Elman. “The Encomienda in Paraguay”. In: WEBER, David. J & RAUSCH, Jane. M. *Where Cultures Meet: Frontiers in Latin American History*. Wilmington, DE: Scholarly Resource s Inc, 1994[1951], p. 106-107.

indígena estivesse saltando aos olhos da coroa⁶⁵. A divisão das *encomiendas* procurou respeitar os critérios e a hierarquia do mundo colonial. Os encomendeiros mais poderosos e influentes, por sua condição de detentores do poderio de conquistadores, conseguiam obter mais recursos para barganhar com a coroa e com o governo local benefícios que facilitariam o caminho para a utilização de quantidades significativas de nativos.

A queda significativa do número de trabalhadores indígenas levantava outra questão: os debates relacionados aos direitos indígenas seriam amplamente discutidos durante o período colonial, reunindo juristas, teólogos e agentes do Estado; engajados em proteger seus interesses na exploração da força de trabalho nativa, nas mais distintas partes do império espanhol na América. Com o avanço das discussões indigenistas, influenciadas pela polêmica entre Bartolomeu de Las Casas e Sepúlveda, a coroa compreendeu que precisava criar mecanismos estruturados a partir de aparatos jurídicos sólidos e eficazes, com o objetivo de conservar a mão de obra nativa do desgaste físico, proporcionado pelo trabalho compulsório. Contudo, a grande quantidade de situações diferenciadas em toda a América fez com que, no caso do Paraguai fossem ponderadas legislações específicas.

Na região do Paraguai, os missionários foram os principais opositores do trabalho compulsório, representando um entrave aos interesses dos colonos na exploração dos indígenas. Nesse sentido, inspiravam-se no padre Las Casas, que argumentava que a *encomienda* colocava os indígenas em situações análogas à escravidão, devido aos meses de trabalho intensivo, além dos péssimos tratos em que ficavam sujeitos nas mãos dos colonos. Desde os contatos iniciais das décadas de 1530 e 1540, antes que as leis de proteção aos índios fossem lançadas no Rio da Prata, as

⁶⁵ AUSTIN, Shawn Michael. *Op. Cit.*, p.559.

infrações cometidas pelos encomendeiros, no que concerne a exploração da mão de obra nativa, se converteriam nas principais reclamações dos grupos contrários a esse tipo de sistema. Nas áreas centrais, como na Mesoamérica e nos Andes, por exemplo, a abolição desta forma de trabalho já era uma realidade. O primeiro grande passo foi a elaboração das “Leyes de Burgos” de 1512⁶⁶.

Dessa forma, retomemos as principais leis e suas implicações para as populações indígenas. A primeira iniciativa da monarquia espanhola se tratou da mencionada elaboração das chamadas “Leyes de Burgos”. Divulgadas em 1512, antes que os espanhóis chegassem ao Rio da Prata, essas leis institucionalizavam a *encomienda* em toda região de colonização espanhola na América. Porém, reconhecia-se a liberdade jurídica dos nativos e o seu direito à terra. Além disso, foram impostas aos encomendeiros determinadas responsabilidades em relação aos índios submetidos a essa forma de trabalho, como o fornecimento de condições básicas para o exercício das atividades laborais: vestimentas, alimentação e moradia⁶⁷.

Em linhas gerais, a política indigenista da Espanha pode ser dividida em dois momentos de destaque. O primeiro refere-se ao contexto das primeiras repartições das *encomiendas* e vai até o ano de 1541, durante o reinado de Carlos V, época em que as ordenanças régias foram pouco eficazes na administração do serviço pessoal dos índios. Em 1526, por exemplo, foi lançada a lei do “bom tratamento” dos índios, proibindo a escravidão – que passaria a ser permitida apenas em caso de “guerra justa” – e que

⁶⁶ Sobre o tema da polêmica indigenista do século XVI e as proposições de Las Casas, ver a obra de referência: HANKE, Lewis. *The Spanish struggle for justice in the conquest of America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1949.

⁶⁷ Uma discussão aprofundada e recente sobre essa legislação encontra-se em: DOMINGO, Rafael Sanchez. “Las Leyes de Burgos de 1512 y la doctrina jurídica de la conquista”. *Revista Jurídica de Castilla y León*. Burgos: nº 28, 2012.

procurava regular as relações tensas naquele período entre espanhóis e indígenas, envolvidos nas empreitadas de colonização e conquista dos territórios americanos⁶⁸.

Em 1542 há uma ruptura importante em relação às diretrizes monárquicas sobre o assunto e as denominadas “novas leis” são anunciadas pelo imperador Carlos V na Espanha, com a proposta de alcançar os domínios americanos e, com isso, diminuir o poderio reunido pelos antigos conquistadores que agiam de forma bastante autônoma, escravizando os nativos e explorando sua força de trabalho, mesmo com as tentativas da coroa em fazer valer suas prerrogativas. Em grande medida, a ação da coroa passaria a limitar, ou, em casos mais drásticos, revogar os direitos dos espanhóis conquistadores sobre o serviço pessoal dos índios (*yanaconas*) e a diminuir o tempo de prestação coletiva das *encomiendas* relacionadas aos índios *mitayos*. Houve também reformas nos assuntos que envolviam o pagamento do tributo. Essas leis seriam aplicadas em diversas partes da colônia, sendo adaptadas aos seus respectivos contextos regionais⁶⁹.

Entre a legislação jurídico-administrativa e os costumes vigentes há indícios de tensões que remodelavam as decisões estabelecidas. Nessa direção, se faz indispensável à discussão sobre a natureza da legislação indiana, que tem suas matrizes no direito denominado casuístico, formato jurídico vigente durante a época moderna. Acredita-se, então, de acordo com esse tipo de regulação, que os âmbitos de negociação, flexibilidade, adaptação e conveniências faziam parte da própria estrutura jurídico-administrativa da sociedade. Deixava-se que cada caso fosse resolvido particularmente. Desse modo, buscava-se se estabelecer soluções de contendas, momento em que se cunhou uma noção particular de direito e justiça⁷⁰.

⁶⁸ HANKE, *Op. Cit.*, p.90

⁶⁹ *Idem*, p.91.

⁷⁰ Para uma obra fundamental sobre essa questão, veja-se: ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *Casuismo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del derecho moderno*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del derecho 1992.

Karen Spalding, que se dedicou a estudar a estratificação social do vice-reino do Peru durante a época colonial, argumentou que a categoria jurídica de “índio” estaria distante de corresponder à complexa composição étnica dos Andes na época anterior à conquista, demonstrando como esse modelo variava conforme o tempo. Partindo deste pressuposto, a condição indígena teria surgido como resultado direto dos contatos provenientes da conquista da América, e por isso, só pode ser entendida imersa no contexto colonial. Mesmo que os nativos tivessem a sua liberdade jurídica garantida, essa liberdade só pode ser compreendida, em todas as suas nuances, à luz da análise do casuísmo moderno, uma vez que não significava um livre-arbítrio pleno, mas era sim limitado pela condição jurídica, baseada no significado de “ser índio”⁷¹.

Não obstante, os índios possuíam um estatuto jurídico distinto dos demais segmentos da sociedade, que apenas faz sentido inserido na lógica de Antigo Regime, caracterizado pela ênfase nos graus de diferenciação entre os grupos sociais. Ou seja, relegados à sua “qualidade” social de “índios”, os nativos não gozavam dos mesmos direitos e deveres enquanto súditos do rei católico dos outros segmentos na hierarquia, mas tinham obrigações específicas e direitos particulares, próprios de sua categoria social⁷².

Conforme previsto pela legislação castelhana mais conhecida do período colonial, a *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*, os índios deveriam viver em espaços separados dos espanhóis, na medida em que, de acordo com a visão dos agentes envolvidos nessa discussão, o contato direto com a sociedade colonial lhes traria uma série de malefícios. Acreditavam que retirar os índios dos *pueblos* originais

⁷¹ SPALDING, Karen. “¿Quiénes son los indios?”. In: *De indio a campesino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974, pp. 147-193.

⁷² Uma discussão recente sobre o direito indígena, que considera as lógicas do Antigo Regime para pensar as categorias sociais, encontra-se em: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo: Fapesp, 1992.

era danoso, na medida em que os nativos ficavam sujeitos a doenças e ficavam em contato com toda a sorte de “maus costumes”. Esse assunto era constantemente reiterado, como mostra o trecho da lei de 1618, lançada na província do Paraguai:

Habiendo reconocido, que el mayor daño de las Reducciones resulta de sacar Indios de sus Pueblos á título de trajines, ó servir á los caminantes. Mandamos, que ninguna persona, de cualquier estado, y condición, que sea, en ningún caso pueda sacar India, sino fuere con su marido, y que ningún Indio salga de su Provincia, por urgente causa.⁷³

Gradativamente, as entradas e expedições militares foram sendo veementemente proibidas, e os espanhóis, seriam separados do contato direto com os indígenas; pelo menos em teoria. Segundo Charles Boxer, mesmo que os colonos ficassem apartados dos índios eles ainda poderiam capturar os nativos infiéis em expedições de resgate. Contudo, a coroa também iria coibir esse tipo de ação onde “proibiu-se o uso da palavra ‘conquista’, substituída por ‘descoberta’ ou ‘pacificação’”⁷⁴. Ainda que a interdição da conquista militar dos índios date oficialmente da década de 1580, nos anos anteriores já havia se intensificado uma preocupação por parte de determinados setores humanistas, contando com o respaldo da coroa, em barrar a conseqüente destruição a curto e médio prazo das populações nativas. Os índios, por sua vez, seriam sobrecarregados com a sustentação da força de trabalho demandada pela economia colonial em distintos lugares da América.

Essa frágil situação reflete uma nova dinâmica que se estabelecia entre os colonizadores e os índios conquistados. Anteriormente, se poderia caracterizar a política indigenista da monarquia espanhola como uma articulação, por vezes marcadas por sérias tensões, entre os interesses dos conquistadores – que tentavam estabelecer seus

⁷³ “Título XVII, Ley VI. Que los Indios no puedan ser sacados de sus Reducciones, y de qué Pueblos, y à qué distancia podrán salir”. In: *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*. “Livro VI – De los indios”. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1973[1680].

⁷⁴ BOXER, Charles. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 92.

empreendimentos, e a monarquia – que buscava assegurar a possessão do território americano e a submissão dos índios às medidas metropolitanas. Essa tensão permaneceu durante todo o período colonial e foi o cenário que influenciou o debate sobre a questão indigenista. Como escreveu Charles Boxer sobre essa mudança de direção em relação ao trato com os nativos:

As Ordenações de Felipe II em 1573 proibiam expedições armadas, ou entradas, como as chefiadas por Cortéz, Pizarro, Valdivia, Alvarado e outros conquistadores clássicos. A responsabilidade principal pela pacificação das fronteiras foi confiada aos missionários das ordens religiosas, secundados, onde se fizesse necessário, por pequenas escoltas e guarnições militares.⁷⁵

Essa ideia trabalhada por Boxer retoma, em grande medida, a discussão desenvolvida por Herbert Eugene Bolton no início do século XX, em seu artigo inovador sobre o estudo das missões franciscanas e jesuíticas do norte do México. Em sua discussão, Bolton demonstra como os missionários se converteriam nos principais agentes das fronteiras, adquirindo enorme projeção nas expedições e atuando como “pacificadores” dos índios. Em relação a esse último aspecto, o missionário se tornaria um genuíno agente fronteiro e a missão passaria a ser vista como uma instituição de fronteira⁷⁶.

Porém, não cabe neste capítulo explicitar os pormenores das atividades dos missionários, mas destacar essa virada decisiva que ocorreu na política indigenista da Espanha, numa franca tentativa de preservar os nativos, sem os quais, a expansão da colonização seria inviável. Inclusive, a preferência pela prática da missionação permitia ainda que outros grupos indígenas, considerados hostis à sociedade em vias de

⁷⁵ Idem, p.93.

⁷⁶ Sobre a questão, ver: BOLTON, Herbert Eugene. “La misión como institución de la frontera en el septentrion de Nueva España”. *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera*, Anexo 4, Revista de Indias, Madri: CSIC, pp. 45-60, 1990 [1917].

estabelecimento, pudessem ser atraídos para os espaços coloniais, se integrando através da evangelização e dos batismos e não mais como cativos.

As leis indigenistas no Paraguai

Como visto, embora a monarquia castelhana tentasse limitar a escravidão dos índios e controlar o pagamento do tributo, ela encontrava séria resistência dos particulares, que decidiram permanecer no Paraguai após os fracassos nas tentativas de encontrar metais preciosos e atingir a região mineradora do Alto Peru pelo interior do continente sulamericano. A partir do último quarto do século XVI, os colonos buscaram dar um sentido colonizador à província, articulando uma rede densa e complexa de abastecimento de escravos indígenas, sem os quais seus negócios ficariam extremamente prejudicados. Somada a essa prática houve também o incentivo à guerra justa praticada contra os índios tidos como infiéis, esta última responsável pelo aumento significativo do número de trabalhadores indígenas. Mercedes Avellaneda explicou como os colonos faziam para driblar as deliberações régias e legitimar a utilização dos índios:

(...) la esclavitud indígena perduró en algunas regiones hasta final del colonialismo español y fue adoptando nuevos ropajes y justificativos a través de sus defensores. En los territorios de frontera donde se concentraban los principales grupos indígenas que se resistían a la colonización, los españoles realizaban numerosas entradas y tomaban cautivos de guerra, perpetuando una práctica y un comercio lucrativo gracias al argumento de “la Guerra Justa” contra los indios que se negaban a recibir la doctrina y vivir bajo las leyes de la Corona.⁷⁷

⁷⁷ AVELLANEDA, Mercedes. “La esclavitud indígena en el Paraguay. Cautiverio, intercambios y procesos de legitimación, siglos XVI, XVII y XVIII”. In: Salinas, M. L. y M. G. Quiñones (comps.); *Fuentes para la Historia Social. Nuevas miradas y perspectivas*, Buenos Aires: Rosario, Ediciones Didascalía, 2014, p.123.

Assim, as guerras justas representaram durante um longo tempo uma saída para os colonizadores justificarem as expedições de apresamento. Porém, esse não era o único infortúnio enfrentado pelos índios. Um dos principais problemas que surgiram dos contatos entre índios e espanhóis foi a disseminação de epidemias, responsáveis pela diminuição do número de nativos, expostos a partir da colonização a uma série de doenças. Tal como em outras regiões americanas, doenças como a varíola e o sarampo rapidamente se espalharam desde a segunda metade do século XVI, durando até meados do século XVII. No Paraguai, este quadro se intensificou, sobretudo na época das incursões dos bandeirantes. Nesta região, as epidemias tendiam a se espalhar com muita facilidade, atravessando os territórios de ponta a ponta, levadas pelas populações que circulavam nesses espaços. À época das primeiras *encomiendas*, John Monteiro indicou ainda que “o deslocamento de populações para as casa e unidades de produção dos colonos, pontuado pelos primeiros episódios epidêmicos, surtiu profundo impacto sobre a organização social e política dos grupos afetados”⁷⁸. O caráter epidemiológico, não resta dúvida, afetou os índices demográficos indígenas, corroborando a ideia de que os nativos precisavam ser separados do restante dos moradores.

A ação bélica dos antigos conquistadores também foi responsável pela desestabilização nas taxas de mortalidade dos índios. Mesmo que os colonizadores desconhecem o território habitado pelos índios, é importante lembrar que os espanhóis rapidamente se inseriram no sistema de alianças dos povos nativos, perturbando ainda mais a frágil estabilidade da região. Como veremos a seguir, os índios cários se uniram aos conquistadores para vencer a guerra instaurada entre eles e os índios paiaguás, que detinham o controle das principais passagens do rio Paraguai. Nesse sentido, o papel das guerras e também das doenças trazidas e difundidas nos

⁷⁸ MONTEIRO, John. *Op. Cit.*, pp. 483-484.

contatos não podem ser menosprezados enquanto os fatores decisivos para a mudança nas diretrizes da coroa no que tange às políticas indigenistas, tanto no Paraguai como em outras áreas que tiveram experiências similares.

Uma das mais significativas tentativas de implementação da nova lei indigenista na periférica província do Rio da Prata ocorreu no início do século XVII com as chamadas ordenanças de Francisco de Alfaro, lançadas na época de Felipe III. A origem dessas ordenanças está intimamente relacionada à questão dos abusos cometidos pelos encomendeiros em sua exploração da mão de obra nativa. Além disso, logo saltou aos olhos da coroa a falta de clérigos na região do Paraguai, que pudessem dar conta da “evangelização das almas indígenas”. Conforme discutido anteriormente, essa tarefa era a priori dos encomendeiros e, na visão de seus opositores, eles a negligenciavam.

Dessa forma, o Conselho das Índias interviu no caso da província paraguaia e mandou um funcionário régio para investigar a região. Entre 1610 e 1612, Francisco de Alfaro, respaldado pelas novas leis anunciadas pela metrópole castelhana, buscou abolir o sistema da *encomienda* de serviços pessoais⁷⁹. No fragmento abaixo, segue um trecho da lei que seria aplicada em toda a província do Rio da Prata após a visitação de Alfaro:

En las provincias de Tucumán, Rio de la Plata, y Paraguay, no se hagan encomiendas para que los indios sirvan a sus encomenderos, dando este servicio por tributo, aunque sea á título de yanacunas, como en aquellas provincias los encomendaban algunos gobernadores, o en otra cualquier forma; y si de hecho los encomendar el gobernador con esta calidad, las declaramos por nulas, y al gobernador por suspendido del oficio, y más en el salario, que desde la provisión de la encomienda le corriere, y al encomendero, que dé el servicio personal fara, en privación de la encomienda.⁸⁰

O projeto de Alfaro causou profundo descontentamento dos colonos, que tiveram suas *encomiendas* restringidas a duas gerações de conquistadores. Elman

⁷⁹ SERVICE, Elman. *Spanish Guarani relations in early colonial Paraguay*, Greenwood Press, Connecticut, 1971, p. 24.

⁸⁰ “Título XVII. Ley primera. Que en el Tucumán, Rio de La Plata, y Paraguay, no se hagan encomiendas de servicio personal”. In: *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias, Op. Cit.*

Service sintetizou o impacto das ordenanças do visitador Alfaro para a região do Paraguai. Essas ordenanças vinham no sentido de abolir o sistema da *encomienda* original (o serviço pessoal) que além de não pagar os nativos como deveria, exigia longos anos de serviço prestados para um particular. Tais medidas visavam ainda reduzir drasticamente o tempo de trabalho dos índios *mitayos*. Para isto, buscou-se fixar o tributo pago pelos índios e regulamentar as suas condições do trabalho⁸¹.

A estratégia usada pela coroa – fortemente baseada no período das “Leyes Nuevas” de 1542, que já se posicionavam contrárias ao serviço pessoal – seria a de colocar os nativos sob o seu resguardo direto, revertendo as *encomiendas*, em caso de morte do encomendeiro, para a monarquia. Dessa forma, seriam administradas pelos funcionários reais e não mais pelos colonos espanhóis. O tributo pago em produtos e recolhido pelos particulares também seria revertido para a monarquia, passando a ser aceito no lugar da prestação do trabalho compulsório⁸²:

(...) la cual desde luego ponemos en nuestra Real Corona, y nuestra voluntad es, que la prohibición del servicio personal se entienda, no solo de las encomiendas, que se hicieren, sino de las hechas hasta ahora. Y ordenamos, que las hechas antes de ahora sean de indios tributarios, como lo son los demás de nuestras Indias.⁸³

De qualquer forma, as tentativas da monarquia fracassaram veementemente. Mesmo que fossem reiteradas as vontades de Castela nos anos posteriores, a habilidade dos colonos para recriar tanto os mecanismos de apresamento como os de exploração dos nativos seriam bastante eficazes. A conservação desse tipo de relação de trabalho no Paraguai explica-se através da análise das características dessa região de fronteira, local

⁸¹ SERVICE, Elman. *Op. Cit.*, p. 25.

⁸² “New Laws revoked or limited the right of Spaniards to service and tribute from Indians, who would ultimately be put under the crown and administered by paid royal officials along with the other natives known as ‘crown Indians’. This radical step led to a near revolt in Mexico, a serious rebellion in Peru”. HANKE, Lewis. *Op. Cit.*, p. 93.

⁸³ “Título XVII, Ley primera...”. In: *Recompilación...Op.Cit.*

onde o poder colonial era dissolvido em meio aos interesses locais. Dessa forma, se pode relativizar o alcance das políticas indigenistas. Como salientou Victor Tau Anzoátegui, ao invés de tomar o direito no Antigo Regime como algo estático e positivo, deve-se perceber quais foram as crenças e ideias que influenciaram essas legislações, procurando realizar um balanço crítico entre a aplicação destas medidas oficiais e as respostas que os colonos e índios criaram para tais diretrizes; respostas estas construídas a partir de experiências concretas⁸⁴. Nesse sentido, a articulação dos colonos em ambas as margens dos impérios ibéricos em prol dos mesmos interesses, pôde garantir a durabilidade do trabalho compulsório indígena⁸⁵.

Para os índios do Paraguai, que pertenciam a diferentes etnias e eram vinculados a distintos territórios, guardando suas devidas especificidades, as Ordenanças de Alfaro provavelmente foram interpretadas de modo variado. As Ordenanças atacavam diretamente as bases nas quais se estruturaram, no decorrer do século XVI, os vínculos entre brancos e índios no Rio da Prata. Os índios atrelados ao serviço pessoal (*yanaconas*) não compreenderam totalmente o alcance da legislação e viram nessas medidas um empecilho a sua permanência com os espanhóis, os quais em muitos casos eram seus parentes próximos e senhores que conheciam. Difícil afirmar devido às limitações das fontes, mas para o nativo, permanecer nas casas dos espanhóis poderia ser vantajoso, porque ali obtinham, ainda que de forma variada, determinados benefícios, como por exemplo, acesso mais facilitado à moradia e à alimentação e proteção contra seus inimigos.

Por outro lado, os índios *mitayos*, que permaneceram vinculados aos seus *pueblos* originais, consideravam-se livres e organizariam por sua própria conta diversas

⁸⁴ ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *Op. Cit.*, p.10.

⁸⁵ As relações entre os colonos castelhanos e lusitanos serão exploradas com maior profundidade no terceiro capítulo deste trabalho. Adianto aqui, que muitas vezes esses grupos se articulavam para usufruir do trabalho dos guaranis.

rebeliões contra os espanhóis, ou ainda, prefeririam aderir às missões, na medida em que os instrumentos legais para evitar que fossem designados à mita eram mais eficientes quando instrumentalizados com o auxílio dos jesuítas⁸⁶. Em suma, somente com a chegada dos missionários inacianos a partir de 1588, quando os índios passaram gradativamente a integrar as missões, é que se tonificaram essas Ordenanças, uma vez que os jesuítas buscariam manter os índios missioneiros longe das condições de escravidão ou situações que fossem em alguma medida análogas ao cativo. Contudo, é preciso problematizar em quais termos os inacianos apoiaram as Ordenanças e o que buscaram ao assumir o papel de “protetores” dos nativos⁸⁷.

Entretanto, antes de adentrar propriamente no período jesuítico no Paraguai, se faz necessário investigar o instante inicial dos contatos entre os nativos e os espanhóis, enfatizando os seus desdobramentos. As relações estabelecidas entre espanhóis e os guaranis forneceriam a base para a compreensão do panorama da província paraguaia nas primeiras décadas do século XVII, quando as missões seriam definitivamente instauradas.

1.3.O Paraguai no século XVI

Relações hispano-guaranis

O processo da conquista do Rio da Prata no século XVI encabeçado pelos colonizadores espanhóis foi intermitente, tendo sido possível devido ao auxílio dos

⁸⁶ Uma interessante discussão sobre o que representou as Ordenanças para as populações indígenas no Paraguai, encontra-se em: GADELHA, *Op. Cit.*, pp 116-18, 200.

⁸⁷ Esse assunto será analisado mais profundamente no capítulo 2.

índios. No entanto, se faz necessário problematizar quem foram os indígenas que estiveram envolvidos com os colonizadores, pois as populações nativas do Paraguai enfrentavam confrontos desde antes da conquista, disputando os territórios e os recursos da região.

Deste modo, a vitória proporcionada pela atuação conjunta dos índios cários e dos espanhóis, buscando expulsar os indígenas concebidos como “infiéis” – os nativos não convertidos ao catolicismo, segundo a visão dos colonizadores – de suas terras consolidou a presença colonial no Rio da Prata. Este contexto de surgimento das primeiras relações entre índios e espanhóis também influenciou a organização da posterior etapa missioneira, pois os religiosos sempre estiveram presentes desde o início dos contatos⁸⁸. Embora o século XVI não seja o foco desta pesquisa concentra, é indispensável avaliar em quais níveis se constituíram essas relações e quem eram os índios cários-guaranis. Esses mesmos grupos integrariam os núcleos populacionais das reduções, nas décadas iniciais do século XVII, conforme veremos adiante no próximo capítulo.

As concepções distorcidas que os colonizadores tinham acerca dos índios implicaram na necessidade de retomar a discussão sobre a etnia cário. Será que as fontes fazem referência todo tempo aos mesmos grupos? A partir da leitura de textos primários de origem diversificada, depreende-se a ideia de que teriam ocorrido modificações sutis em relação ao que definia tal grupo étnico. Os cários, por exemplo, aparecem na descrição existente na obra de Ruy Díaz de Guzmán como sendo associados aos índios guaranis⁸⁹. Em seus *Comentarios*, o conquistador e governador do Paraguai, Álvaro

⁸⁸ Junto dos primeiros conquistadores do Rio da Prata, chegaram os primeiros missionários da ordem franciscana. Os franciscanos seriam convocados pelas autoridades coloniais para realizarem as missões em regiões mais afastadas dos núcleos coloniais.

⁸⁹ “(...) así en la lengua de los Carios, que son los Guaranís”. DIAZ DE GUZMAN, Ruy. *La Argentina manuscrita*. 3ª ed. Buenos Aires: Ed. Estrada, 1955, p.50.

Núñez Cabeza de Vaca faz uma descrição mais densa sobre os costumes da população indígena guarani:

Esta es una gente y generación que se llaman Guaraníes; son labradores que siembran dos veces en el año maíz, e asimismo siembran cacabi; crían gallinas a la manera de nuestra España, y patos; tienen en sus casas muchos papagayos y tienen ocupada muy gran tierra, y todo es una lengua, los cuales comen carne humana, así de indios sus enemigos con quien tienen guerra, como de cristianos, y aun ellos mismos se comen unos a otros. (...) Es gente muy amiga de guerras y siempre las tienen y procuran, y es gente muy vengativa; de los cuales pueblos, en nombre, de Su Majestad el gobernador tomo la posesión como tierra inicuaamente descubierta.⁹⁰

Na obra de Félix de Azara – funcionário real que escreveu sobre a conquista e a colonização do Rio da Prata cerca de duzentos anos depois da época em que viveu Cabeza de Vaca – é informado que os índios cários passaram a ser conhecidos pelo nome de “guaranis” devido à sua índole guerreira, característica igualmente reforçada no relato do conquistador citado acima, escrito no século XVI, o que faz crer que se tratava do mesmo grupo e que Azara utilizou as mesmas referências⁹¹. Além disso, Alfred Metraux ainda indica que o etnônimo “cário” começa a desaparecer dos registros da época colonial, sobretudo a partir do século XVII, sendo gradativamente substituído pelo termo “guarani” para designar os índios do Paraguai. Entretanto, “guarani” não passava de um nome genérico empregado pelos colonizadores para designar os índios considerados “amigos” dos espanhóis durante o processo de colonização do Rio da Prata⁹².

⁹⁰ CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. “Comentarios”. In: *Relación general de los naufragios y comentarios*. Edited by Manuel Serrano y Sanz. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1906[1545], p. 170.

⁹¹ “(...) antes de la batalla, eran conocidos por el [nombre] de carios”. Veja-se: AZARA, Felix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Rio de la Plata*. Imprenta de Sanchiz, Madrid: Biblioteca Nacional de España, 1847, p. 257.

⁹² “The Guarani were first known as Carijo or Cario, but the name Guarani finally prevailed in the 17th century”. METRAUX, Alfred. “The Guarani”. *Handbook of Southamerican Indians, vol. 3: The tropical Forest tribes*, Washington, Smithsonian Institute, 1948, p. 69. Um dos estudos pioneiros sobre a população guarani do Paraguai durante o período colonial e suas relações com os conquistadores

Contudo, nem todos os indígenas estiveram empenhados em colaborar com os espanhóis ou visaram tirar algum proveito da abertura de uma relação com os conquistadores. Muitos nativos hostilizaram a presença europeia e mobilizaram ataques contra os núcleos coloniais, dificultando a fixação dos moradores e impondo obstáculos à penetração nos vastos sertões. De acordo com John Monteiro, que contabilizou um total de 25 rebeliões indígenas datadas da segunda metade do século XVI no Paraguai, mesmo os guaranis, tidos como pacíficos e considerados como os principais aliados dos espanhóis no processo da conquista, se insurgiram em determinadas ocasiões contra a sociedade colonial e os instrumentos de dominação espanhola⁹³. De qualquer forma, diante de diversas possibilidades, observa-se que os grupos circulavam

As rebeliões de índios infiéis e também de alguns guaranis se transformaram em um dos maiores problemas enfrentados pelas autoridades coloniais no Paraguai durante o século XVI, gerando uma situação de conflito iminente. Tal condição enfrentada por essas populações fronteiriças remete ao conceito cunhado pelos autores Ferguson e Whitehead, definido por eles como “tribal zone”⁹⁴. Na concepção desses autores, “tribal zone” seria uma zona de crescente militarização e violência, onde grande parte das relações seria pensada dentro de um paradigma político específico de amizade e inimizade, confronto e pacificação e afetada pela presença de um Estado. Este seria representado pelo poder monárquico e os setores da sociedade colonial, ambos em contato com os indígenas. Conforme a ideia discutida pelos antropólogos acima mencionados:

espanhóis, encontra-se em: SERVICE, Elman. *Spanish Guarani relations in early colonial Paraguay*, Greenwood Press, Connecticut, 1971.

⁹³ MONTEIRO, John. “Os guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI e XVII”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo: Fapesp, 1992, p. 484.

⁹⁴ Para uma análise mais aprofundada sobre a discussão conceitual destes autores, ver capítulo: FERGUSON, R. Brian ; WHITEHEAD, Neil. “The violent edge of empire”. In: *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 1992.

The frequent effect of such an intrusion is an overall militarization; that is, an increase in armed collective violence whose conduct, purposes, and technologies rapidly adapt to the threats generated by state expansion. That area continuously affected by the proximity of a state, but not under state administration, we call the 'tribal zone'. Within the tribal zone, the wider consequence of the presence of the state is the radical transformation of extant sociopolitical formations, often resulting in 'tribalization,' the genesis of new tribes.⁹⁵

Traçando um paralelo com o caso do Paraguai, é fundamental atentar para as consequências da presença dos espanhóis, envolvidos desde a década de 1530 nas disputas interétnicas dos nativos. Os segmentos coloniais passaram a interferir nas relações de aliança formadas durante o processo da conquista, desencadeando a formação de novos grupos étnicos. Este aspecto foi crucial para redefinir a “tribal zone” e o jogo de forças na região de fronteira. Ainda que distante, o poder metropolitano se fazia sentir nessa região, alterando as formas de vida dessas populações em constante relação e sendo alterado também pela presença dos índios. Assim, a área passou a ser caracterizada pela instabilidade e marcada por disputas situacionais entre os índios e os colonizadores.

Nesse sentido, os colonos tiveram que optar por duas principais saídas durante o processo da conquista. Uma delas – tarefa bastante dificultosa que se mostrou logo inviável, visto a discrepância demográfica entre espanhóis e indígenas – seria o enfrentamento direto. Contudo, a falta de recursos humanos e materiais impedia a solução pela via de grandes campanhas bélicas. Dessa forma, buscou-se a alternativa da constituição de alianças amistosas e parentais com os grupos nativos⁹⁶.

⁹⁵ Idem, p.03.

⁹⁶ Um trabalho de referência sobre o assunto que impulsionou o estudo sobre as primeiras relações entre os espanhóis e os guaranis foi o de Elman Service. Neste trabalho, pioneiro em diversos aspectos, o historiador se dedica a análise dessas relações através da reflexão sobre o papel das *encomiendas* no Paraguai. Ver: SERVICE, Elman. *Spanish Guarani relations in early colonial Paraguay*, Greenwood Press, Connecticut, 1971.

Em relação à última solução, adotada pelos colonos principalmente a partir de 1556, Elisa Garcia frisou a importância para as sociedades que se constituíram em conjunto com os grupos guaranis, do papel desempenhado pelas índias. Estas foram conferidas aos primeiros conquistadores pelos líderes indígenas para exercerem importantes funções como serviçais domésticas, carregadoras, parceiras sexuais e agricultoras, além de ser consideradas como símbolos de prestígio no mundo poligâmico dos povos guaranis. Os espanhóis, atentos aos costumes indígenas, tomaram como esposas diversas mulheres nativas nessa sociedade, abrindo as portas para as posteriores relações de parentela entre os brancos e os índios⁹⁷.

Para que vingassem as relações hispano-guaranis era preciso que esses grupos se unissem contra seus inimigos em comum. Regina Gadelha apontou os obstáculos enfrentados pelos moradores locais – então em conflito com grupos nativos de paiaguás – quando tentaram garantir o florescimento de alguma atividade econômica que promovesse o desenvolvimento da região e o avanço da sociedade colonial. De acordo com Gadelha, Assunção, fundada em 1537, foi sitiada pelos paiaguás e guaicurús, tendo os colonos e os guaranis enfrentado períodos de fome⁹⁸.

Diversas são as referências à oposição dos índios à colonização nas crônicas dos viajantes que estiveram no Rio da Prata. As relações entre espanhóis e os índios cários – habitantes dos arredores de Assunção – são vistas de forma simplória e estática pelos estudiosos que abordaram o século XVI, pois foram, durante muito tempo, caracterizadas pela existência de uma “aliança estável” entre esses grupos.

⁹⁷ Essa prática era comum entre os guaranis. Os líderes guaranis trocavam as mulheres nativas por objetos que lhes fossem de valor. Ver artigo: GARCIA, Elisa Frühauf. “Conquista, sexo y esclavitud em la cuenca Del Río de la Plata. Asunción y São Vicente en mediados del siglo XVI”. *Americanía. Revista de Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época, Sevilla, n. 2, 2015.

⁹⁸ Sobre detalhes destes eventos, ver: GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 74-76.

No entanto, a ideia desenvolvida nesta parte do capítulo – partilhada por uma vertente recente da historiografia que escreve sobre esse período – é a de que tais alianças foram, assim como os etnônimos, marcadas por conjunturas específicas⁹⁹. Os cários, por exemplo, encontravam na figura dos espanhóis, fortes aliados contra seus inimigos do Chaco. No trecho destacado abaixo, contido na obra de Félix de Azara, os guaranis lideraram uma rebelião contra o jugo espanhol. No caso narrado por ele, os filhos do cacique principal Curupirati sublevaram outros índios para que se juntassem à revolta contra a expedição dos espanhóis, encabeçada por Nuflo de Chaves e patrocinada pelo governador do Paraguai, Francisco de Ortiz Vergara. Devido à crescente necessidade do emprego do trabalho indígena nos anos posteriores à fundação de Assunção, os abusos cometidos pelos colonos eram cada vez mais frequentes em relação à exploração dos índios, sendo que os nativos:

Pablo y Nazario hijos del cacique Curupirati, que habían vuelto de los jaraies con los que no quisieron seguir á Chaves, consiguió sublevar á la mayor parte de los guaraníes contra los españoles, logrando matar á algunos que cogieron dispersos en la campaña.¹⁰⁰

O levante cário é narrado com maiores detalhes por Ruy Díaz de Guzmán, que esteve na região no século XVI:

todas las encomiendas y pueblos de aquella provincia se rebelaron contra los españoles, hasta los Samocosis de la otra parte del río Guapay, con quienes tuvo Nuflo de Chaves grandes reencuentros y reyertas, que costaron muertes de ambas partes, porque se salieron los más de ellos con los Chiriguanos sus circunvecinos con gran daño y perjuicio de nuestra gente, impidiendo la comunicación y camino del Perú.¹⁰¹

⁹⁹ ROULET, Florencia. *La resistencia de los guaraní del Paraguay, a la conquista española (1537-1556)*. Posadas: Ed. Universitaria Universidad Nacional de Misiones, 1993 ; TUER, Dorothy Jane. *Tiger and Crosses: the Transcultural Dynamics of Spanish-Guaraní Relations in the Río de la Plata: 1516-1580*, PhD Thesis, Department of History, University of Toronto, 2011.

¹⁰⁰ AZARA, Felix de. *Op.Cit.*, vol II, pp.166-167.

¹⁰¹ DIAZ DE GUZMAN, Ruy. *La Argentina manuscrita*. 3ª ed. Buenos Aires: Ed. Estrada, 1955, libro IV, p.354.

O trecho acima mostra como era importante para os espanhóis construir relações de amizade com os índios, pois as revoltas indígenas eram extremamente preocupantes à sobrevivência dos colonos. Os índios eram acostumados à guerra. Os cários-guaranis são descritos fisicamente pelo aventureiro e soldado alemão Ulderich Schmidel, que viveu com os primeiros conquistadores do Paraguai, como “pequeños y gordos, y más trabajadores que los demás”. No seu relato, parece evidente a preponderância dos cários na região sobre os outros grupos indígenas, onde eles surgem como guerreiros ferozes e tão preparados para o combate que possuíam fortificações nas margens dos rios: “Hacen estos Cários más largos viajes que los demás indios del Rio de la Plata. Son feroces en la guerra, y tienen sus poblaciones y fortalezas cerca del rio, en parajes altos”¹⁰².

Entretanto, grande parte dos cários preferiu estabelecer laços com os espanhóis, através das políticas de matrimônios com as mulheres nativas e formação de alianças militares com os conquistadores locais. Alguns índios dentre os cários eram “fiéis” às recomendações dos capitães hispânicos, acreditando que venceriam seus inimigos por meio de alianças firmadas com os conquistadores, introduzindo em suas tropas a cavalaria e, ainda que escassas, algumas armas de fogo. Assim, os nativos potencializaram sua força bélica no confronto com outras parcialidades indígenas rivais.

Ainda que vários índios se mostrassem receptivos aos espanhóis, alguns guaranis puderam cultivar e organizar sua “resistência”, que em determinados momentos contestava a presença colonial. É necessário esclarecer que essa resistência não se traduzia em “uma luta armada contra um inimigo comum”, mas era constituída, conforme demonstrou Florencia Roulet, por múltiplas formas de contestação. Em relação às motivações dos índios, estas eram variadas: poderiam estar relacionadas à

¹⁰² SCHMIDEL, Ulderico, *Viage al Rio de la Plata y Paraguay*. Imprenta del Estado, Buenos Aires, 1836, “capítulo XX – de los pueblos cários”.

busca por alianças com os conquistadores para vencer grupos indígenas inimigos, à tentativa de preservação de seus territórios e à projeção de suas lideranças, principalmente quando decidiam manter determinadas práticas culturais que lhes fossem interessantes. Dessa forma, os cários se lançaram em campanhas e expedições junto aos espanhóis contra os grupos nativos habitantes do Chaco boliviano, do outro lado do rio Paraguai¹⁰³.

Por outro lado, os espanhóis perceberam a lógica da guerra que caracterizava as relações nativas, sobretudo entre os cários, os agaces e os paiaguás. Estes últimos senhoreavam os caminhos navegáveis dos rios mais importantes da localidade, especialmente o rio Paraguai, dificultando o trânsito livre pela região. Nos relatos de Schmidel, ele indica como os cários associaram-se ao capitão Juan de Ayolas, demonstrando interesse em aliar-se aos conquistadores europeus para derrubar a preponderância dos paiaguás e agaces nas margens navegáveis do rio Paraguai. Em suas próprias palavras, na expedição de fronteira e no episódio de ataque arquitetado pelos moradores de Assunção aos índios infiéis em 1538, dizia que “asistían á todo los Cários con mucho cuidado y sumisión, y prometían obedecer fielmente en todos los puntos las órdenes del capitán”¹⁰⁴.

A complexidade étnica dos diversificados grupos indígenas que frequentavam a região do Paraguai impunha condições relacionais distintas para essas populações, uma vez que os povos nativos também trocavam informações e constituíam laços de amizade e trocavam produtos entre si. Migravam de acordo com a condição climática, a qualidade do solo e a disponibilidade de alimentos.

¹⁰³ Roulet comenta que os índios chaquenhos eram “enemigos tradicionales de sus vecinos guaraníes” e, portanto, “fueron elegidos por éstos como las primeras víctimas sobre las que ejercitarían el enorme poder que les daba su alianza militar con los españoles”. Ver: ROULET, Florencia, *Op. Cit.*, 1993, p. 56.

¹⁰⁴ SCHMIDEL, Ulderico, *Viage al Rio de la Plata y Paraguay...Op. Cit.*, “capítulo XXIII - Quedan los soldados en la Asumpcion; reconocen el sitio y condicion de la tierra, y suben por el rio mas arriba”.

A partir da segunda metade do século XVI, a aproximação dos índios cários com os conquistadores conseguiu pressionar uma parte dos paiaguás infiéis para as regiões mais afastadas dos assentamentos coloniais. Por fim, esses índios ribeirinhos acabaram atravessando a outra margem do Rio Paraguai, tendo se misturado às outras parcialidades, buscando fugir do jugo espanhol. Assim, os cários livraram o forte de Assunção dos assaltos contínuos promovidos pelos índios infiéis, tendo formado a aliança hispano-guarani quando prestaram auxílio aos conquistadores em momentos críticos em que enfrentaram conjunturas de fome e pobreza generalizada. Os índios colaboravam fornecendo suprimentos:

(...) llegaron a un lugar de indios de la generación de los Guaraníes, los cuales con su principal y hasta las mujeres y niños, mostrando mucho placer los salieron a recibir al camino, dos leguas del pueblo, donde trajeron muchos bastimentos de gallinas, patos y miel y batatas y otras frutas y maíz y harina de piñones.¹⁰⁵

Embora as populações nativas ajudassem os espanhóis, só o faziam quando os conquistadores se mostravam amigos e os tratavam de forma adequada. Nesse aspecto, a presença dos governadores e capitães era crucial para o sucesso nas negociações com os nativos. O relato de um dos mais importantes governadores do Paraguai no período dos primeiros contatos, Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, é bastante revelador sobre esse aspecto, mostrando um pouco como os índios viam os espanhóis e o que esperavam deles:

[El gobernador] con muy gran diligencia fue caminando por la tierra pasando por muchos lugares de indios de la generación de los Guaraníes, los cuales y otros muy apartados de su camino los venían a ver cargados de mantenimientos, porque corría la fama (según esta dicho) de los buenos tratamientos que les hacía el gobernador y muchas dadas que les daba; venían con tanta voluntad y amor a verlos y traerles bastimentos y traían

¹⁰⁵ CABEZA DE VACA, Álvaro Nuñez. “Comentarios”. In: *Relación general de los naufragios y comentarios*. Edited by Manuel Serrano y Sanz. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1906[1545], capítulo VIII, p.176.

consigno las mujeres y niños, que era señal de gran confianza que deles tenían, y les limpiarían los caminos por do avían de pasar.¹⁰⁶

A descrição de Cabeza de Vaca é bastante conhecida por construir uma visão idílica do que foram esses contatos, mencionando que os guaranis serviram aos cristãos de forma “pacífica”. Cederam mulheres para os espanhóis e forneceram serviços e alimentos necessários à sobrevivência dos colonos. Porém, quando comparados os relatos de Cabeza de Vaca e os de Schmidel, percebe-se que eles constroem percepções distintas no que se refere à beligerância dos cários e aos graus de passividade e de atividade dos índios nestes contextos. Os protótipos acentuadamente antagônicos que os índios assumiram quando descritos pelos colonizadores (“bárbaros/civilizados”, “cristãos/infiéis”), que há muito moldaram as interpretações do discurso sobre nativos necessitam serem desconstruídos e problematizados, a fim de atingir a concretude dessas relações de mestiçagem. De qualquer forma, as alianças estabelecidas com os cários entre 1537 e 1556, eram mais fluidas do que a princípio aparentavam nos relatos históricos, algo sugerido com mais detalhes na obra de Schmidel. Também é preciso considerar o discurso presente nestas fontes.

Constantemente, os cários também ameaçavam os poucos grupos de espanhóis que viviam no Paraguai. As articulações de guerra, aliança, amizade e solidariedade eram reformuladas, especialmente em quadros de enfrentamento entre os grupos indígenas liderados pelos caciques e xamãs, contrários às entradas de espanhóis em seus territórios, que desarticulavam os povos nativos:

Los Cários, hasta entonces nuestros amigos, tenían gran gusto en vernos reñir, y trataron de matarnos á todos, ó echarnos de la provincia. Toda la provincia de los Cários con otras, y los Agaces, se levantaron contra

¹⁰⁶ Idem, capítulo XIII, p. 190-91.

nosotros; por lo cual, precisados, volvimos á la unión primera, é hicimos paz con los Yaporús y Nagases, naciones que tendrían 5,000 indios de guerra.¹⁰⁷

O fragmento de Schmidel faz alusão ao período posterior ao início das disputas civis entre as facções de conquistadores do Paraguai, onde os cários teriam se sublevado contra o aumento dos repartimentos de *encomiendas*. A contenda que ocorreu durante a década de 1540, apartava dois lados com propósitos distintos em relação às populações indígenas. De um lado os chamados *comuneros*, que se viam representados na figura de Domingo Martinez de Irala, e que eram ligados aos interesses dos antigos conquistadores em aumentar o número de índios delegados ao trabalho. Havia também os *leales* que reiteravam a decisão da monarquia em defender a posição do *adelantado* Álvaro Nunez Cabeza de Vaca, e era composto pelos particulares que tinham acesso reduzido aos índios de serviço, que buscavam alavancar sua projeção política e econômica¹⁰⁸.

O caso mais conhecido de conflitos entre os conquistadores gira em torno do cargo mais importante da localidade, relativo à disputa pelo governo de Assunção. Eleito pelos moradores da região, como o apoio dos oficiais reais, Domingos Martinez de Irala organizou uma rebelião contra o *adelantado* indicado por Castela para comandar o Paraguai, Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, em 1544¹⁰⁹. Os anos de 1545 e 1546 foram de grande instabilidade política e rebeliões dos cários que ocorreram concomitantemente, por conta do enfraquecimento dos conquistadores que mergulharam o Paraguai em uma guerra civil generalizada. Cabeza de Vaca acabou

¹⁰⁷ SCHMIDEL, Ulderico, *Viage al Rio de la Plata y Paraguay...* Op. Cit., "capítulo XLI – Discordia de los cristianos, disposiciones de los Cários contra ellos: los Yaporús y Nagases ayudan á los españoles".

¹⁰⁸ Para a ocasião do confronto entre os conquistadores e as formas de inserção dos índios neste conflito, ver: TUER, Dorothy Jane. *Tiger and Crosses: the Transcultural Dynamics of Spanish-Guaraní Relations in the Río de la Plata: 1516-1580*, PhD Thesis, Department of History, University of Toronto, 2011, pp. 200-225.

¹⁰⁹ "Los 'conquistadores viejos' veían em Cabeza de Vaca la personificación de esa injerencia real que tanto deseaban neutralizar porque limitaba notoriamente su libertad de movimientos". FLORENCIA, Roulet., *Op.Cit*, p.107.

preso e mandado de volta para a Espanha, onde foi julgado e destituído do governo da província por ter cometido supostamente o crime de mau governo. Embora a monarquia estivesse preocupada em submeter o poderio dos conquistadores, encontrava forte resistência do poder local, simbolizado na instituição dos *cabildos*.

Posteriormente, a partir de 1558, a direção expansionista pretendida por Irala seria bem sucedida e as autoridades coloniais repartiriam os índios cários entre os encomenderos, resultando em levantes significativos das populações guaranis. A famosa repartição das *encomiendas* de Irala teria reflexos preocupantes para as relações hispano-guaranis. Os índios se viram cada vez mais pressionados a prestação do trabalho compulsório e a segunda metade do século XVI foi marcada pelo aumento da insatisfação indígena diante das ambições dos colonos:

Empadronáronse en la comarca de esta ciudad 24000 indios Guaranís, que fueron encomendados por el Gobernador Domingo Martínez de Irala, a los conquistadores antiguos: están poblando los naturales, y encomiendas de este distrito a la misma mano, río arriba, hasta la provincia de Jerez, gozando de muchos ríos caudalosos que entran en este del Paraguay.¹¹⁰

As rebeliões dos guaranis eram também comandadas por chefes locais – como as revoltas encabeçadas pelos caciques Tabaré e Guarambaré – o que levou os historiadores a questionar a importância das lideranças guaranis no contexto do século XVI. No decorrer do século, essas revoltas nunca cessaram por completo no Paraguai. Porém, as últimas insurreições ocorridas no período, demonstram que o xamanismo guarani também possuía enorme influência naquela sociedade. Alfred Metraux menciona, por exemplo, a revolta desencadeada por Obera em 1579 (um influente xamã local) que haveria prometido aos índios um suporte místico aos guaranis na luta contra os homens brancos do Paraguai¹¹¹. Bartolomeu Melià, que analisou esses movimentos

¹¹⁰ DIAZ DE GUZMAN, Ruy. *Op. Cit*, Libro I, pp.41-42.

¹¹¹ METRAUX, Alfred. *Op. Cit*, p.77.

xamânicos, percebeu que eles embora fossem imbuídos de um espírito anticolonial, incorporavam a simbologia e a cosmovisão do catolicismo de forma ressignificada¹¹².

Experiências similares foram verificadas em outras áreas como no caso da conhecida Santidade de Jaguaripe na Bahia em 1580, estudada por Ronaldo Vainfas, aonde os índios realizavam batismos “às avessas”, ou seja, incorporavam as práticas do catolicismo conforme seu próprio entendimento, mas de maneira autônoma. Contudo, alguns desses movimentos messiânicos renegavam completamente os costumes europeus e buscavam reviver os pré-hispânicos, ainda que fosse de uma maneira inédita na localidade. Esse parece ter sido o caso do Peru, onde também se constatou a existência de movimentos messiânicos que contestavam a dominação espanhola, caso, por exemplo, do “Taki Onqoy” na década de 1560, que consistia em revificar as práticas religiosas dos incas, como forma de contrapor a dominação europeia¹¹³.

Fosse como fosse, as rebeliões guaranis malograram principalmente porque boa parte dos índios guaranis tinha interesse na manutenção das relações com os espanhóis, como visto anteriormente. Porém, os constantes quadros de lutas entre as facções no Paraguai foram responsáveis por instaurar um contexto de insegurança e dúvida. Importante lembrar que a sociedade colonial do Paraguai ainda se encontrava em vias de consolidação. Nessa situação de indefinição, o Itatim seria alcançado pelos colonizadores pela primeira vez. Estes, impulsionados pelo projeto do governador Irala, procurariam apropriar os índios itatins ao regime das *encomiendas* e desbravar os sertões à procura de metais preciosos.

¹¹² MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido; ensayos de etnohistoria*. 2a. ed. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1988.

¹¹³ Ver, respectivamente: VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 ; STERN, Steve. “Una divisoria histórica”. In: *Los pueblos indígenas del Perú y el desafío de la conquista española-Huamanga hasta 1640*. Madri: Alianza, 1986, pp. 93-132.

O Itatim no século XVI

Embora os espanhóis já estivessem presentes no Paraguai desde a década de 1530, foi apenas durante o governo do conquistador Domingos Martinez de Irala em Assunção que os itatins foram contatados pela primeira vez e este etnônimo começa a aparecer nos relatos da época. De acordo com Regina Gadelha, precisamente “em 1553, empreendeu Irala uma expedição contra os Itatim, e após vencê-los firmou aliança com estes índios, estabelecidos entre os rios Jejuí e Taquari”¹¹⁴.

A descrição de Schmidel indicava que a localização geográfica do Itatim distava oitenta léguas de Assunção, percurso que os conquistadores e os seus aliados cários percorreram enfrentando enormes problemas com os índios infieis. Enquanto estiveram em guerra com os índios não submetidos, a partir da fundação de Assunção, os colonos necessitaram do auxílio dos exércitos de itatins, que se mostraram solícitos às necessidades dos espanhóis, colaborando com os conquistadores no envio de suprimentos: “(...) ultimo pueblo de los Cários, llamado Itatin, distante 80 leguas de la Asunción, nos dieron sus indios bastimentos y otras cosas con que nos socorrimos”¹¹⁵.

Na versão do relato de Schmidel mencionado acima, os itatins aparecem como sendo “cários”, provavelmente porque compunham um numeroso grupo étnico falante da língua guarani, que morava ao norte de Assunção. De acordo com Alfred Metraux, “guarani” seria um termo genericamente empregado pelos espanhóis para caracterizar os índios do Rio da Prata que participaram da colonização. No entanto, nas fontes existiam as denominações diferenciadas para os grupos étnicos “guaranizados”

¹¹⁴ GADELHA., *Op.Cit.*, p.79.

¹¹⁵ SCHMIDEL, Ulderico, *Viage al Rio de la Plata y Paraguay*,..Op. Cit, “capítulo XXIII - Quedan los soldados en la Asumpcion; reconocen el sitio y condicion de la tierra, y suben por el rio mas arriba”.

(ou seja, povos que falavam o guarani), criadas a partir do nome do local especificamente ocupado por essas populações em meio ao vasto território do Paraguai. Segundo o autor, “Although Guarani was the generic name of this widespread people, the Spaniards in the 16th and 17th centuries distinguished local tribes by special names”. Dessa forma, considera-se que os espanhóis chamavam de “itatines” os cários que moravam entre os rios Apa (que limitava suas terras ao norte) e o Miranda (mais ao sul), numa alusão à região por eles habitada¹¹⁶.

Havia uma grande confusão em relação aos marcadores étnicos conferidos pelos colonizadores quando tratavam dessas populações indígenas muito heterogêneas em suas composições. Em diversos relatos o etnônimo “cário” é tratado como sinônimo de “guarani”. A mesma confusão acontece com os itatins, que são tratados como “guaranis”, embora a composição da população indígena no Itatim contasse com grupos não falantes da língua guarani do oriente boliviano. Assim, quando os conquistadores e missionários falam em guaranis para se referirem aos itatins, na realidade estão se referindo aos que passaram à margem oriental, ou seja, os que entraram em contato com os colonizadores no século XVI. Retomaremos esse assunto mais adiante.

Porém, não se pode desconsiderar a reflexão sobre a relação entre o território Itatim e o grupo étnico referido, avaliando suas transformações ao longo do tempo, desencadeadas pelos contatos com grupos indígenas de outras etnias, e principalmente com os colonizadores. Dessa forma, a etnohistoriadora Isabelle Combés realizou um estudo recente sobre os índios itatins, estabelecendo uma periodização longa na qual abordou a trajetória deste grupo étnico, desde a fase da conquista até o fim do período colonial. Em seu trabalho, a autora percebeu como esses índios realizavam ciclos migratórios para alcançar outras áreas, onde, atravessando acidentes geográficos,

¹¹⁶ METRAUX, Alfred. *Op. Cit.*, p. 70.

demonstravam um profundo conhecimento do território do pantanal, transitando por diferentes espaços, entre as duas margens do rio Paraguai. A partir dos dados reunidos pela autora, ela demonstra como os itatins “ocidentais” seriam o grupo étnico referencialmente tomado como “original” nas fontes porque estes (também conhecidos como “chiriguano”) seriam os índios que ocuparam durante o período colonial, a atual região sudeste da Bolívia, sendo os mesmos nativos encontrados por Irala em 1553 na ocasião da sua expedição até o norte. Por outro lado, os itatins que passaram em 1564 com Nuflo de Chaves para a outra margem do rio Paraguai, mais de dez anos depois do encontro com Irala, deram origem ao grupo que seria posteriormente reduzido pelos missionários no século XVII. Uma vez estabelecidos na banda oriental, o território que se estendia desde Santa Cruz de la Sierra até as proximidades do rio Apa, passou a ser conhecido também como Itatim: “en la época de Irala, los moradores del Itatín oriental son llamados cários o guaraníes”¹¹⁷.

Essa migração – bastante influenciada pela presença colonial – se encontra referenciada na obra de Ruy Díaz de Guzmán, soldado que acompanhou os exércitos dos conquistadores era neto de Irala, filho do governador com uma índia da localidade. Após os primeiros contatos com Irala (de 1553 até 1555), os espanhóis liderados por Nuflo de Chaves conseguiram persuadir os índios itatins “ocidentais” a seguirem a comitiva que realizava a expedição, onde eles prosseguiram por mais algumas léguas até a região onde seriam fundados os núcleos coloniais.

A presença dos espanhóis na região se intensificou com o estabelecimento de dois importantes povoados: no ano 1561 havia sido fundado o de Santa Cruz de la Sierra e em 1580, o de Santiago de Xerez. Esses povoados, nos quais também havia índios guaranis e outras parcialidades nativas, se tornaram a porta de entrada para a

¹¹⁷ COMBÈS, Isabelle. *De la una y otra banda del río Paraguay. Historia y Etnografía de los itatines (siglos XVI-XVIII)*, Cochabamba: Ed. Itinerarios / Instituto de Misionología, Scripta autochtona 15, 2015, p.97.

penetração colonial no Itatim e a articulação dos itatins em ambas as margens do rio Paraguai:

sacaron más de otros tres mil naturales, persuadidos de las palabras y promesas conque los movía, por vía de intérpretes, Nuflo de Chaves; por lo que se determinaron a dejar su país natural, e irse al extraño, haciendo esta jornada, en la cual pasaron inmensos trabajos y necesidades, en que pereció gran parte de ellos de hambre y de sed. Y llegados estos indios 30 leguas de Santa Cruz, hicieron asiento en un término de tierra que les pareció conveniente, llamándola Itatin, por el nombre de la provincia de donde salieron, y era su natural. Allí poblaron e hicieron sus sementeras, no dejando de pasar la gente española las mismas necesidades desde que salieron de la Asunción.¹¹⁸

Na hipótese de Combès, durante o século XVI, teria ocorrido uma grande e importante “diáspora” dos itatins que os separou e isolou parte deles na região do Paraguai, enquanto que a outra se misturou com outras “nações” do oriente boliviano. Deste estudo etnográfico, depreende-se que as relações entre os itatins e os grupos indígenas não-guaranizados foram mantidas mesmo após as migrações em busca de metais preciosos¹¹⁹. Os estudos etnográficos sobre os itatins e outras parcialidades indígenas do Paraguai, como o de Combès, puderam ganhar fôlego a partir de um antigo e instigante artigo escrito no início do século XX por Erland Nordenskiöld, onde o autor acredita que houve uma grande “invasão” das populações guaranis na parte sul do território do império inca. Os numerosos guaranis, acostumados à guerra contra outros grupos étnicos rivais atravessaram a região atual do pantanal sul-matogrossense em direção ao interior do continente e penetraram nas fronteiras dos incas, entrando em contato com as zonas de mineração do Alto Peru. Assim, parte desse grupo, conhecido no período pré-hispânico como guarayos e, posteriormente, como itatins, passou a ocupar a faixa do território do Paraguai colonial, aonde vieram a se relacionar com os

¹¹⁸ DIAZ DE GUZMAN, Ruy. *Op.Cit*, libro III, p. 354.

¹¹⁹ Uma interessante discussão se encontra em: COMBÈS, Isabelle. “El Paititi y las migraciones guaraníes”. In: COMBÈS, Isabelle y TYULENEVA, Vera (eds.). *Paititi. Ensayos y documentos*, Cochabamba: Ed. Itinerarios / Instituto de Misionología, Scripta Autochtona 8, primeira edição / novembro de 2011.

conquistadores espanhóis que organizaram expedições no Rio da Prata, a partir da segunda metade do século XVI¹²⁰.

Dito isto, se faz necessário mencionar as migrações conhecidas dos itatins ao longo do século XVI. A primeira delas foi com o *adelantado* Irala em 1548, na qual em torno de três mil e quinhentos índios teriam passado da região do oriente boliviano para a margem ocidental do rio Paraguai, em busca de metais preciosos. A segunda, por sua vez, se fazia no contexto da expedição do conquistador Nuflo de Chaves em 1557 (que contou com a participação de dois mil indígenas). Não obstante, em 1564, três mil itatins e dois mil cários de Assunção migraram seguindo Chaves para o leste, como já mencionado no trecho de Ruy Díaz de Guzmán. Essas expedições foram responsáveis por quase despovoar a região do Itatim, levando muitos indígenas com elas. Essa situação mostra que os índios estavam dispostos a migrar para outras regiões conforme seus interesses, que poderiam ser tanto a procura de metais, que os unia aos colonizadores, como também para fugir da colonização espanhola que estava em expansão naquele momento¹²¹.

Havia um porto homônimo na época pré-colonial dos itatins na área, que era frequentado por esses índios; e era por onde eles conseguiam atingir as terras baixas da atual Bolívia e contatar a região do extremo sul do antigo império inca, onde desde o século XVI estabeleceram relações de troca com os demais grupos indígenas. Os itatins estavam acostumados a navegar por uma região repleta de lagos e lagunas, irrigada por uma diversidade de rios que cortavam a localidade e facilitavam o alcance de terras mais distantes e as migrações, tão caras a essas populações. Essas terras eram de acesso relativamente difícil porque ficavam cobertas de água durante determinadas épocas do

¹²⁰ NORDENSKIÖLD, Erland. "The Guarani invasion of the Inca empire in the sixteenth century: an historical Indian migration". In: *The Geographical Review*, vol.IV, p. 103-121. New York: The American Geographical Society, 1917.

¹²¹ ANA. [1574] Sección Nueva Encuadernación, volumen 429, documento 4. *Apud* COMBÈS, Isabelle. *De la una y otra banda del río Paraguay.., Op.Cit, p.24.*

ano, devido à presença do ecossistema do pantanal matogrossense. Guillermo Furlong afirmou que “Ita-ti significaba piedra blanca, abundante en esa región, y de ahí el nombre de Itatines. Era región fértil y montañosa con abundantes lagunas como la Manioré y la de la Cruz, el lago Jaraye y los ríos Mbotetey, Tepotin o Aabá, Jaurú y otros”¹²².

Ruy Díaz de Guzmán, também narrou os acontecimentos do ano de 1568, quando o governador Francisco de Ortiz Vergara mandou que Nuflo de Chaves saísse de Assunção com suas tropas de súditos espanhóis e guaranis encomiendados para desbravar a província do Itatim. Com a morte do governador do Paraguai, Gonzalo de Mondoza, assumia aclamado pela população de Assunção, Don Francisco de Ortiz Vergara, que deu prosseguimento aos trabalhos expansivos de Irala e tratou de incentivar a difusão das *encomiendas* dentre os guaranis, tomando por conquista o porto de Guajarapos, fronteira com a província do Itatim:

Y el año siguiente de 1564, salió de la Asunción con toda su armada, que era de veinte navíos de vela y remo, y otros tantos barcones, y otras embarcaciones balsas y canoas, en que iba toda la más de la gente española con todo el servicio de sus casas, que eran más de dos mil personas: sin otros tantos indios de sus encomiendas, que llevaban por tierra, a cargo del capitán Nuflo de Chaves, con quien iban otros muchos soldados: hasta tomar el puerto de los Guajarapos frontera del río del Aracay provincia del Itatin.¹²³

Todavía, os itatins não foram facilmente submetidos. Charlevoix menciona em sua *Historia del Paraguay* um ataque empreendido por eles, aliados aos guajarapos e os paiaguás, contra os conquistadores em 1568, que foi responsável pela morte do general espanhol Nuflo de Chaves. Os guaranis sublevaram-se contra a expedição e o governador acabou deixando seu posto para ir diretamente ao vice-rei do Peru solicitar auxílio contra a rebelião indígena e lhe falar acerca da possibilidade de abertura de uma

¹²² FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes...Op.Cit*, p.116.

¹²³ DIAZ DE GUZMAN, Ruy. *Op.Cit*, libro III, p. 353.

comunicação entre o Paraguai e a região andina. Um pouco antes, em 1564, realizando uma expedição de pacificação e descobrimento, Nuflo de Chaves chegou “á los Itatines, persuadió á 3.000 indios de aquella tierra que le siguiesen, haciéndoles las más halagüeñas promesas”, mas, ao que parece, não obteve sucesso, sendo assassinado pelos próprios guerreiros indígenas, que lhe armaram uma emboscada¹²⁴:

Quiso luego llegar al país de los itatines; y al acercarse á su principal aldea, se vio de pronto rodeado, mientras sus soldados estaban ocupados en salir de un paso difícil. Fue muy vivo y ordenado el ataque de los itatines. Combatían por su parte con gran orden y valor los españoles, animados por el Obispo, los eclesiásticos y los religiosos, que les exhortaban á que pusieran toda su confianza en Dios; pero la desventaja del terreno y el encarnizamiento del enemigo, casi les quitaba toda esperanza de poder abrirse paso para librarse de aquel trance.¹²⁵

Em contrapartida, mesmo que as entradas dos espanhóis e o estabelecimento da *encomienda* provocassem o descontentamento dos índios, Jaime Cortesão matizou o alcance dessa forma de trabalho para os nativos que habitavam na região do Itatim. Devido em grande parte às dificuldades de acesso a localidade, impostas pelas rígidas condições ecológicas que representavam um empecilho significativo à circulação na área do pantanal, os espanhóis não tiveram êxito em extrair a força de trabalho dos itatins. Conforme sugere Cortesão,

Se as encomiendas distribuídas pelo governador, nos mesmos anos, no Guairá, não representaram ocupação efetiva do solo, mas, quando muito, a utilização dos serviços dos índios, e a título precário, estas nem este valor tiveram. Não vão além de uma aspiração dos moradores.¹²⁶

A leitura dos repartimentos das *encomiendas* para a região do Itatim dos anos de 1596 e 1597 atesta a insistência dos colonos em assegurar o controle dessa vasta mão de

¹²⁴ CHARLEVOIX, Pedro Francisco Javier de. (S.J), *Op.Cit*, tomo I, p.231.

¹²⁵ Idem, p. 236.

¹²⁶ Ver “Introdução” de: CORTESÃO, Jaime. (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p.05.

obra, que ainda não se encontrava submetida à *encomienda*, devido à presença dos índios infiéis nos caminhos que conduziavam à província do Itatim, que partiam de Assunção. Um dos documentos trata da convocação de índios itatins pelo então governador do Paraguai, general Juan Ramirez de Velasco. Os moradores do povoado espanhol de Xerez conseguiram a aprovação do governador para que os índios que moravam na serra do Itatim e na província do Tepoti fossem encomiendados aos colonos¹²⁷.

No ano de 1597, percebe-se um aumento das solicitações dos colonos para que parte destes índios fosse convocada para o trabalho compulsório. Pelo menos três documentos, redigidos em um curto espaço de tempo de quatro meses, demonstram que as *encomiendas* que datavam do ano anterior no Itatim haviam malogrado, indicando a necessidade dos colonos reiterarem suas demandas para que os itatins fossem, por fim, sujeitos ao trabalho compulsório, tanto em Xerez como também em Assunção¹²⁸. Em suma, no fim do século XVI, a prática da *encomienda* no Paraguai se converteria em uma grande questão que envolveu as populações indígenas nos conflitos coloniais.

Em grande medida, boa parte dos índios do Paraguai se viu afetada pelo impacto da conquista, que causou transformações lentas e sensíveis nos modos de vida das populações nativas, como visto anteriormente. Contudo, os itatins permaneceram relativamente apartados nas relações com os colonos durante um tempo considerável, impedindo a implementação em curto prazo do regime das *encomiendas*. As condições dos espanhóis não seriam favoráveis nessa região. Os modestos exércitos, compostos por mestiços e índios conquistados em expedições de resgate, esbarravam em

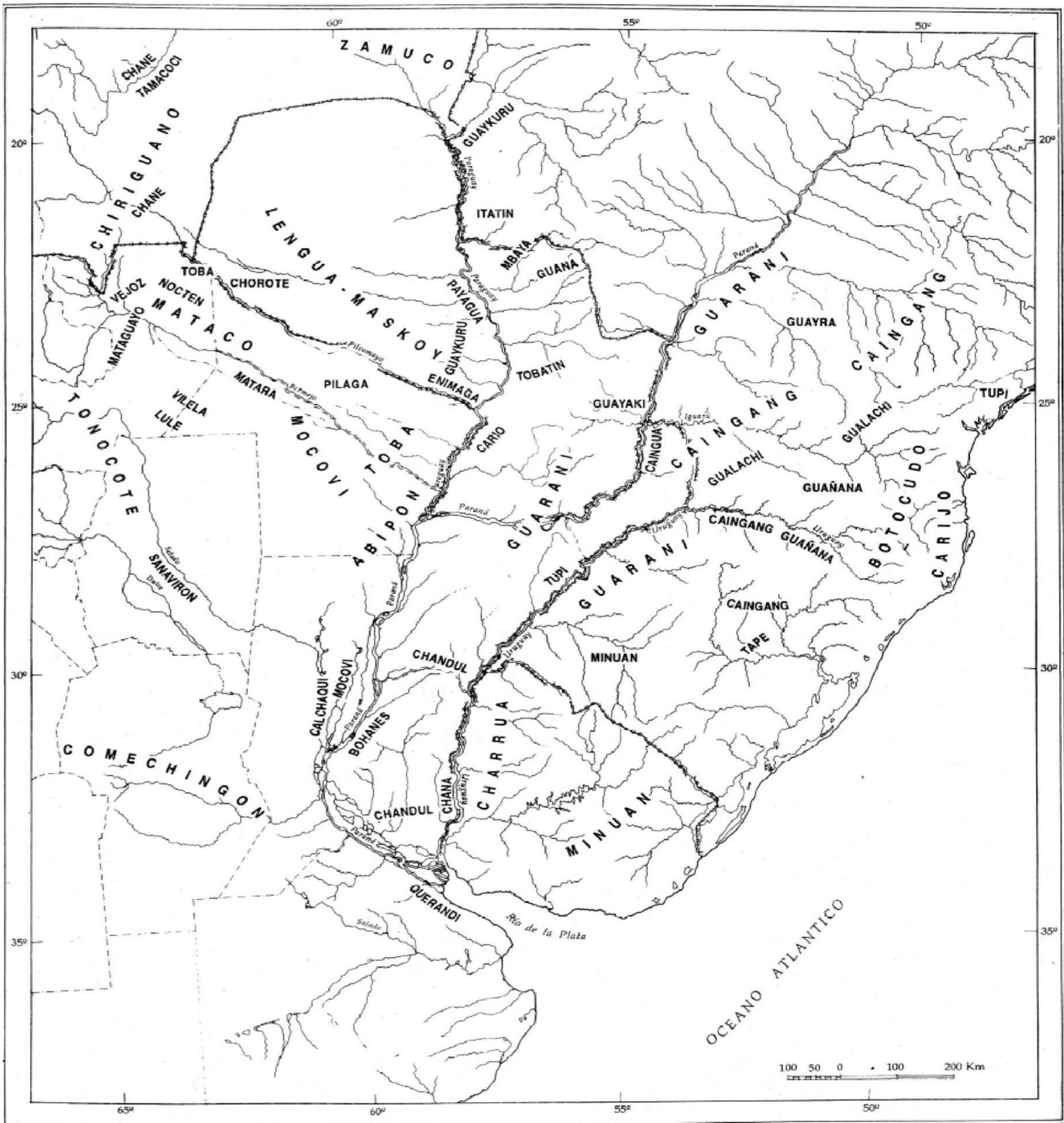
¹²⁷ Vide: “I - Doc. 66: Encomendas de Índios na província do Tepotii e Serra do Itatim. Assunção, (30/11/1596)”, In: CORTESÃO, Jaime. Idem, p. 09.

¹²⁸ Os documentos são: II – “Doc. 139: Encomenda de índios no Itatim e sobre a estrada que aí leva. Assunção, [12/02/1597]”; “III - Doc. 148: Encomenda de índios na comarca do Itatim” Assunção, [20/02/1597] “e”IV - Doc. 315: Encomenda de índios nas vizinhanças da cidade de Xerez. Assunção, [17/04/1597]”. In: CORTESÃO, Idem, pp. 10-11.

adversários à altura – os índios guaicurus – que os impediam de atravessar as estradas demasiado perigosas que conduziam à comarca do Itatim.

Além disso, em 1587 chegaram os primeiros missionários jesuítas à região de Santa Cruz, onde ficavam os itatins “ocidentais”. São eles: Diego Martínez, Diego de Sarmaniego e Juan Sánchez, todos provenientes do Peru. Na mesma época – no lado oriental ligado ao povoado de Santiago de Xerez – os padres franciscanos de Assunção liderados pelo frei Luís de Bolaños estão missionando entre os índios do *pueblo* de Guarambaré (localizada no Itatim)¹²⁹. Com a refundação de Xerez em 1593 e depois em 1599, os itatins são cada vez mais pressionados pela *encomienda*, como constam nas datas sequenciais dos repartimentos publicados por Jaime Cortesão mencionados anteriormente. Em relação a essa questão, os jesuítas gradativamente substituiriam os franciscanos no lado oriental e se envolveriam na polêmica do trabalho compulsório dos indígenas.

¹²⁹ COMBÈS, Isabelle. *Op.Cit*, pp.59-63.



Cartografía IIGHI, 1994

Figura 1 - mosaico étnico do Rio da Prata e Paraguai (séculos XVI-XVIII)

In: MAEDER, E. J & GUITÉRREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil.*

Capítulo II

A “EMPRESA” JESUÍTICA DO PARAGUAI

O fim do século XVI traria mudanças para as populações indígenas do Paraguai colonial. A política indigenista espanhola, baseada no “patronato régio” – que atrelava os interesses expansionistas da Igreja e da Coroa – colocaria nas fronteiras coloniais, os “soldados de cristo”. Seriam convocados os missionários das ordens regulares, sobretudo os jesuítas, com o objetivo de “pacificar” e integrar as populações nativas ao restante da sociedade através da atividade evangelizadora, evitando, assim, as conquistas militares e expedições de resgate (“malocas”) ¹³⁰.

Neste capítulo, será abordado o processo de chegada e estabelecimento dos jesuítas no Paraguai, marcado por tensões, recuos e adaptações ao modelo reducional, tanto por parte dos índios quanto dos inacianos. Não obstante, no momento inicial os missionários fossem convocados para “pacificar” os grupos indígenas conforme previam as novas diretrizes da política indigenista da coroa, os jesuítas se posicionariam contrários ao serviço pessoal dos indígenas. Segundo eles, os nativos padeciam de maus tratos com a exploração do trabalho sob o regime das *encomiendas*.

Embora os nativos estivessem sujeitos à prestação do trabalho mesmo quando integraram as reduções, os jesuítas gradativamente foram concentrando-os no interior do espaço reducional, evitando o contato deles com os encomendeiros. Como forma de

¹³⁰ Segundo Charles Boxer, a Igreja colonial, exceto em questões relativas à doutrina e ao dogma católico, estava submetida ao Estado. O Estado monárquico poderia indicar os membros da Igreja ultramarina, uma vez que financiava os salários desses funcionários eclesiásticos. Ainda poderia afastar os indivíduos que não fossem considerados aptos a exercer os cargos religiosos. Dessa forma, o patronato selava a relação de benefícios mútuos entre a cruz e a coroa: a Igreja ganhava fiéis na América e, em contrapartida, a monarquia aumentava suas conquistas territoriais nas fronteiras. Ver: BOXER, Charles. pp.97-100.

atrair as lideranças nativas para a esfera inaciana, os jesuítas contatariam os índios, lhes oferecendo uma alternativa à convivência com os colonos. Para tanto, se aproximaram dos caciques do Itatim e estabeleceram com eles uma relação de negociação.

Para a compreensão do sucesso que os inacianos experimentaram na primeira metade do século XVII no trato com os povos indígenas, deve-se considerar suas prerrogativas não apenas religiosas, mas também políticas. Ordem religiosa de grande proeminência na Europa e nos vice-reinos americanos, a Companhia de Jesus, desde o princípio de sua atuação no Paraguai, alimentou interesses geopolíticos, como consta em uma série de documentos que pertencem à *Coleção Pedro de Angelis*, seja em informes trocados entre os membros sobre suas experiências, até as cartas ânuas oficiais que iam parar em Roma¹³¹.

Contudo, é importante destacar que nem todas as cartas ânuas possuíam as mesmas funções e eram destinadas a ter a mesma circulação. José Einsenberg apontou as diferenças entre os estilos das cartas. Existiam as denominadas *hijuelas* – referentes aos assuntos interinos da Ordem inaciana e redigidas num formato mais clássico – e os chamados “relatos edificantes” – compostos de uma retórica sistemática, que visavam convencer futuros missionários a aderirem ao projeto evangelizador. Nesse sentido, utilizo neste trabalho ambos os tipos de documentos jesuíticos, considerando suas especificidades e o objetivo que visavam atingir na medida em que eram escritas pelos inacianos¹³².

¹³¹ BOROJA, Diogo. “Doc: V – Carta ânu da missão de Todos os Santos de Guarambaré dirigida pelo padre Diogo de Boroa ao provincial Diogo Torres (28/11/1614)” ; FERRER, Diogo. “Doc: VII – Ânua do Padre Diogo Ferrer para o provincial sobre a geografia e etnografia dos indígenas do Itatim. (21/08/1633)”, pp.29-49; ZURBANO, Lupércio de. “Doc: XI – Instrução do padre provincial Lupércio de Zurbano para os missionários do Itatim. [20/09/1643].”, pp.66-70 ; FERRUFINO, João Baptista. “Doc: XV – Trecho da carta ânu da província do Paraguai dos anos de 1645 e 1646 pelo padre João Baptista Ferrufino. [29/07/1647]”; pp.76-78. In: CORTESÃO, Jaime. (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952.

¹³² Sobre isso, ver: EISENBEG, José. *As missões e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, pp.53-55.

As leituras dos documentos jesuíticos revelam campos de disputa entre os grupos sociais do Paraguai colonial. Essas fontes, em sua maioria imbuídas de um espírito edificante, quando cotejadas com outros documentos que apresentam perspectivas diferenciadas sobre a atividade missionária¹³³, revelam os interesses e as motivações de índios, colonos, funcionários da monarquia e religiosos. Os jesuítas omitiam determinadas informações, riscando trechos importantes das cartas e informes produzidos. Quando direcionavam sua fala para as autoridades coloniais, se preocupavam sempre em expor o sucesso da missão e sua devoção para com os índios. Porém, através da análise da composição de seus documentos e de seu discurso, é possível perceber o lugar e o papel dos nativos inseridos nestes conflitos.

No caso dos itatins, estes tinham suas pautas e negociavam todo o tempo com os missionários. Para se integrarem às reduções a aceitarem a presença jesuítica, exigiram que os espanhóis não frequentassem seus *pueblos*. Dessa forma, a meu ver, buscavam se livrar da exploração dos colonos espanhóis e portugueses. Afinal, o que representou para as populações indígenas do Paraguai a adesão ao espaço missioneiro? Em que medida suas estratégias de ação foram impulsionadas ou limitadas dentro do espaço da missão guarani-jesuítica? Quais foram os mecanismos de adaptação a esse contexto histórico específico? Este capítulo pretende analisar profundamente essas questões. Mas antes de mergulhar a fundo na questão da missionação se faz necessário recompor o contexto da chegada dos missionários jesuítas no Paraguai colonial.

2.1. A chegada dos jesuítas

¹³³ PUCHETA, Baltasar de. “Doc: VIII - Petição apresentada ao governador do Paraguai pelo procurador geral de Assunção na qual acusa os jesuítas e suplica que os índios do Itatim voltem a prestar serviço pessoal [10/051637]”. In: CORTESÃO, Jaime. *Op.Cit.*

A fundação da província do Paraguai

À época da chegada dos missionários jesuítas no Paraguai, não existia ainda a província paraguaia, tal como ficou conhecida, a partir dos primeiros anos do século XVII. A conversão dos índios, no momento inicial havia sido conduzida pelos franciscanos e pelos particulares, embora os integrantes da ordem de São Francisco não estivessem alcançando um sucesso duradouro nessa empreitada¹³⁴. Contudo, foi na ocasião da vinda do Frei Luis de Bolaños para o Paraguai em 1575, acompanhado de outros onze franciscanos, que as reduções acabariam vingando. Por outro lado, os jesuítas puderam aprender com os franciscanos a língua guarani e as bases da organização das reduções, que seriam institucionalizadas na província do Paraguai a partir de 1580:

Con su protección, el sistema de reducciones iniciado por Bolaños en 1580, llega a su plenitud en el Paraguay con el aporte jesuítico. La reducción de Yaguaracamycta – San Ignacio Guazú – primera doctrina jesuítica en el Paraguay, se estableció sobre una reducción fundada por Bolaños y la pujanza de ésta, como la de todas aquellas que integraron el “Imperio jesuítico del Paraguay”, tuvo su origen en el ideario y en la experiencia que fray Luis Bolaños transmitiera al padre Lorenzana, uno de los primeros misioneros jesuitas del Paraguay.¹³⁵

Os principais motivos alegados pelas autoridades locais eram a falta de missionários disponíveis que quisessem atuar em áreas ermas e as pressões dos encomendeiros pela utilização do maior número de índios possível em seus

¹³⁴ Sobre a questão dos franciscanos e a fundação das primeiras reduções por eles, assunto que extrapola o tema deste trabalho, ver: NECKER, Loius. *Indiens Guarani et chamanes franciscains. Les premières réductions du Paraguay (1580-1800)*. París: Anthropos, 1979.

¹³⁵ DURÁN STRAFO, Margarita. *Presencia franciscana en el Paraguay, 1538-1824*. Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1987. Disponível em: http://www.portalguarani.com/632_margarita_duran_estrago/17594_presencia_franciscana_en_el_paraguay_1538_1824__2005__por_margarita_duran_estrago_.html

empreendimentos¹³⁶. Ambos os fatores comprometiam a inserção dos religiosos no cotidiano desses povoados e a “conquista espiritual” dos indígenas. Além disso, também dificultava a tarefa da conversão o fato dos índios estarem dispersos em um território muito extenso – composto por diversos povos e línguas - o que aumentava as dificuldades de comunicação dos ensinamentos católicos. A penetração dos padres atingia os povoados indígenas partindo das vilas espanholas, onde os clérigos recebiam incentivos fiscais dos colonos e ajudas de custo da coroa¹³⁷.

Ainda assim, os padres tentavam estabelecer uma boa relação com os nativos. Os membros da ordem de São Francisco já operavam há pelo menos trinta anos entre os índios guaranis quando os jesuítas chegaram ao Paraguai; haviam entrado na região como acompanhantes dos primeiros conquistadores espanhóis, no final da década de 1530. Foram anos de idas e vindas, devido às constantes rebeliões dos guaranis da segunda metade do século XVI. Segundo Ernesto Maeder, os franciscanos só haviam conseguido consolidar suas relações com os índios em 1570, aprendendo a língua guarani e constituindo as primeiras missões, caracterizadas pelos “batismos em massa” (que teriam parte da sua estrutura organizacional aproveitada posteriormente pelos jesuítas). Também puderam persuadir os indígenas a viverem em grandes povoados, o que facilitou a disseminação das *encomiendas* de índios distribuídas entre os colonos e a formação religiosa dos nativos, voltada para a adequação e aperfeiçoamento de sua mão de obra no trabalho colonial, com jornadas laborais controladas¹³⁸.

¹³⁶ Na carta ânua escrita pelo padre Ferrer, fica evidente a falta de missionários no Paraguai. Antonio Ruiz de Montoya, superior das missões do Guairá, devido ao seu envolvimento no traslado das reduções, havia ordenado que Ferrer fosse missionar entre os itatins, atendendo os pedidos feitos três vezes pelo *cabildo* da cidade de Xerez, que solicitava urgentemente o envio de missionários. Ver: “Doc: VII – Ânua do Padre Diogo Ferrer...”, *Op.Cit.*, pp. 31-32, In: CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos...Op.Cit.*

¹³⁷ “Em 1588, encontramos esses missionários pregando entre os índios e brancos, em Assunção e no Guairá, em Villarica e Ciudad Real e, também, em Xerez, na província do Itatim”. In: GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai*, séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.191.

¹³⁸ MAEDER, J. A Ernesto. “Las misiones jesuíticas” In: TELESCA, Ignacio (Org.). *Historia del Paraguay*. Assunção: Taurus, 2010.

Não obstante, as relações entre espanhóis e indígenas foram se intensificando ao longo dos anos, incentivadas pelas políticas de casamentos entre esses grupos. Era comum que os encomendeiros desposassem as filhas dos caciques e essas relações de hierarquias sociais e laços familiares se misturassem¹³⁹. Em outras palavras, muitos índios eram parentes e cunhados daqueles espanhóis para os quais trabalhavam nas *encomiendas*.

Como visto anteriormente, houve a retração da mão de obra nativa, consequência das crises demográficas e a deflagração de doenças. Ao contrário da preocupação com as questões relacionadas ao campo da religiosidade, as necessidades econômicas dos colonos estavam em grande demanda. Sem a dinamização da economia o Paraguai cairia em declínio e seria necessário encontrar uma solução prática para seu isolamento comercial.

Essas dificuldades encontradas pelos missionários franciscanos e herdadas pelos inicianos a partir de 1601 se converteriam nos motivos de preocupação e promoveriam a reflexão sobre a questão religiosa no Paraguai, que deve ser levada em conta somada à considerável noção geopolítica dos jesuítas. Essa relação entre religião e poder fica evidente quando os mesmos vão pensar os limites da jurisdição das missões atrelada à presença de índios infiéis nas fronteiras. Dessa forma, para assegurar a solidez da ordem, os padres vão buscar estabelecer suas bases de dominação através de uma disciplina e eficácia mais rígida do que os membros da ordem de São Francisco vinham promovendo.

Os trabalhos realizados pelos curas jesuítas no Peru e no Brasil foram aproveitados e aplicados no Paraguai, no âmbito institucional. É sabido que os inicianos teriam idealizado a Província do Paraguai integrada politicamente aos dois grandes

¹³⁹ Sobre as políticas raciais do Estado e da Igreja na época moderna, ver: MORNER, Magnus. *La mezcla de razas en la historia de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1969, pp.44-77.

polos missionários da América do Sul: o do Vice-Reino do Peru e o da América portuguesa, atestado pela pretensão dos jesuítas em conecta-los a partir da região amazônica¹⁴⁰. A possibilidade de unir macroregiões de missões localizadas do lado espanhol de Tordesilhas, com as dos jesuítas portugueses no Brasil, levantava suspeitas anti jesuíticas de cunho estadista devido à indefinição das fronteiras entre Portugal e Espanha na América meridional naqueles tempos¹⁴¹.

Porém, quando os jesuítas finalmente decidiram submeter as missões paraguaias à jurisdição do Peru, contando com o apoio do padre geral Claudio Aquaviva, perceberam rapidamente os problemas impostos pela considerável distância entre Assunção e Lima e, com isso, criaram na região do Paraguai uma nova província em 1607¹⁴². O centro de penetração dos jesuítas em regiões mais afastadas seria o colégio jesuítico de Assunção, que receberia patrocínio da monarquia e dos moradores locais.

Como salienta Jaime Cortesão, os inicianos estavam conectados desde o começo do século XVII aos principais centros de poder e de decisão do mundo colonial. Última ordem religiosa a chegar à América, criada no contexto europeu das reformas católicas, a Companhia de Jesus rapidamente conquistou espaços de influência no trato com os índios americanos. Especialmente nas regiões fronteiriças dos impérios ibéricos, onde o emprego do trabalho compulsório indígena estruturava a sociedade, eles puderam aumentar seu prestígio e se converter em mediadores fundamentais nesse processo de estabelecimento do aparelho estatal, integrando o trabalho indígena às demandas coloniais. Embora a ordem inaciana tivesse forte aspiração universalista, diversos

¹⁴⁰ GADELHA, Regina Maria A. F. As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.pp.192-193.

¹⁴¹ A região do Guairá (correspondente, *grosso modo*, ao Estado do Paraná no Brasil contemporâneo), por exemplo, conforme as palavras de Jaime Cortesão, era “terra de Ninguém, cuja a soberania, à luz do convênio de Tordesilhas, não era fácil de traçar com precisão”. CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, [1958], 2012, p. 131.

¹⁴² MAEDER, J. A. Ernesto. *Op.Cit*, p.115.

jesuítas foram indivíduos fundamentais para os seus respectivos impérios, envolvendo-se em uma série de polêmicas durante o desenvolvimento de suas atividades¹⁴³.

Assim, conforme Cortesão, a história do início da presença dos missionários jesuítas no Paraguai – para além da influência dos franciscanos – só poderia ser entendida se articulada às experiências no Brasil e no Peru¹⁴⁴. Segundo o autor:

O provincial Diego de Torres e seus sucessores compreenderam a importância singular que tinha para eles o estabelecimento duma missão no Itatim, zona estratégica de comunicação crucial entre o Brasil e o Peru, entre o vale do Paraguai e o do Amazonas. Ocupar essa encruzilhada seria reservar-se e garantir possibilidades de soberania, a delimitar no futuro, entre espanhóis e portugueses, entre hispano-americanos e luso-brasileiros.¹⁴⁵

Com a criação da província, agora governada de perto pelos padres provinciais que ocupavam seus postos no colégio de Assunção, os inacianos puderam desenvolver sua ação entre os indígenas. Alcançaram com sucesso a província do Guairá, utilizando vilarejos espanhóis, como o de Ciudad Real, para atingir regiões mais distantes dos núcleos hispano-criollos. Do Guairá, os inacianos planejavam chegar ao Itatim, e por fim, às nações indígenas de infieis na outra margem do rio Paraguai. Os padres viam nessa área uma importância estratégica para o florescimento de suas atividades. Tendo enfrentado enormes dificuldades no Guairá com as primeiras investidas dos bandeirantes nos anos críticos da década de 1620, eles tentariam pensar em novas possibilidades de empreendimento para o Itatim. Buscariam assegurar a paz com os índios infieis e se possível atraí-los para o seu projeto. Jaime Cortesão enfatiza os interesses geopolíticos dos jesuítas como suas principais motivações. Contudo, indo por

¹⁴³ Ainda que fosse um ideal perseguido pela ordem dos jesuítas, a universalidade pretendida pelos membros da Companhia sempre foi ambígua, uma vez que muitos deles estavam ligados aos seus estados de origem e seriam acusados constantemente de conspirarem contra os interesses das monarquias ao qual estariam vinculados. Um caso interessante sobre tal questão encontra-se em: VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁴⁴ CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim...*, Op. Cit, p.04.

¹⁴⁵ Idem.

um caminho diferenciado, Regina Gadelha defende a hipótese de que a grande questão no Paraguai se deu em torno do controle da mão de obra nativa. Nas duas hipóteses, o controle das populações indígenas é o fator principal, seja para assegurar as fronteiras, seja para a dinamização da economia colonial¹⁴⁶.

Contudo, na visão desses autores, os índios são apresentados como sujeitos históricos inertes, subjugados às diretrizes dos jesuítas e aos seus interesses. Conforme ressaltou Guillermo Wilde, é preciso relativizar a submissão passiva dos índios à tutela inaciana. Deve-se buscar perceber quais foram as motivações concretas dos itatins nesse contexto. Não se trata de negar a exploração que sofriam, mas demonstrar em quais termos esses grupos aceitaram os missionários em seus territórios¹⁴⁷.

Na ocasião da visitação de Alfaro, houve uma vitória para os jesuítas, quando a província do Paraguai foi desmembrada juridicamente de Buenos Aires, no ano de 1617. Em grande medida, para os jesuítas, facilitaria a administração da província paraguaia, agora reduzida em seu tamanho, mas com um potencial destacável de “almas” indígenas. Desse jeito, contando com vasta população, puderam organizar as guarnições das fronteiras e controlar o comércio de gado e erva-mate, que até o momento se encontrava submetido à governança de Buenos Aires. Porém, precisariam negociar com os líderes nativos, que controlavam o trabalho dos índios comuns¹⁴⁸.

Para os colonos, a separação foi vista com maus olhos, uma vez que reforçava o isolamento geográfico da província. Esse evento ocorreu na época em que a Companhia de Jesus no Paraguai era administrada pelo seu segundo provincial, o padre Pedro de Oñate, sucessor de Diego de Torres, que havia sido o grande idealizador das atividades políticas dos jesuítas na região. Porém, os inacianos não hesitariam em utilizar o porto

¹⁴⁶ CORTESÃO, Raposo Tavares...*Op.Cit* ; GADELHA, *Op.Cit*.

¹⁴⁷ WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009, p.28.

¹⁴⁸ Sobre a questão das ações jesuíticas, ver: MORNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1968. Para a separação das duas províncias e suas principais consequências para o Paraguai, ver: GADELHA, *Op.Cit*, p.165.

de Buenos Aires como rota de comunicação ultramarina com os canais de poder da Europa, conseguindo imunidades ao serviço pessoal dos índios, do qual foram ferrenhos opositores.

2.2.A polêmica da encomienda

“Protetores” dos índios

Em 1618, em conformidade com as ordenanças redigidas pelo visitador Francisco de Alfaro em 1612, o monarca espanhol Filipe III reiterou a liberação dos índios da *encomienda*, medida que contou com amplo apoio da Companhia de Jesus no Paraguai colonial. Anos depois, os jesuítas seriam alçados à tarefa de protetores dos índios pela monarquia, conseguindo com que os índios prestassem o trabalho compulsório para a coroa, dentro dos próprios *pueblos*, e não mais para os colonos, conforme vinham fazendo anteriormente¹⁴⁹.

De grande incentivo para a efetivação dessas medidas foram as ações inacianas que se posicionaram supostamente a favor dos índios e contra os abusos cometidos pelos colonos. As cartas ânuas dos missionários, evidenciando o seu ponto de vista, acusavam os maus tratos que os índios padeciam. Entretanto, como se verá, se faz necessário relativizar a visão dos jesuítas, que buscavam se fortalecer utilizando este tipo de discurso, em detrimento dos colonos. Dentre as ações políticas dos inacianos, repercutiram as viagens que os padres Antonio Ruiz Montoya e Francisco Diaz Taño – que atuaram entre os índios da região do Guairá durante vinte e seis anos – fizeram até a

¹⁴⁹ “También en 1630, Díaz Taño obtuvo de Lizarazu un decreto de acuerdo con el cual los provinciales del sector jesuítico serían, en el futuro, nombrados protectores de los indios en las áreas cubiertas por sus misiones”. In: MORNER, Magnus. *Op. Cit.*, p.51.

Europa em 1640, onde se reportaram diretamente à coroa e ao papado, justificando a proteção dos guaranis dos colonizadores ibéricos, tanto espanhóis quanto portugueses¹⁵⁰. Como “protetores”, os inicianos conseguiram inclusive a legalidade para o uso de armas de fogo na organização da defesa das missões contra os ataques dos “ímpios maloqueros de S. Pablo”¹⁵¹, situação excepcional no restante da América espanhola.

Na primeira parte deste capítulo reconstituiu-se o contexto de criação da província jesuítica no Paraguai. Uma vez solidificada tal instituição, importa neste tópico a discussão do papel dos jesuítas na polêmica que se instalou no Paraguai acerca da *encomienda*, a partir das primeiras décadas do século XVII. Os jesuítas se declaravam em diversas situações como os únicos protetores dos índios, inclusive quando escreveram para a coroa denunciando o estado precário das reduções, que haviam sido invadidas pelos paulistas, que eram os moradores da região de São Paulo na América portuguesa. Também eram conhecidos como “mamelucos do Brasil” e, a partir do século XVIII, como bandeirantes¹⁵².

Contudo, essa função atribuída a eles pelo monarca não era uma unanimidade, como aparece nos discursos presentes nos documentos. Setores da sociedade colonial denunciavam o crescente acúmulo de poder e bases materiais da Companhia de Jesus no

¹⁵⁰ Como conta o próprio Montoya. Ver: MONTROYA, Antonio Ruiz. “Doc: LX - Cópia da petição do padre Antônio Ruiz de Montoya à sua majestade, relatando os estragos dos índios infiéis e dos paulistas nas reduções da Companhia de Jesus e pedindo-lhe licença para que as ditas reduções possam ter armas de fogo e assim defender-se das invasões dos paulistas (1640)”. In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá.., Op.Cit.*, pp. 441-42.

¹⁵¹ ALTAMIRANO, Diego Francisco de. “Doc: XXIV - Ânua dos anos de 1653 ao fim de 1654 sobre o colégio de Salta, as missões do Chaco, do vale do Calchaqui; colégios de S. Miguel, Santiago del Estero, Córdoba, Buenos Aires, Santa Fé e Rioja, Assunção; missões do Itatim, Vila Rica; reduções do Paraná e Uruguai, Nossa Senhora de Encarnação de Itapuá, Santo Inácio do Paraguai, Nossa senhora de Loreto, Santo Inácio do Guairá, Conceição e outras reduções.” In: CORTESÃO, *Op.Cit.*, p.197.

¹⁵² As origens e motivações desses homens serão assuntos referentes ao terceiro capítulo deste trabalho. Para um apanhado geral sobre os paulistas, ver: HEMMING, John. “Os Bandeirantes”. In: *Ouro Vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, [1978] 2007, pp.357-379 e MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

Paraguai como um problema. Além disso, a tutela dos padres sobre os índios representava um entrave real ao direcionamento da mão de obra indígena para o trabalho compulsório. Situação análoga, analisada por John Monteiro na América portuguesa, mais precisamente na região de São Paulo, serve para pensar o contexto do Paraguai colonial. Existia em toda essa extensão fronteiriça uma forte e intensa comunicação entre os agentes coloniais, civis ou eclesiásticos, tanto portugueses quanto espanhóis, que tomavam posicionamentos muito parecidos no que concerne à liberdade dos índios. No caso dos missionários no Brasil:

Boa parte do poder e prestígio dos jesuítas no Brasil provinha justamente de sua enérgica defesa da liberdade indígena, o que, no contexto imediato do século XVII, não significava tanto a liberdade plena quanto a oposição específica a situações de escravidão ilegítima. A alternativa apresentada pelos padres propunha a liberdade restrita das missões, que cada vez mais tiravam de circulação os índios disponíveis para o mercado de trabalho colonial.¹⁵³

Nestas duas regiões de fronteira, ter acesso às populações indígenas era adquirir prestígio político, possibilidades de enriquecimento e ascensão social. Os missionários não protegeram os índios apenas porque lhes tinham apreço ou se identificavam com eles, mas principalmente com o objetivo de fortalecer seu próprio projeto, aumentando o seu poder e a sua influência. Tais prerrogativas seriam extremamente necessárias nos críticos anos seguintes em que as missões precisariam encarar conjunturas demasiado desfavoráveis.

Em 1607, a mencionada fundação da província jesuítica do Paraguai evidenciava os intuítos não apenas religiosos, mas políticos da ordem inaciana. Com o estabelecimento de uma jurisdição eclesiástica relativamente autônoma na fronteira, os padres teriam influência sobre boa parte dos índios guaranis, reduzindo-os ao espaço das missões. Isso ocorreu, em termos, devido às intenções dos índios de fugir da

¹⁵³ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra..Op.Cit*, 1995, p.141.

encomienda, como explicitado, mas não somente: é relevante considerar o empenho dos jesuítas perante a Coroa na proteção das populações nativas. O notável capital político que angariaram com o sistema das reduções era sustentado, em grande medida, pelo seu engajamento nas questões pró-indigenistas.

Esses intuitos de caráter geopolítico ficam evidentes nas instruções do padre provincial Lupércio de Zurbano para os missionários do Itatim, redigida no ano de 1643, documento de circulação interna da Companhia, e por isto, revelador de alguns projetos dos inacianos. Em seu memorial, repleto de advertências às atuações ambíguas dos missionários, Zurbano demonstra uma preocupação em estender a “amizade” com os índios infieis “para asegurar el paso a la otra banda[do Rio Paraguai¹⁵⁴] y ganarlos a ellos”, contando com a possibilidade de aumentar a esfera de influência dos missionários entre os nativos. Para isto, o provincial também preferiu que os jesuítas agissem com “mucho amor y blandura, que con rigor y severidad” no trato com as populações indígenas, o que levantava suposições de ocorrência de maus tratos dentro das missões e a imposição de castigos severos aos índios comuns, situações que deveriam ser evitadas¹⁵⁵.

De qualquer forma, as alegações dos jesuítas acerca da sua preocupação e devoção para com os índios era contestada pelos moradores de Assunção. Sua atuação era alvo de denúncias recorrentes. Na ocasião da isenção dos índios das *encomiendas* durante os dez anos previstos pela monarquia para o florescimento das missões, em 1637, o procurador de Assunção, Baltasar de Pucheta – representando os moradores do *cabildo* da cidade, ou seja, os setores encomendeiros – relata que no *pueblo* denominado Itapua, localizado na província do Itatim, os índios haviam aprendido bons costumes no

¹⁵⁴ Grifos meus.

¹⁵⁵ ZURBANO, Francisco Lupércio de. “Doc: XI - Instrução do padre provincial Lupércio de Zurbano para os missionários do Itatim (20/09/1643).” In: CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos...Op.Cit*, p.66.

período em que conviveram nas casas dos espanhóis. Inclusive, conheciam muito bem os modos de vida cristãos:

En uno de los pueblos de la provincia, llamado Pirapo, donde esta van los indios también doctrinados y tan políticos que todos los caciques e indios principales así del do pueblo como de todos los demás vestían al uso español camisa, ropilla, calzón y capa y muchos teñían espada todo aprendido y adquirido por la enseñanza de los dos sus encomenderos.¹⁵⁶

O procurador afirmou que os índios eram “doutrinados” e “políticos” porque utilizavam vestimentas à maneira espanhola: camisa, calção, capa e espada. Segundo ele os nativos haviam sido ensinados a se trajarem conforme os espanhóis, não pelos padres, mas pelos encomendeiros. Com a intenção no prevalecimento de seus interesses sobre a retirada da tutela indígena dos jesuítas, Baltasar de Pucheta acreditava ser necessário frisar as boas maneiras adquiridas pelos índios com os colonos, como por exemplo, o uso das vestes europeias. Procurava demonstrar a sustentação de seu argumento sobre os direitos de exploração do trabalho nativo e desprestigiar a função dos missionários.

Nessa direção, este documento também é importante para relativizar a oposição, muitas vezes tratada de forma simplória, entre os índios e colonos: no fragmento da petição, ainda que de forma exagerada e apaixonada, os indígenas aparentam ter relações bem mais complexas com os diversos setores coloniais. Muitas vezes, esses grupos atuavam em conjunto em prol dos mesmos interesses. Jacques Poloni-Simard, demonstrou, por exemplo, como os caciques da região de Quito no Equador, se converteram em importantes mediadores nas disputas de terras que envolviam os índios comuns – ou seja, a comunidade do *pueblo* – e os particulares, buscando aumentar seu prestígio na sociedade. Dessa forma, o autor percebe, analisando testamentos escritos

¹⁵⁶ PUCHETA, Baltasar de. “Doc: VIII - Petição apresentada ao governador do Paraguai pelo procurador geral de Assunção na qual acusa os jesuítas e suplica que os índios do Itatim voltem a prestar serviço pessoal (10/051637)”. In: CORTESÃO, Jaime. *Op.Cit.*, p.52.

pelos nativos, que houve diversas mobilizações de processos de índios comuns contra caciques que abusavam de sua autoridade e utilizavam as terras comunitárias em benefício próprio desde 1640, entregando-as para os colonos. Assim, caciques, índios comuns, colonos e missionários nem sempre estiveram atuando em conjunto, mas se posicionavam conforme as circunstâncias que lhes fossem mais vantajosas¹⁵⁷.

Tendo sido um sistema que prevaleceu no Paraguai mesmo após as diversas ratificações da monarquia com o intuito de abolir o serviço pessoal dos nativos, a *encomienda* pôde perdurar nessa localidade. A marginalidade da região e sua enorme fragilidade econômica, além de sua relação de dependência com os centros de mineração do Peru, devido à ausência de metais preciosos, fez com que a *encomienda* permanecesse como a principal instituição do trabalho indígena. Somado a esses fatores, a dispersão dos índios por esse vasto território, devido às mencionadas crises demográficas dos séculos XVI e XVII, configuraram as condições para a permanência do trabalho compulsório na província do Paraguai¹⁵⁸.

Verídicas ou não, as suspeitas levantadas contra os missionários e o acúmulo de inimigos que os jesuítas reuniram prejudicava bastante sua campanha. Nicolas del Techo, conta que um indivíduo, cujo o nome foi omitido e que exercia um cargo público no Paraguai, prejudicava a propagação da fé por haver levantado suspeitas de associação dos colonos com os missionários. Alegava para um cacique importante do Itatim que, em breve, os índios daquela província estariam em condição de escravidão, caso caíssem nas mãos dos espanhóis. Os itatins, temerosos de perderem sua liberdade, teriam passado para as terras de índios infiéis, misturando-se com eles:

¹⁵⁷ POLONI-SIMARD, Jacques. *El mosaico indígena: movilidad, estratificación social y mestizaje en el corregimiento de Cuenca (Ecuador) del siglo XVI al XVIII*, Quito: Abya-Yala, 2006.

¹⁵⁸ MATIENZO, W. Javier. “La encomienda y las reducciones jesuíticas de América Meridional”. *Temas Americanistas* nº 21, Sevilla: 2008, p.69.

No se evitó por completo el daño que debía causar el proyecto de los españoles, pues muchos indios, temerosos de la servidumbre, huyeron á las tierras de gentiles; los payaguaes aumentaron el sobresalto esparciendo el rumor de haber visto numerosas barcas llenas de hombres armados y de cadenas para reducir los neófitos á cautiverio.¹⁵⁹

Esse tipo de suspeita prejudicava ainda mais a fragilidade da atividade jesuítica. Diferentemente do que a historiografia vinha concluindo ao longo dos anos sobre as missões do Paraguai como locais de estabilidade, o que se percebe é que as dificuldades dos jesuítas em fixar esses *pueblos* eram maiores do que se imagina a princípio. Assim, as missões não foram locais de uma "utopia política", mas sobretudo, espaços marcados por tensões, recuos e avanços extremamente sensíveis. No fim do relato, Nicolas del Techo afirmava que os índios, depois de fugirem dos padres devido às suspeitas mencionadas, só retornaram às reduções quando os jesuítas obtiveram uma real cédula confirmando a liberdade dos índios missioneiros das *encomiendas*, que se encontravam na condição de vassalos submetidos diretamente ao monarca¹⁶⁰.

Em 1657, o franciscano Gabriel de Valencia, que havia sido membro da Companhia de Jesus no Paraguai durante quinze anos, escreveu uma carta tecendo diversas críticas ao comportamento autônomo dos jesuítas. Dentre as acusações, alegava que os missionários exploravam o trabalho indígena nos ervais tal como os encomendeiros. Dessa forma, segundo ele, os padres teriam conseguido recursos suficientes para comprar armas de fogo e organizar a defesa das missões contra os paulistas¹⁶¹.

¹⁵⁹ DEL TECHO, Nicolas (S.J). *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús*. Madrid: Librería y Casa Editorial A de Uribe y Compañía. Asunción Del Paraguay, 1897, tomo IV, p.384.

¹⁶⁰ Idem, Tomo IV, pp.286-287.

¹⁶¹ VALENCIA, Gabriel de. "Doc: XV - Cópia de uma carta do governador de Tucumã para Frei Gabriel de Valencia, franciscano, mas egresso da Companhia de Jesus, pedindo notícias sobre esta, com a respectiva resposta, contendo informes muito particulares sobre toda a província jesuítica do Paraguai e as atividades de seus membros (20/03 a 08/05 de 1657)". In: CORTESÃO, *Op.Cit.*, p.265.

Conflitos com o bispo de Assunção

Nesse contexto, surge um personagem decisivo para a história das missões do Itatim, o franciscano Bernardino de Cárdenas. Nomeado bispo de Assunção em 1638, também como governador do Paraguai em 1649, reuniu na sua pessoa o poder civil e religioso da província. O bispo de Assunção se tornou um dos principais inimigos dos jesuítas, fazendo aberta campanha contra a presença dos missionários. Everton Dalcin, que estuda as redes de relações no Paraguai colonial, investigou as ligações ideológicas entre o bispo e os colonos, afirmando que “havia os *criollos*, próximos a Assunção, que viram no Bispo a oportunidade de recuperar o direito de *encomienda* e de demais serviços pessoais de mão de obra indígena”¹⁶².

No documento redigido pelo frei Gabriel de Valencia, ele relata como os jesuítas mantinham contatos comerciais com os portugueses do Brasil antes das investidas dos bandeirantes que ocorreram em meados do século XVII. Apontou também para a existência de um mercado de carnes que abastecia a região de São Paulo, proveniente do Rio da Prata. Nessa época, os jesuítas eram acusados constantemente de agirem com enorme autonomia e de forma dúbia em relação à sua filiação com as coroas ibéricas:

Después de el alzamiento de Portugal, con el cual de repente de enemigos capitales del Portugués se hicieron íntimos amigos siendo sagrado a sus Pliegos y haciendas. puede ser no se aja esto con ánimo desleal sino de codicia, porque la ciudad del Rio Xenero, Cabo frio, Santos, San Sebastian, Ytaçî, San bísente y otros Poblados de aquella costa del Brasil, que son los mas cercanos a las reducciones Del Uruguay se sustentaban de carnes, sebos y harinas por Buenos Aires y con el alzamiento a cesado este socorro y por la ganancia (que no hay duda, sino que será excesiva) pueden los Padres haber metido tantos caballos para comenzar el trajín de todo lo do y también haber metido la cría de muías para proseguirle que a mayores distancias enriqueció esta Provincia.¹⁶³

¹⁶² DALCIN, Éverton. *Cárdenas e Jesuítas na província do Paraguai do século XVII: disputa e sobreposição de poderes*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Porto Alegre; 2015, p.53.

¹⁶³ VALENCIA, Gabriel de. "Doc: XV...", *Op.Cit*, In: CORTESÃO, Jaime. *Op.Cit*, pp.266-267.

Fosse como fosse, como veremos no próximo capítulo, Cárdenas foi acusado pelos jesuítas, após o episódio da destruição das missões do Itatim pelos paulistas em 1648, de ter conspirado contra os índios e seus doutrinantes. Contudo, é necessário repensar as ações de Cárdenas num contexto de crise do Paraguai. O monarca, importante mediador dos conflitos que ocorriam no período colonial, acabou favorecendo a causa dos padres, uma vez que eles estavam comprometidos em proteger as fronteiras do império espanhol¹⁶⁴. Desse modo, prestavam um serviço importante para a manutenção do braço da monarquia na América meridional. Esse personagem controverso acabou tendo uma relevância significativa no desfecho das invasões dos bandeirantes¹⁶⁵.

Os jesuítas, por sua vez, protestaram afirmando que os índios missioneiros sempre auxiliaram os moradores espanhóis, cumprindo com suas obrigações enquanto súditos da monarquia espanhola:

(..) tan benemérita de la Iglesia y del Servicio de su Majestad q con trabajo, sudor y sangre se ha empleado con tanta gloria de Dios y Servicio de su Majestad en la conversión de muchas Provincias y Naciones de Indios Infieles reduciéndolos al rebaño de Chisto y Vasallaje de nro. Rey y Sr., y ayudando así mismo la republica española con todas sus fuerzas siempre con ansiosos deseos de hacer nuevos Servicios y empleos en desempeño de las muchas y relevantes obligaciones(...).¹⁶⁶

Os argumentos dos jesuítas prevaleceriam uma vez que eles haviam estabelecido uma espécie de “pacto de lealdade” com os índios missioneiros e sempre se

¹⁶⁴ Na sociedade corporativa de Antigo Regime, o monarca era o principal mediador desses conflitos de poder. Através da concessão da graça régia, o rei decidia os principais assuntos da monarquia, elegendo seus súditos que fossem dignos da governança e dos títulos de nobreza. Sobre a questão, ver: HESPANHA, Antonio Manuel. “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime”. *Tempo - Revista do Programa de pós-graduação em Historia da UFF*, Vol.21, Niterói, 2006, pp-121-143.

¹⁶⁵ Ver especialmente: “Doc: XVII – Conflitos da missão do Itatim com o bispo de Assunção e com algumas bandeiras paulistas (1650).” In: CORTESÃO, Jaime, *Op.Cit.*

¹⁶⁶ ANÔNIMO. “Doc: XXIII – Protesto anônimo de um padre da Companhia junto a uma autoridade anônima contra a acusação de infidelidade ao rei lançada à Companhia. (10/05/1653)”. In: CORTESÃO, *Op.Cit.*, p.119.

preocupavam em ressaltar sua importância para a monarquia como agentes das fronteiras. Posteriormente, Cárdenas seria afastado de seu cargo e os missionários teriam carta branca para tratar com os índios do Paraguai, direcionando seus esforços para a contenção da ameaça dos paulistas.

2.3. Contatos com os índios itatins

A crise no Guairá

O início da atividade missionária jesuítica no Itatim está intimamente ligado aos desdobramentos dos assaltos dos mamelucos de São Vicente na província do Guairá. Os limites do Guairá constituíam-se como os mais orientais do Paraguai, território que é correspondente aos estados do Paraná e de Santa Catarina na contemporaneidade. Entretanto, localizava-se na época colonial, próxima dos colonos de São Paulo.

As investidas bandeirantes ocorreram no intervalo dos anos de 1627 a 1629. Porém, o primeiro ataque bandeirante malogrou no ano de 1627 e os mamelucos foram expulsos daquelas terras pelos índios. Ao que tudo indica os jesuítas já haviam iniciado os primeiros passos em direção ao treinamento e aperfeiçoamento das tropas indígenas controladas pelos caciques e índios principais. O relato do inaciano Diogo de Boroa narra uma rápida organização dos índios que se prepararam para enfrentar os paiaguás “infieis”¹⁶⁷.

Após o ataque, os índios desta localidade, segundo os jesuítas, teriam “se dispersaram pelos montes” e foi bastante difícil para os inacianos reuni-los novamente.

¹⁶⁷ BOROA, Diogo. “Doc: V – Carta ânua da missão de Todos os Santos de Guarambaré dirigida pelo padre Diogo de Boroa ao provincial Diogo Torres[28/11/1614]”. In: CORTESÃO, *Op.Cit.*

Importante frisar o imaginário relacionado ao “monte”, lugar tido pelos missionários como de retorno às idolatrias indígenas. A ritualização do espaço missioneiro conduziu ao uso de metáforas como esta, incentivando a existência de uma polaridade entre o que estaria “dentro” e o que estaria “fora” da redução, remetendo a determinados termos valorativos como “bem” e “mal” ou ainda o que seria considerado como “civilizado” e “bárbaro”¹⁶⁸.

De qualquer forma, foram os índios que migraram após os assaltos promovidos no Guairá que ajudaram os jesuítas a restabelecer um novo local para a instalação das missões. Buscavam uma região que fosse dessa vez, mais afastada das fronteiras indefinidas com os portugueses.

A região do Guairá pertencia à província jesuítica do Paraguai, assim como o Itatim, mas se localizava mais a leste daquela, mais próximo da América portuguesa, o que facilitava a captura dos índios guaranis das missões pelos mamelucos paulistas. Despreparados, os jesuítas e os guaranis-missioneiros foram pegos de surpresa e, no ano de 1629, as missões do Guairá praticamente foram todas destruídas, tendo grandes quantidades de indígenas fugido das incursões portuguesas. As que não experimentaram as investidas dos bandeirantes tiveram que ser transladadas para outras partes dos rios, procurando regiões mais distantes de São Vicente, dificultando-se assim a penetração dos paulistas.

John Hemming resume as consequências dos episódios travados no Guairá acerca das empreitadas dos missionários:

Os jesuítas que abandonaram Guairá assentaram novamente seus índios ou deram início a novas missões em duas novas regiões. A maioria deslocou-se para o sul, estabelecendo-se no centro do que é hoje o Estado do Rio Grande do Sul, a meio caminho entre o rio Uruguai e o Atlântico. Outro grupo de

¹⁶⁸ WILDE, Guillermo. *Op. Cit.*, p.64.

jesuítas começou a operar entre os índios Itatín, na margem direita do Paraguai, no que é hoje o Estado do Mato Grosso do Sul.¹⁶⁹

Dos quais, o jesuíta Pablo Hernández indica que:

Al emprender la dolorosa transmigración del Guayrá á causa de la invasión de los mamelucos à fines de 1631, el P. Antonio Ruiz de Montoya, Superior de las Misiones, ordeno á dos padres misioneros que se dirigiesen á trabajar entre los indios del Itatín, donde ya desde 1612 había varios caciques que deseaban tener consigo Padres de la Compañía para reducirse á pueblos y abrazar la religión cristiana.¹⁷⁰

Nesse aspecto, foi preciso primeiramente convencer os caciques do Itatim a aderir às missões e as instruções do padre provincial Antonio Ruiz de Montoya, que formulariam a base da missionação nesta localidade, em meados do século XVII. Para isso, os jesuítas contariam com o apoio das lideranças nativas, importantes mediadores na fase do estabelecimento das reduções.

Relações com os caciques

É difícil avaliar o poder dos caciques guaranis em relação aos *pueblos* que lideravam. Em linhas gerais, o prestígio dos líderes indígenas era medido pela capacidade do chefe de guiar o seu povo à vitória contra grupos rivais e garantir sua sobrevivência em tempos de dificuldade. O funcionamento do cacicado era bastante dinâmico. Os índios mudavam de líderes com muita frequência, especialmente quando estavam descontentes com o comportamento de um determinado cacique. Assim, poderia haver disputas entre os caciques para decidir aquele que fosse mais apto a assegurar a proteção do grupo. Segundo Pablo Hernández,

¹⁶⁹ HEMMING, John. *Op.Cit*, p.386.

¹⁷⁰ HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, Vol. I, 1913, p.12.

Sólo unas pocas familias eran que solían ponerse bajo de la conducta de cada cacique: y de aquí procedía la cortedad de los pueblos guaraníes; pues un cacique era muy celoso de que en su distrito ningún otro ejercerse autoridad suprema. Y aun estas cortas agregaciones no eran estables: pues sucedía que si el cacique reprendía á alguno, y este quedaba disgustado, con facilidad se superaba el súbdito de la sujeción primera, y se ponía debajo de la obediencia de otro.¹⁷¹

Nesse sentido, era necessário para o sucesso da Companhia de Jesus demonstrar aos caciques as boas intenções dos jesuítas e promover uma aproximação mais direta dos nativos com monarca, visando a garantia dos direitos indígenas e o sucesso da missão. No Itatim essa tarefa foi relativamente mais fácil. Conforme salientou Furlong, desde a fundação do povoado espanhol de Xerez, na década de 1580, os índios já haviam demonstrado interesse em aderir ao projeto jesuítico¹⁷². Pablo Pastells comenta que a provincia “del Itatín tenía 5.000 infieles, algunos bautizados sin catecismo y noticia de Dios. Piden Padres con grande instancia, hablan el Guaraní y aunque viven cerca de Jerez y á 80 leguas de la Asunción, están encomendados en ella”¹⁷³.

Para os jesuítas era imprescindível o domínio das línguas indígenas. Nesse aspecto, o trabalho de Antônio Ruiz de Montoya – superior das missões do Tape e do Guairá – foi de importância ímpar para as futuras catequeses dos missionários. Montoya organizou uma gramática guarani, que obteve ampla divulgação no América e na Europa, e nesse momento começaria sua obra mais importante, a chamada “Conquista

¹⁷¹ HERNÁNDEZ, Pablo. *Op.Cit*, Vol. I, 1913, p.113.

¹⁷² “Entre esos indígenas había algunos que tenían alguna noticia de la fe y vida cristiana por haber estado en contacto con los españoles, cuando la población de Jerez estuvo en esas latitudes”. In: FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Ediciones Teoría, 1962.

¹⁷³ PASTELLS, Pablo (S.J). *Historia de la compañía de Jesus em la Provincia Del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolívia y Brazil), según los documentos originales del Archivo General de Indias*, Madrid, 1912-1933 ,(1626), p. 385.

Espiritual”. Baseava-se nos trabalhos realizados pelo jesuíta português José de Anchieta dentre os índios tupis da costa do Brasil¹⁷⁴.

Porém, os revezes enfrentados pelos novos jesuítas que chegavam no Paraguai eram muitos. Quando não havia maiores problemas de comunicação entre os padres e os índios, alguns nativos desconfiavam das intenções dos missionários e evitavam os contatos até se sentirem seguros. Uma das principais estratégias de convencimento era evitar qualquer tipo de associação com os espanhóis encomendeiros. O cacique e xamã Ñanduabuçu, descrito pelo jesuíta Diogo Ferrer como uma das principais lideranças dos índios itatins, se mostrou amigável aos missionários apenas quando eles afirmaram que no interior das reduções não circulariam espanhóis¹⁷⁵.

A carta ânua da missão de Todos os Santos de Guarambaré, do ano de 1614, escrita pelo padre Diogo de Boroa, dando conta para o provincial Diego de Torres do estado em que se encontrava aquela missão também aborda os primeiros contatos com as lideranças nativas do Itatim e o que esperavam os missionários. O inaciano relata que, após os trabalhos desenvolvidos e as perseguições sofridas pelos jesuítas nos anos iniciais, eles finalmente puderam encontrar o cacique principal dos índios itatins, Ñanduabuçu. Os jesuítas nutriam esperanças de alcançar a província, que consideravam a mais inóspita do Paraguai, alegando estarem atuando em prol dos interesses da monarquia. Falavam com frequência das barreiras enfrentadas em seus trabalhos, como forma de valorizá-lo. Sua finalidade era atingir também as nações de índios infieis, que ameaçavam permanentemente a fixação dos espanhóis nestes espaços:

¹⁷⁴ MONTOYA. Antonio Ruiz de (S.J.). *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Jesús en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639. A obra que se inspira na de José de Anchieta é o “Tesouro da língua guarani”.

¹⁷⁵ FERRER, Diogo. “Doc: VII – Ânua do Padre Diogo Ferrer para o provincial sobre a geografia e etnografia dos indígenas do Itatim. [21/08/1633]”. In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim, Op.Cit*, p.37.

Uno de los principales fines con que V. Realeza ha sustentado aquí esta misión ha sido hacer entrada de ella a diversas naciones de infieles que están a la vista particularmente a los itatines nación grande y muy apta para el evangelio y así el Padre Vicente griffi había começado ya con mucha caridad a ganarlos y atraerlos(...).¹⁷⁶

As estratégias utilizadas pelos jesuítas, além da alegação de que os espanhóis encomendeiros não frequentariam as missões, era o envio de presentes. Mandavam para os nativos objetos desejados por eles, os quais lhes eram desconhecidos e interessantes: “démosles para ganarles algunas cuñas, cuchillos, cuentas y otros rescates y a ñanduabuzu un sombrero y otras cosas que alcanzó a pobreza, con que fueron muy contentos y ganados”¹⁷⁷.

Após o abandono da missionação itinerante praticada em larga escala pelos franciscanos no século XVI no Paraguai e também pelos jesuítas, começam a serem estabelecidos em locais fixos os *pueblos* de índios, organizados desta vez pelos inacianos¹⁷⁸. Os padres belgas Diego Ranzonier, Justo Vanfurk Mansilla e Nicolás Henard fundam as missões do Itatim em 1632, convencendo os caciques a aderirem ao projeto evangelizador. Primeiramente são criadas a partir de uma expedição, de acordo com o relato de Nicolas del Techo, quatro reduções pelo padre Ranzonier¹⁷⁹.

Os nomes dessas reduções eram Angeles, San José, San Benito e Natividad, sendo que no fim do mesmo ano e início de 1633, esses locais foram rapidamente desmantelados pelos bandeirantes: “fundó en el primero año cuatro pueblos: tres fueron destruidos por los mamelucos; mas el congregó los neófitos dispersos y los estableció

¹⁷⁶ BOROJA, Diogo. “Doc: V – Carta ânua da missão de Todos os Santos de Guarambaré dirigida pelo padre Diogo de Boroa ao provincial Diogo Torres[28/11/1614]”. In: CORTESÃO, *Op.Cit.*, pp.23-24.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Esse tipo de missionação logo foi descartado devido a sua ineficácia no combate às idolatrias nativas. Caracterizavam-se pelos batismos em massa dos índios. Nesse aspecto, as missões do Paraguai se inspiravam nos aldeamentos portugueses no Brasil. Ver a tese de: CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

¹⁷⁹ DEL TECHO, Nicolas(S.J). *Op.Cit.*, Tomo IV, p.386.

en nuevas poblaciones, con el concurso de otros misioneros”¹⁸⁰. Posteriormente, estes locais foram também trasladados para outros espaços, momento em que os *pueblos* ganhariam novos nomes, como se verá no próximo capítulo:

Asalto furioso que dieron también á aquella lejana comarca del Itatín los desalmados paulistas, antes de acabarse el año de 1632. Los cuatro pueblos quedaron arrasados, y sus habitantes en gran parte hechos esclavos y conducidos á San Pablo; mientras otros huían y se desparramaban por los montes, sin que faltasen en la ocasión presente, como antes en el Guairá, las desconfianzas del genio receloso de los indios, las calumnias de los mamelucos de haberse los padres confabulados con ellos para entregarles los pueblos.¹⁸¹

Devido à discordância entre os dados fornecidos pelos jesuítas, ora exagerados, ora não revelados, constitui-se tarefa tortuosa saber quantos indígenas estavam em trato com os missionários naquele período e quantos estavam sobre o comando dos caciques¹⁸². À época da fundação das missões do Itatim, Pedro Lozano fornece os dados demográficos dos itatins, indicando que os índios contabilizavam “3528 neófitos”, divididos em “743 famílias”¹⁸³. Contudo, Pablo Pastells fornece outros dados sobre essas populações. Ele menciona algo em torno de trezentos mil índios, que haviam sido levados para São Paulo no período que cobre a destruição do Guairá e o início das missões no Itatim. Pablo Pastells contabiliza ainda sessenta mil índios guaranis que teriam sido conduzidos como escravos entre 1628 e 1630, desses incluindo neófitos e infieis¹⁸⁴. De qualquer forma, os números são muito imprecisos e conflitantes.

¹⁸⁰ Conforme as informações contidas no mapa em: HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, 1913, p.13.

¹⁸¹ Idem ao anterior.

¹⁸² Sobre a questão demográfica no Paraguai durante a época dos jesuítas, ver: JACKSON, Robert. H. *Demographic change and ethnic survival among the sedentary populations on the Jesuit mission frontiers of Spanish South America, 1609-1803: the formation and persistence of mission communities in a comparative context*. Boston: Leiden, Brill, “European expansion and indigenous response”, vol. 16, 2015.

¹⁸³ LOZANO, Pedro (S.J). *Historia de la conquista del Paraguay, Rio de la Prata y Tucumán*. Buenos Aires: Vol. I, 1874, p.83.

¹⁸⁴ Todos os índios cristãos eram neófitos. A definição de “neófito” também foi construída na experiência colonial, uma vez que esses índios gozavam de condições especiais. Para as condições dos índios neófitos na época moderna, ver: MORNER, Magnus. *La mezcla de razas en la historia de América Latina*.

Para a compreensão da história da província do Itatim, o mapa abaixo da figura 2, elaborado pelos jesuítas, mostra a configuração das missões estabelecidas, no período situado entre 1631 até 1669. Em destaque em vermelho, temos os caminhos de deslocamento dos grupos indígenas pelo território do Itatim ao longo das incursões dos paulistas, logo após a destruição da região do Guairá. Marcado em preto, tem-se a localização provável dos assentamentos reducionais missioneiros. Nota-se no mapa que estão representadas apenas as missões dentre os itatins da margem oriental do rio Paraguai, uma vez que a história dos índios da outra banda do rio, permaneceu desconhecida, devido a falta de missionários na região. Porém, parece correto afirmar que os itatins das duas margens mantêm relações entre si, principalmente porque as primeiras missões na região, fundadas em 1632, 1633 e 1634, estavam bem próximas do rio Paraguai.

Retomemos agora uma questão fundamental. Em quais termos foram criadas as reduções? Nessa direção, tomo como preocupações a discussão acerca da construção do “modo de vida missioneiro”.

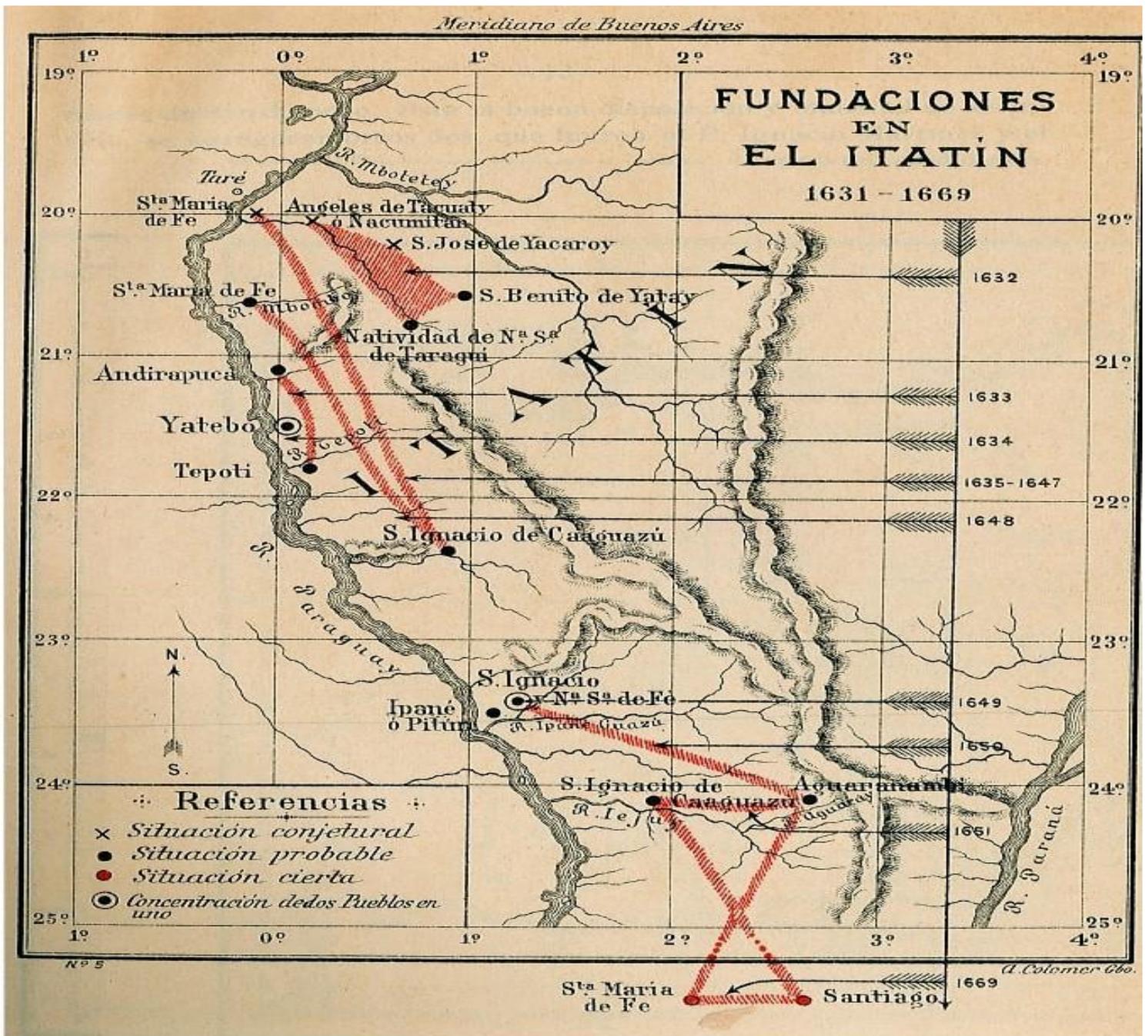


Figura 2 - Configuração das reduções jesuíticas no Itatim.

In: HERNÁNDEZ, Pablo. *Op.Cit.* (Consultado em 20/04/2016)

2.4. Negociações e adaptações

Construção do "modo de vida missioneiro"

Magnus Morner apontou como o contexto de criação das missões tanto no Guairá como no Itatim, foi marcado pela conjuntura de uma “crise externa”, onde as mesmas se viram assoladas diversas vezes pelos paulistas, o que ajudou de certa forma a conferir maior coesão interna às reduções e a promover um sistema caracterizado pelo auxílio mútuo entre elas. O mesmo autor também considerou as vinculações do episódio do ataque às missões com os colonos do Paraguai, envolvidos com os portugueses¹⁸⁵. Conforme os territórios eram trasladados com frequência, com o objetivo de fugir dos bandeirantes e também dos ataques promovidos pelos índios infiéis, os missioneiros e os jesuítas necessitavam de uma estrutura administrativa forte e uma economia que pudesse sustentar seus empreendimentos nos espaços da redução¹⁸⁶.

Tanto os missionários como os índios aldeados tiveram que enfrentar um período de adaptação à realidade missioneira, que foi recriada constantemente nas reduções. Segundo foi desenvolvido pela historiografia, os espaços reducionais só

¹⁸⁵ MORNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1968, p. 57.

¹⁸⁶ A cidade de Xerez, repleta de *pueblos* de índios no território do seu entorno foi trasladada pelo menos três vezes. Em 1625, o governador da província do Paraguai, D. Manuel de Frias solicitou a mudança da cidade, que havia decidido em *cabildo* aberto pelo traslado devido ao “riesgo así por causa de muchas naciones de Indios circunvecinos a ella “ e “por la poca vecindad [de] españoles que ay en la da ciudad para defensa de ella y ser el sitio en que hoy está muy enfermo y de poca salud así para españoles como para naturales”. Ver: DE FRIAS, D. Manuel. ”Doc: VI – Licença de D.Manuel de Frias, governador da província do Paraguai, para que, em caso de conveniência, se possa fazer mudança da Cidade de Xerez.[20/10/1625]”. In: CORTESÃO, *Manuscritos da Coleção de Angelis...*, *Op.Cit.*, p.27.

podem ser compreendidos quando se considera as contribuições concretas dos índios¹⁸⁷. Contudo, não podemos naturalizar essa suposta realidade, uma vez que devemos lembrar que, no caso das missões do Itatim, estas foram efêmeras, o que impossibilitou o desenvolvimento das estruturas que existiriam posteriormente nas missões já no final do século XVII.

No entanto, as boas condições ecológicas do local para a instalação do povoado missioneiro também eram fundamentais. Dessa forma, as missões também eram organizadas de acordo com as condições do ambiente e a disponibilidade de recursos naturais. Locais onde a cheia dos rios impedia o trabalho com a terra eram bastante evitados. Como explica Álvaro Kern:

A escolha do local para instalação do povoado missioneiro exige um extenso e profundo conhecimento sobre os complexos mosaicos das diversas paisagens que compõem a região. As florestas são necessárias para o plantio da horticultura indígena e para as atividades de agricultura europeia com o arado. (...) O regime econômico da Redução é de uma autarquia, ou seja, de uma unidade autogerida e autossuficiente, atendendo a todas as necessidades do povoado e de sua população. São limitadas as necessidades que exigem a importação de produtos.¹⁸⁸

Outro fator que influenciava na disposição da escolha do território reducional era a presença de colonos. Conforme as informações fornecidas pelos jesuítas, eles selecionavam lugares cada vez mais afastados dos núcleos coloniais. Em seu discurso, tentavam conservar os índios longe do contato com as idolatrias, nas quais eles caíam como muita facilidade, quando em convívio com os colonos. As missões se encontravam em espaços relativamente distantes dos núcleos coloniais para evitar relações indesejadas entre os índios cristãos e os indivíduos vistos como “infiéis” –

¹⁸⁷ Um estudo pioneiro sobre esse debate encontra-se em: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹⁸⁸ KERN, Alvaro. “Do pré-urbano ao urbano. A cidade missioneira colonial e seu território”. *Cadernos IHU ideias*. Ano 10, nº172, 2012, p.04 e 16.

fossem eles espanhóis ou mesmo indígenas – relação que comprometia em primeira o trabalho dos missionários.

Esse relativo afastamento se diferenciava de outros espaços missioneiros, que geralmente se localizavam próximos dos vilarejos e cidades ibéricas, porque tinham como objetivo abastecê-las; fosse com mão de obra ou produtos primários¹⁸⁹. Os jesuítas defendiam a mudança de local das reduções caso fosse necessário, mesmo que isso prejudicasse diretamente os indígenas, que eram desarticuladas de seus espaços primordiais. Como justificou o padre Altamirano, “la mudanza distas dos reducciones a lugar más seguro, donde sin los temores, que aquí se padecen, pudiesen con desahogo y libertad pudiesen mas de propósito cuidar de la cultura espiritual de sus almas”¹⁹⁰.

No que tange a administração política da missão, os guaranis-missioneiros, que tinham seus próprios representantes nos *cabildos* das reduções trabalharam em conjunto com os jesuítas, especialmente se posicionando contra o trabalho compulsório e as jornadas de trabalho excessivas às quais eram submetidos. Segundo Eduardo Neumann, os principais papéis desempenhados pelos missioneiros no mundo colonial eram relacionados à construção de obras públicas e na atuação como exércitos de fronteira¹⁹¹.

Os missionários logo compreenderam que haveria necessidade de estreitar os laços entre os *pueblos*: sem esta integração a sobrevivência seria prejudicada devido às precárias condições econômicas. Pensavam que era preciso que os *pueblos* fortalecessem uns aos outros, em tempos de dificuldade, buscando suprir suas

¹⁸⁹ Em São Paulo colonial, estudado por John Monteiro, os colonos frequentemente tinham acesso aos índios aldeados. Através da análise dos inventários desses colonos e as descrições de viajantes, o historiador percebeu que estes chamavam os índios que lhes prestavam serviço de “administrados”. Essa administração particular, na realidade, segundo Monteiro, era uma estratégia utilizada por eles para mascarar a real condição em que se encontravam esses nativos, muito próximos da relação de escravidão. Ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra... Op.Cit.*, pp.129-153.

¹⁹⁰ ALTAMIRANO, Diego Francisco de. “Doc: XXIV - Ânua dos anos de 1653 ao fim de 1654...”, *Op. Cit.*, In: CORTESÃO, Jaime. *Op.Cit.*, pp. 193-94.

¹⁹¹ NEUMANN, Eduardo, *O trabalho guarani missioneiro...* 1996, *Op.Cit.*

necessidades, para gerar recursos controlados pelos caciques, porém administrados pelos jesuítas¹⁹².

O espaço econômico da redução guarani-jesuítica também possuía suas hierarquias. Era dividido basicamente em dois elementos principais: o *amambaé* – que eram os bens pessoais, sob administração particular de cada um dos índios ou cada família (dependendo da situação do *pueblo*), que poderiam ser suas próprias moradias, objetos pessoais e terras para o cultivo local; e o *tupambaé* – que eram os bens coletivos da missão, os quais sustentavam índios que prestavam serviços nas cidades coloniais, os próprios missionários e indigentes que não tinham condições de trabalhar nos ervais ou no rebanho do gado¹⁹³.

Tendo sido um dos primeiros missionários a contatar os índios itatins com sucesso, o padre Justo Mancilla havia sido designado pelo Colégio de Assunção para procurar os nativos que fugiram das reduções, nos críticos anos em que foram atacadas pelos paulistas (1648-49). Em 1651, o jesuíta partiu para reunir os grupos dispersos e ainda tentar trazer novos índios para as missões. Foram reunidas mais de 750 famílias indígenas, que aumentaram seus números com a atração de nativos “infiéis”, totalizando 900 famílias no interior das reduções jesuíticas¹⁹⁴:

De modo q al Juez y soldados causo aquella demostración de sentimiento no menos edificación q alegría y admiración, siendo testigos oculares del amor de aquella gente y fidelidad a los Padres que desmentía las calumnias y falsedades, que habían en el Paraguay esparcido los Obispales de q nuestros mismos Indios nos habían echado ofendidos del trato ajeno de nuestras obligaciones e instituto.¹⁹⁵

Neste fragmento, os índios demonstram estarem alegres com a presença dos missionários, mas nem sempre era assim. No *pueblo* de Arauquai, os infiéis ameaçavam

¹⁹² HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas... Op.Cit.*

¹⁹³ Idem, pp. 201-217.

¹⁹⁴ ALTAMIRANO, Diego Francisco de. “Doc: XXIV...”, In: CORTESÃO, *Op.Cit.*, p.204.

¹⁹⁵ Idem, pp. 205-06.

o sucesso da atividade dos missionários e pareciam temer a presença dos padres: não confiavam em suas palavras. Os rumores que se espalhavam sobre os inacianos contribuíam para o seu descrédito. Um índio infiel da região, por exemplo, instigava seus parentes itatins missioneiros contra os jesuítas, alegando que os mesmos lhes venderiam e aprisionariam conforme seus interesses, a partir do momento em que os nativos voltassem para as missões:

Mas dichosa fue la suerte de las muchas almas q estaban en un retiro llamado *Araquai*. (...) porque uno infiel a sus obligaciones y a la verdad instigado del Demonio, desató injusta su lengua contra los Padres persuadiendo a sus parientes no se redujesen si querían tener su libertad ilesa, porque luego que llegasen al pueblo había el Padre de vender los muchachos y a ellos aprisionarlos, y otros embustes semejantes, sugeridos del Padre de mentiras, q tragaba por este medio imposibilitar su remedio a tantas almas.¹⁹⁶

Portanto, conforme ressaltou Guillermo Wilde, os índios que participaram das missões não podem ser tomados como um grupo homogêneo. Existiam tensões referentes aos distintos projetos dentre os grupos indígenas na região. Esses índios seriam movidos não tanto por uma filiação étnica, mas principalmente pelas relações de parentesco e lealdades políticas imediatas. Além disso, não havia somente guaranis dentro das reduções. Outras parcialidades estavam em contato com os grupos que foram para as missões e se relacionavam com eles¹⁹⁷. Como visto anteriormente, os índios do Guairá, por exemplo, migraram com os padres para o Itatim após a bandeira de 1629. Os paiaguás contatavam os itatins desde antes da chegada dos inacianos. Esses dados permitem afirmar que o espaço reducional era bastante heterogêneo em sua composição, muito mais do que os jesuítas mostram em seus relatos.

Receosos da repetição dos estragos causados pelos bandeirantes, os jesuítas necessitavam adaptar sua atividade missionária para o contexto do Itatim. Conforme

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009, p.24.

escreve Charlotte de Castelnau-L' Etoile, o projeto dos jesuítas foi alvo de constantes reformulações durante o período colonial. É necessário destacar que a realidade enfrentada pelos padres em seu trabalho nas missões, muito distinta das suas expectativas de êxito, era um dos principais fatores que comprometia a expansão da atividade missionária¹⁹⁸. Peste, fome, ciclos de frio e guerras eram os principais empecilhos práticos.

No que tange o cacicado, também houve alterações significativas. Os caciques estavam isentos dos tributos. Na região do Itatim,

Cada aldeia possuía seu chefe ou cacique principal, porém seu poder de direito durava enquanto durasse sua autoridade de fato. Por outro lado, os cronistas espanhóis acreditavam que o *cacigazgo* já era uma dignidade hereditária. No Paraguai colonial, os caciques aliados e “crístãos” eram agraciados com o honorífico título de “Don”. No Itatim, há o caso do cacique Paracu, cujo nome, após a “conversão”, passou a ser Don Diego Paracu. O cacique era escolhido de acordo com suas virtudes pessoais.¹⁹⁹

Os historiadores costumaram a caracterizar o êxito da missão apenas a partir dos esforços dos missionários envolvidos, que tiveram que enfrentar inúmeros obstáculos à sua permanência no Paraguai colonial. É preciso matizar essa visão. Os índios também contribuíram, recriando o espaço reducional conforme foram enfrentando as circunstâncias específicas. Nem sempre os interesses dos índios entravam em conflito com os dos jesuítas, mas caminhavam na direção da conciliação²⁰⁰.

O perfil jesuítico de catequização era bastante punitivo: os jesuítas são responsáveis pelo combate às práticas culturais dos índios, comuns na sociedade guarani, como a poligamia e a antropofagia. Contudo, nas ânuas dos padres

¹⁹⁸ CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

¹⁹⁹ SOUSA, Neimar Machado de. *A Redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim: entre a cruz e a espada*. Campo Grande: UCDB, 2002, p. 57.

²⁰⁰ GARCIA, E. F. “Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII”. *Tempo - Revista do Programa de pós-graduação em Historia da UFF, Vol. 19 n. 35 | Dossiê: Missões na América Ibérica – dimensões políticas e religiosas*, Niterói, 2013 ; WILDE, Guillermo, *Op.Cit.*

missioneiros, quando há relatos sobre castigos impostos aos índios, os inacianos os descrevem de forma metafórica, utilizando figuras de linguagem de cunho religioso, para relatar o caso que descrevem. Nas fontes jesuíticas, os índios surgem como personagens estereotipados, presos as imagens opostas; a da rebeldia resistente aos ensinamentos religiosos ou da conformidade passiva aos preceitos católicos. Os jesuítas compunham visões dos nativos diferenciadas, antes e depois da conversão desses grupos. No fragmento da carta ânua dos jesuítas, relata-se a resistência de uma índia à doutrina jesuítica:

Una India mal contenta con la ley de Cristo despreciaba insolente los consejos del padre y cerraba los ojos a los cristianos ejemplos de los suyos, anulando por volverse a su libertad gentílica. Viendo el padre frustrados otros medios, para hacerla volver en si, acogió se a la oración, pidiendo al Señor fervoroso el sosiego de aquella alma. Incliné se benigno Dios a sus ruegos, y luego despachó una enfermedad tan penosa, q afligió el cuerpo de la India puesta en un grito, hasta q reconocida de su yerro, se redujo a verdadera penitencia.²⁰¹

Segundo o relato, o missionário teria tentado convencer a índia a aceitar o catolicismo. Não encontrando sucesso, moveu-lhe um poder “divino”, através de suas orações, que “afligiu o corpo da índia”. Ao dar prosseguimento no relato, na realidade, percebe-se que o inaciano se utilizou de alegorias e metáforas para narrar a imposição de um castigo corpóreo à índia “que se reduziu a verdadeira penitência” após o ocorrido.

Essa forma de narrativa é constante nos relatos sobre a vida nas missões. Ainda que os jesuítas precisassem afirmar constantemente sua autoridade, havia uma preocupação com a divulgação dos castigos, assunto polêmico para a ordem, que era levantado com frequência pelos seus opositores. A narrativa do caso da índia poderia indicar a existência de um rígido controle sobre os comportamentos dos guaranis

²⁰¹ ALTAMIRANO, Diego Francisco de. “Doc: XXIV...”, *Op.Cit*, p.207.

missioneiros, mas os mecanismos que os índios encontravam para manter seus costumes eram criativos e explorados por eles:

Hallé los doscientos Indios del Caaguazú Barbaros, Borrachos, Pintados, Cabelludos como Mujeres, Soberbios, desobedientes, con el mismo ser de los Chiriguanas, que dejan eran cristianos; porque pasando por sus tierras un Clérigo llamado Cerian, fue dando nombres' de cristianos a los que topaba, y aunque no sabía la lengua, dicen bautizó algunos, q después de examinados, no tenían más del nombre de cristianos y todos los demás eran infieles.²⁰²

Nesse ponto os jesuítas também precisaram se adaptar as condições impostas pelo espaço em que atuavam e circulavam. Em diversas situações tiveram que se sustentar de alimentos pobres e viver de acordo com os costumes dos índios, que lhes prestavam auxílio:

Nos ayudaron a reducir a otros trescientos Indios con grandísimo trabajo de los Padres, q en tres años después de mi llegada no cesaron de ir en misiones a cuarenta y mas leguas lesos, sustentando-se los Padres, y los Indios de frutilla, caça y pesca dos meses enteros.²⁰³

Podemos caracterizar essa situação como um processo de negociação, tal como definiu Richard White, entre as pautas nativas e as inácianas. Na visão de White, que estudou a região de fronteira dos Grandes Lagos colonizada pelos franceses, o conceito de *middle-ground* constitui-se como um campo de disputa, onde nenhuma das convenções socioculturais sobrepujaria a outra. Em outras palavras, esse território seria marcado pela construção de uma mediação²⁰⁴. Podemos traçar esse paralelo com o caso das missões, porém sem perder de vista o caráter de dominação imposto pela situação colonial em que se encontravam adequados os índios missioneiros. A negociação existia, mas se fazia em termos desiguais.

²⁰² BERTHOD, Manuel. "Doc: XVIII – Testemunho do padre Manuel Berthod sobre a história das reduções do Itatim (20/03/1652)". In: CORTESÃO, Jaime, *Op.Cit.*, p.100.

²⁰³ Idem, p.101.

²⁰⁴ WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1991, pp.50-93.

Muitos estudiosos sobre o tema das missões têm incorporado a perspectiva metodológica da antropologia histórica em suas análises, quando tratam das relações, marcadas pelas negociações e trocas culturais, que se estabeleceram entre missionários e índios. Cristina Pompa, por exemplo, discute a ideia de que a religião, mais do que um instrumento de dominação e imposição dos costumes cristãos, era lida e interpretada a partir da realidade colonial, funcionando como um canal através do qual os índios encontravam espaço para negociar as suas próprias visões de mundo, a partir dos ensinamentos aprendidos com os jesuítas. Os índios absorviam, rejeitavam e reelaboravam as mensagens cristãs que lhes eram transmitidas, caracterizando uma relação de choque e aproximação entre horizontes simbólicos essencialmente distintos²⁰⁵.

Em suma, os processos de construção do espaço guarani-misoneiro foram marcados por tensões políticas, sociais e culturais entre os atores históricos envolvidos. Neste sentido, podemos pensar nas diversas dimensões que as fronteiras assumiram nesses locais. Dessa forma, deve-se discutir em que medida a condição limítrofe das reduções oferecia aos índios itatins possibilidades de escolhas diferenciadas, assunto que será discutido no próximo capítulo.

²⁰⁵ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

Capítulo III

O NERVO MAIS FORTE DAS FRONTEIRAS

Neste capítulo analisarei a trajetória dos índios itatins, tomando como pressuposto os mais recentes debates teórico-metodológicos sobre os estudos indígenas durante a época colonial, que vêm sendo promovidos nas últimas décadas. Em outras palavras, a discussão central do capítulo é nada menos do que o objeto desta pesquisa, as populações nativas do Paraguai colonial, mais precisamente, os itatins.

Nesse sentido, utilizo dois principais suportes para aprofundar esta discussão. O primeiro ponto é relativo ao que se conhece como o “conceito de fronteira”, imprescindível para entender as conexões entre a remota região do Itatim e as metrópoles ibéricas, além de contribuir para a percepção das formas como a província estava inserida no âmbito local (ou seja, suas relações com o governo de Assunção, com os padres jesuítas, com os agentes coloniais...).

O segundo ponto trata-se da reflexão sobre os processos identitários sofridos pelos itatins no contexto colonial, caracterizados pela existência de transformações múltiplas e complexas em seus modos socioculturais de organização. Portanto, busco pensar como os itatins aparecem nos documentos históricos. Afinal, quem eram os itatins? Considero principalmente suas dinâmicas sociais e as tensões estruturais existentes entre dois “projetos”: de um lado as deliberações coloniais e do outro, as respostas indígenas.

Realizadas as discussões conceituais articuladas ao objeto de investigação desta pesquisa, passo adiante para as situações históricas mais específicas acerca do contexto do Itatim ao longo da primeira metade do século XVII. Abordo, sobretudo, dois assuntos intimamente relacionados às questões de fronteira e identidade: as incursões dos mamelucos paulistas nas missões jesuíticas do Paraguai – responsáveis pelo deslocamento forçado de inúmeros grupos de nativos – e o uso das armas de fogo pelos índios, com o objetivo de se defenderem contra os ataques promovidos pelos bandeirantes, com o apoio dos moradores locais. Acredito ser possível problematizar e avaliar, em meio à documentação relacionada a esses eventos, o papel desempenhado pelos índios itatins como guardiões das fronteiras espanholas na América meridional. Por fim, cabe aqui ainda ressaltar a configuração das missões jesuíticas do Itatim e o destino dos índios do pantanal, pressionados a deixar as reduções para se interiorizar nos sertões em busca de abrigo contra os paulistas.

3.1. A condição de zona fronteira

Aportes teóricos sobre o conceito de fronteira e suas relações com o Itatim

A liberdade da zona fronteira é explorada com mais criatividade por deslocamentos situacionais e combinações inovadoras, organizando seus recursos de novas maneiras, fazendo experiências. Nas zonas fronteiriças, há espaço para a ação [*agency*] no manejo da cultura.²⁰⁶

O fragmento acima faz alusão os novos caminhos da discussão acerca da teoria de fronteira. Nas palavras de Ulf Hannerz, depreende-se a ideia de que nas zonas limítrofes americanas existia uma liberdade transacional maior para os atores sociais

²⁰⁶ HANNERZ, Ulf. “Fluxos, fronteiras, híbridos. Palavras-chave da antropologia transnacional”. *Revista Mana*, vol. 3(1), pp: 7-39, 1997.

envolvidos nas histórias dessas regiões. Contudo, não se perde de vista, no caso dos indígenas, que a liberdade era muito relativa no Paraguai do século XVII, possuindo significados distintos dos coetâneos. Como visto anteriormente, mesmo os índios considerados livres, tinham sua liberdade cerceada pelas diretrizes coloniais, embora eles buscassem prevalecer seus quereres.

Geograficamente situado no ermo pantanal, no centro da América do sul, a longínqua província do Itatim – conforme a visão dos espanhóis – formava uma fronteira interna no período colonial, fixada ao norte da cidade de Assunção. Cruzando ambas as margens do rio Paraguai, não se tratava de um território pequeno e desde antes da chegada dos colonizadores e era frequentado pelas populações nativas. As incursões iniciais dos conquistadores durante o século XVI se deram no contexto de busca pelos metais preciosos, como visto anteriormente. Nos anos posteriores, através dos contatos com a sociedade envolvente, politicamente a província do Itatim ficou subordinada ao governo assuncenho quando da ocasião da fundação da província jesuítica do Paraguai em 1607.

Contudo, é necessário esclarecer que não se trata de pensar somente que a região do Paraguai fosse uma fronteira interna no sentido estritamente geográfico. Tal indicação remeteria a ideia inicial de fronteira, da forma como foi proposta por Frederick Jackson Turner, quando este analisou a formação do território nacional dos Estados Unidos no século XIX e a ocupação de novas localidades fronteiriças abertas e indefinidas no espaço norte americano²⁰⁷. Trata-se aqui principalmente de problematizar a visão turneriana, considerando, no caso do Itatim, que a fronteira nesta região possuía significados sociais, culturais, políticos, dentre outros, evidenciando dessa forma seu caráter polissêmico, assimétrico e diverso.

²⁰⁷ TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira no Oeste Americano”. In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EDUFF, [1893]2004.

Outro ponto importante para a discussão das fronteiras partiu de um estudo inspirado nas ideias de Turner. Segundo salientou Herbert Eugene Bolton em 1917, a missão seria uma instituição de fronteira por excelência. Em seus próprios termos, “las misiones, pues, como los presidios, fueron instituciones de frontera características y deben ser estudiadas como organismos de avanzada en la colonización.”²⁰⁸. A ideia presente na argumentação de Bolton seria justamente refletir sobre o papel das missões na construção das fronteiras coloniais, dando o primeiro passo para pensar esta região limítrofe como uma “zona de contato”.

Na situação do Itatim, as missões instauradas dentre os indígenas pelos jesuítas no século XVII se configurariam como uma instalação dos limites sociais da colonização no Paraguai. Era nestes espaços que índios de procedências distintas se mesclavam, dando origem a formação de novas identidades. A instituição da missão na região do Paraguai colonial desencadeou um processo de mistura de grupos étnicos distintos, trazidos de diversas regiões pelos padres. Os missionários logo se interessariam pela concentração dos índios “infiéis” nestes espaços²⁰⁹.

Entretanto, a fronteira na região do Paraguai colonial sempre foi bastante indefinida. Situado em ambas as margens dos impérios ibéricos, a circulação de serviços, mercadorias, pessoas, etc, foi responsável por incrementar essa situação de indefinição. Vários grupos sociais se aproveitavam dessa instabilidade territorial para estimular seus próprios interesses. Basicamente, o que incrementava a vida dessas populações fronteiriças era a expansão das redes comerciais, corriqueiras, relacionais e

²⁰⁸ BOLTON, Herbert Eugene. “La misión como institución de la frontera en el septentrion de Nueva España”. *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera*, Anexo 4, Revista de Indias, Madri: CSIC, pp. 45-60, [1917]1990, p.46.

²⁰⁹ ZURBANO, Francisco Lupércio de. “Doc: XI - Instrução do padre provincial Lupércio de Zurbarano para os missionários do Itatim [20/09/1643].” In: CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos...Op.Cit*, p.65.

políticas; extremante flutuantes e instáveis em sua composição²¹⁰. O que articulava essas redes eram os interesses de sujeitos históricos concretos, que possuíam vinculações distintas com os impérios ibéricos²¹¹. Em se tratando do Itatim, os limites territoriais eram incertos, mesmo para aqueles dentre os cartógrafos jesuítas. Assim descreveu o padre Ferrer a fronteira territorial do Itatim em sua carta ânua de 1633:

Nuestro Itati tiene de parte del Oriente a la dicha cordillera, al Poniente tiene al Rio Paraguay, de la parte del Norte tiene al rio Butetey que entra en el Paraguay que esta cuajado de muchísimos Gualachos labradores de que hablaremos después, y hacia el sur tiene los pueblos que corren hacia la Asunción.²¹²

Porém, a descrição do padre Ferrer refletia a maneira como se descreviam os territórios naqueles tempos. Pensemos agora no sentido diferente para fronteira. Conforme as proposições de João Pacheco de Oliveira, a fronteira “não é um objeto empírico real (...), mas uma forma de propor uma investigação”²¹³. Para o autor, “fronteira” se trataria de uma realidade criada a partir de condições específicas, como por exemplo, decorrente da situação colonial. Dessa forma, o Itatim pode ser analisado à luz dessa orientação, que busca perceber todas as diversas dimensões que compõem os espaços fronteiriços. Portanto, tais espaços são compreendidos aqui a partir da noção de fluxos sociais e culturais, não se limitando a uma perspectiva que considerava o significado de “limite” ou “fronteira” como sendo um território geograficamente demarcado.

²¹⁰ “Rede esta que objetivava levar gente, estabelecer pontas e elos no comércio de erva e mercadorias, ou de descimento de gentios, e que tinha amplo sentido territorial. Tal rede não era, contudo, exclusivamente portuguesa, mas compreendia nitidamente elementos castelhanos”. VILARDAGA, José Carlos. “Caminhos e conexões na América Meridional”. In: _____. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América Portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p.252.

²¹¹ Idem, pp.189-280.

²¹² FERRER, Diogo. “Doc: VII – Ânua do padre Diogo Ferrer...” In: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit*, p.29.

²¹³ OLIVEIRA, João Pacheco de. “A conquista do vale amazônico: fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório”. In: *O nascimento do Brasil e outros ensaios: ‘pacificação’, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, [1997]2016, p.125.

Anos depois, outros autores também começaram a se questionar sobre o conceito de fronteira. Guillaume Boccara, por exemplo, seguiu uma linha muito semelhante à de João Pacheco de Oliveira, defendeu que o uso do termo *espaço fronteiriço* explicita melhor a natureza da fronteira colonial, que teria como suas características principais o fato de ser uma zona de contato fluida e relacional. Em suas palavras, o autor comenta que a fronteira seria como “um espaço transacional de colonização no qual imperam mecanismos performativos de denominação e rituais de tomada de posse que levam à formação de novos sujeitos sociais”. Para chegar a esta conclusão, o autor analisou a situação dos índios mapuche do Chile, verificando as transformações que estes nativos passaram uma vez estabelecido o contato com o poder colonial, transformando suas identidades conforme as situações históricas específicas que atravessaram. Partindo desse postulado, podemos entender a correlação entre a construção das fronteiras e a conformação de identidades étnicas dos grupos nativos em zonas de contato²¹⁴.

Conforme visto anteriormente, a expansão das fronteiras coloniais no Paraguai atravessou dois momentos. Primeiramente, ficou ao encargo dos particulares a submissão das populações indígenas ao domínio espanhol através das guerras de conquista mobilizadas em expedições. A partir do fim do século XVI, os missionários ficaram responsáveis pela atração dos nativos para as reduções jesuíticas. No entanto, entre as missões e o restante da sociedade colonial, interpunham-se grupos indígenas que guerreavam com os colonizadores e também entre si, dificultando o processo de expansão.

Os próprios jesuítas deixaram informações claras sobre a existência de um largo projeto de ocupação da região, que visava incorporar grupos nativos que ainda não houvessem contactado os inacianos nas fronteiras ou ainda que estivesse em confronto

²¹⁴ BOCCARA, Guillaume. “Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n°.23, 2007, p.60.

com a sociedade colonial, caso, por exemplo, dos índios paiaguás. O padre Lupércio de Zurbano, provincial do Paraguai, deixou instruções claras relacionadas a essas perspectivas de expansão para outros missionários, em um memorial divulgado em 1643, voltado sumariamente para administração das missões do Itatim. Orientava que “los dos Padres que estuvieren en cada reducción y si se ofreciese salir a reducir algunos otros comarcanos delas, se podía hacer por medio de algunos Indios conocidos suyos y de confianza, que los convidasen a venir”. Desta maneira, os índios missioneiros – aqueles que já estavam nas reduções – desempenhavam um papel capital na relação com outros grupos nativos: o de auxiliar os jesuítas no convencimento dos índios de fora. Porém, esperava-se primeiramente a vinda dos caciques dos infieis para guiar as negociações, facilitando desse modo o trânsito dos missionários pelo interior dos territórios indígenas. Finalmente haveria a atração até as regiões onde seriam estabelecidas as reduções, conforme consta na instrução contida no ponto quarto das orientações do padre Zurbano²¹⁵.

O deslocamento dos índios para outros territórios, condicionado pela atividade missionária, desencadeou mudanças significativas, porém sensíveis, nos modos de vida das populações nativas dessas fronteiras. Tal processo encontrar um paralelo nas ideias propostas por João Pacheco de Oliveira, quando este autor fala sobre o que denomina como processo de *territorialização*. Em sua própria definição seria,

Um processo de reorganização social, que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural, mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.²¹⁶

²¹⁵ ZURBANO, Francisco Lupércio de. “Doc: XI...”. In: CORTESÃO, *Op.Cit.*

²¹⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ (Org.). In: *A Viagem de Volta – etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p.20.

Se considerarmos que os índios itatins ficaram teoricamente circunscritos ao território da missão, submetidos a uma unidade sociocultural específica, sua identidade étnica diferenciadora seria justamente a nova condição em que se encontravam: na situação de missionários. Essa identidade era marcada, sobretudo, a partir da diferenciação que possuíam dos grupos “infieis”. O mapa da figura dois mostra como os itatins eram cercados por outros grupos étnicos, alguns aliados e outros inimigos. Dessa forma, estiveram em guerra com os guaicurus e procuravam se afastar deles para se aproximar dos padres:

Mayor alegría experimentaron los jesuitas cuando los indios de la orilla opuesta del Paraguay, donde nunca el Evangelio había sido predicado, acudieron diciendo que su vecindad con los guaicurús les hacía inminente la guerra, y por esto deseaban emigrar á la próxima reducción de Santa Fe.²¹⁷

Como veremos adiante no segundo tópico, as reduções sofreram diversos traslados em meados do século XVII, principalmente por conta da pressão bandeirante. Ao serem deslocados com frequência de seus territórios, forçosamente ou não, os itatins foram perdendo seus antigos vínculos comunitários, caracterizando a ocorrência de uma ressocialização, que aconteceria no momento em que eles integrassem as reduções jesuíticas. Não resta dúvida que as diversas culturas nativas se misturaram dentro das missões, dando origem a uma situação inédita para índios reduzidos, a começar pela migração dos índios do Guairá para o Itatim após 1629. Os missionários do Guairá incorporaram elementos fornecidos pelos missionários, mas os utilizavam em suas negociações, principalmente quando escreviam para o monarca retratando as suas solicitações²¹⁸.

²¹⁷ DEL TECHO, Nicolas(S.J). *Op.Cit*, Tomo V, capítulo, p.271.

²¹⁸ CABILDO. “Doc: XLIX — Resposta que os índios de Santo Inácio deram aos padres Joseph Cataldino e Cristoval de Mendiola, quando estes lhes comunicaram as provisões reais em que manda aos índios das reduções não sirvam mais que dois meses, nem sejam levados à Maracaju na estação doentia. Acompanhado de testemunho de vários padres da Companhia. Santo Inácio, (14/08/1630)”. In:

Um processo muito semelhante ocorreu nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro, estudadas por Maria Regina Celestino de Almeida, quando a autora analisa a trajetória de um grupo étnico específico – os índios do Gato – que passaram a serem identificados genericamente como temiminós na medida em que se aliaram aos portugueses para combater os franceses, durante a conquista da Guanabara. Posteriormente, como bem comenta a autora, também se transformaram nos índios da aldeia de São Lourenço, quando após a vitória lusitana, receberam títulos honoríficos dos conquistadores²¹⁹.

Assim, não se trata de negar que o Itatim permaneceu uma região limítrofe e periférica entre as possessões espanholas e portuguesas na América durante o período colonial, mas compreender esta localidade como um espaço fluido e disputado e compartilhado entre os guaranis e os impérios ibéricos, onde a sociedade que ali se estabeleceu possuía dinâmica e vivências próprias, alteradas a partir da presença dos colonos. A ideia de “fluxo” pode contribuir para explicar essa situação²²⁰.

Outro ponto-chave para compreender melhor o espaço fronteiro é relativizar algumas dicotomias consagradas pela historiografia, como a relação dualística supostamente existente entre as noções de civilização/barbárie e de centro/periferia. Como apontado por Russel-Wood, a ideia de um sertão como um “lugar imaginário” onde imperaria o barbarismo, a ausência de leis e sem nenhuma relação com a sociedade envolvente esvaziaria o entendimento de “periferia” para o mundo colonial²²¹. Nesse sentido, é preciso romper com a hipótese isolacionista para explicar o Paraguai. Por mais que a região fosse isolada, segundo a perspectiva espanhola, o que se observou foi a penetração de diversos grupos sociais neste espaço, caracterizando uma

CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá...*, *Op.Cit.*

²¹⁹ ALMIEDA, Maria Regina Celestino de. *Op.Cit.*, pp.68-81.

²²⁰ HANNERZ, Ulf. *Op.Cit.*

²²¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*. [online], vol.18, n.36,1998, pp.187-250.

grande dinâmica populacional que envolvia a província inclusive em assuntos mais gerais da monarquia, como a questão dos limites.

Estudos mais recentes comprovaram a intensa relação bilateral entre os ditos “centros de poder” com as áreas “periféricas” dos impérios ibéricos, onde se verificou um enorme fluxo de pessoas de diferentes procedências. Tal fenômeno ocorria mesmo entre as periferias e as regiões classificadas como não submetidas, uma vez que tais áreas necessitavam manter relações comerciais e interpessoais com as vizinhanças, vitais para a sua subsistência. Mesmo quando havia uma tentativa de centralização metropolitana, era preciso negociar com os diversos agentes estabelecidos e que circulavam constantemente nesses espaços, movidos por interesses diferenciados, que por sua vez eram demasiado conflitantes com os projetos régios de ocupação e submissão das populações instaladas em tais territórios. Além disso, não se perde de vista o fato de que mesmo nos “centros” existem “periferias” e a recíproca também é verdadeira. Assim, a noção de centro e periferia está em constante movimentação dentro do mundo colonial, ou seja, é relacional e não se explica apenas a partir da hipótese de dois espaços encerrados em uma relação unilateral de submissão. Convertem-se, assim, em locais de interações múltiplas e pautadas pela imprevisibilidade nas relações sociais.

Decerto, a historiografia tem demonstrado que os índios habitantes das fronteiras ibéricas obtinham maiores possibilidades de negociar com as monarquias, sacando benefícios como a manutenção de suas terras coletivas e a dispensa do trabalho compulsório prestado aos particulares²²². O pagamento deste tipo de trabalho os colocava em condições análogas à escravidão, por demandar meses de serviço intensivos.

²²² Ver: ALMIEDA, Maria Regina Celestino de. *Op.Cit* ; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Op.Cit*.

Sobre essa questão, existia uma forte articulação tanto do lado espanhol quanto do lado português para a exploração da mão de obra indígena, como notou Charles Boxer²²³. José Carlos Vilaradaga se deteve em acrescentar novas perspectivas ao analisar as relações estabelecidas entre os dois lados das fronteiras ibéricas na América meridional. Segundo o autor, havia uma espécie de pacto regional existente entre os colonos espanhóis e portugueses para a utilização da mão de obra nativa, que não respeitava as determinações da monarquia em resguardar os índios do trabalho colonial excessivo. Em linhas gerais, “os interesses pela escravização dos carijós, em detrimento das ordenações de Alfaro e das reduções jesuíticas, animaram certa convivência, e até cooperação, entre guairenhos e paulistas”²²⁴. Essa cooperação ilustra ainda a tensão existente entre o centro metropolitano e as periferias americanas, uma vez que já havia sido proibida a *encomienda* e também a captura de escravos nativos, medidas que não foram respeitadas pelos moradores, como discutido no primeiro capítulo.

Dentre os documentos que abordam as conexões entre colonos castelhanos e lusitanos, há a carta escrita pelo padre Diego Francisco Altamirano que revela com maiores detalhes o pano de fundo da contenda que também envolveu os jesuítas. Em sua carta, o inaciano conta como os missionários foram expulsos das missões no ano de 1648 pelo então bispo da cidade de Assunção, o frei Bernardino de Cárdenas, com o auxílio do governador do Paraguai, Diego de Escobar Osório. Numa clara manobra para impedir que os jesuítas resistissem aos ataques dos bandeirantes, o bispo convenceu o governador para que não enviasse auxílio militar às reduções, que foram assoladas pela destruição causada pelas tropas de mamelucos paulistas e seus aliados tupis, comandados pelo bandeirante Raposo Tavares.

²²³ BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Brasiliense, Volume 353. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto, 1973.

²²⁴ VILARDAGA, José Carlos. *Op.Cit.*, p.265.

Esse episódio guarda relação com a polêmica que se estabeleceu no Paraguai sobre a questão da *encomienda*, uma vez que havia alegações por parte dos jesuítas de que os governadores do Paraguai recebiam lucros do comércio de escravos indígenas em São Paulo²²⁵. O governador anterior, Luis de Céspedes Xeria, possuía fazendas em São Vicente e havia desposado a sobrinha do governador Martim de Sá, no Rio de Janeiro²²⁶. Envolveu-se na proibição de que os índios não fossem armados, para o descontentamento dos inácianos do Paraguai, que articularam a sua saída em 1631.

3.2. A presença bandeirante no Itatim

Representando o auge do apresamento de cativos guarani, o surto bandeirante de 1628-41 relacionava-se muito mais ao desenvolvimento da economia do planalto do que – como a maioria dos historiadores paulistas tem colocado – à demanda por escravos no litoral açucareiro. Sem dúvida, alguns – talvez muitos – cativos tomados pelos paulistas chegaram a ser vendidos em outras capitanias. Mas este comércio restrito não explica nem a lógica nem a escala do empreendimento bandeirante.²²⁷

Existe uma gama de estudos sobre a atividade bandeirante, que se iniciou no último quarto do século XVI e se expandiu durante as primeiras décadas do século XVII. No entanto, excede o objetivo deste trabalho aprofundar-se na historiografia sobre as denominadas “bandeiras”. O que nos interessa é a articulação das atividades de apresamento, realizadas pelos “mamelucos del Brasil”, com a história dos índios itatins.

²²⁵ ALTAMIRANO, Diego Francisco de. “Doc: XXIV - Ânua dos anos de 1653 ao fim de 1654...”, *Op. Cit.*, In: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, pp. 193-94.

²²⁶ Sobre o caso, ver: BOXER, Charles R. *Salvador de Sá...Op.Cit.*, pp, 94-99 e HEMMING, John. Pp.380-381. Ver também a nota 36, capítulo I, deste trabalho.

²²⁷ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, pp.76-77.

Conforme salientou John Monteiro, não se pode compreender o surto das atividades dos bandeirantes apenas a partir da lógica de abastecimento do mercado colonial atlântico da América portuguesa com a mão de obra guarani. Com discute o autor, a historiografia que defendia essa ideia ignorou o papel dos guaranis na montagem da economia colonial voltada para o interior do continente²²⁸. A ideia presente no estudo de John Monteiro reavivou o debate sobre a figura dos bandeirantes, suscitando novas perguntas. Quem seriam essas pessoas? Quais seriam as motivações desses homens? Nesse sentido, Russel-Wood problematizou essas questões, discutindo com a historiografia sobre o assunto. Segundo ele, “bandeirante” não passava de um termo genérico – geralmente associado aos habitantes do território de São Paulo na América portuguesa – relacionado ao um grupo específico supostamente composto por mestiços ou portugueses, que não passavam de homens rebeldes às determinações da coroa e independentes em suas ações. Além disso, sabiam falar as línguas indígenas e muitas vezes atuavam como intérpretes, sendo inseridos nas comunidades nativas devido às suas habilidades²²⁹. Na realidade, era algo mais complexo. Tanto o movimento bandeirante possuiu diversos significados e motivações – que variavam conforme o tempo e o espaço – como os membros que compunham estas bandeiras eram de procedências distintas. Muito da imagem que se construiu sobre o bandeirante foi cunhada durante o século XVII, pela retórica jesuítica.

Os bandeirantes entraram na região do Paraguai utilizando o chamado “caminho proibido”, que interligava as regiões do Paraguai e São Paulo. Esse caminho era na realidade o trajeto dos sertões no século XVI, de amplo conhecimento das populações

²²⁸ Jaime Cortesão, por exemplo, atribuiu inclusive aos paulistas a demarcação das fronteiras meridionais da colonização portuguesa na América. Ver: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, [1958], 2012.

²²⁹ RUSSEL-WOOD. A. J. "New Directions in Bandeirismo Studies in Colonial Brazil". In: *The Americas, Rethinking Bandeirismo in Colonial Brazil*, Academy of American Franciscan History, Vol. 61, No. 3, 2005, p.362. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4490919>.

nativas. Os índios serviram inúmeras vezes como guias para os preadores e comerciantes que circulavam por esse caminho, como bem apontou Sérgio Buarque de Hollanda. Nas bandeiras, seguiam não apenas os paulistas, mas muitos tupis da costa do Brasil – aliados dos portugueses – que trabalhavam para os seus colonos administradores e diversas vezes os guiavam nas expedições em direção ao interior do continente, abrindo as trilhas, atuando como carregadores e tropeiros²³⁰.

O que tem ficado cada vez mais claro para os pesquisadores é que o surto das atividades dos bandeirantes, sobretudo a partir da década de 1620 até o início de 1640, acentuou o processo de territorialização sofrido pelos índios itatins no Paraguai colonial em meados do século XVII²³¹. Os indígenas foram forçados a se deslocarem constantemente para o sul, em direção a Assunção, uma vez que a localização exata das missões jesuíticas do Itatim já seria do conhecimento dos paulistas desde 1633. Como forma de confundir os preadores de índios e antecipar seus movimentos, os jesuítas promoveram o treinamento de um serviço de espias e começaram a importar e produzir pólvora para abastecer suas munições.

Para as rudimentares missões do Itatim, foi catastrófico o ataque sofrido no ano de 1633. A bandeira paulista organizada por Manuel Preto e Raposo Tavares, que em 1628 deixou o Guairá em ruínas – que levou ao fim de Ciudad Real (fundada em 1556) e ao abandono de Villa Rica del Espiritu Santo na mesma época – acabou atravessando o alto Paraguai e atingiu a região do Itatim no princípio da década de 1630. Quando ali chegou, passou a ser liderada pelo bandeirante Ascenso Quadros. Nem mesmo o núcleo hispano-criollo de Santiago de Xerez pôde resistir às investidas dos bandeirantes, sendo

²³⁰ Sobre isso, ver: HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. (3ª edição). São Paulo: Companhia das letras, 1994.

²³¹ Sobre esta ideia, concordo também com Neimar Machado de Sousa e Isabelle Combès, embora o estudo de Combès tenha dado conta de perceber esse fenômeno para o Itatim, enquanto que Neimar Machado de Sousa analisou a trajetória de uma redução específica, Nuestra Señora de Fé. Veja-se: SOUSA, Neimar Machado de. *A Redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim...Op.Cit* ; COMBÈS, Isabelle. *De la una y otra banda del río Paraguay...Op.Cit*.

consequentemente despovoado pelos seus moradores. O relato do padre João Baptista Ferrufino fornece um panorama do que foi essa ampla frente bandeirante, que continuou a perturbar as reduções anos depois:

El año de treinta y cuatro, habiendo primero infestado los Pueblos que estaban de la banda del sur de este Rio Paraguay, de vuelta entraron por el Bocaitybuqu y llegaron hasta el Iatebo, que era como el riñon de la Provincia del Itati, donde los Padres referí dos se habían retirado y dado principio a una buena población de Indios, los cuales llevaron los dos Portugueses, con otros muchos de toda aquella comarca; dejándola casi del todo des poblada.²³²

Com a crise que se estabeleceu a partir da invasão no Itatim em 1632 devido à invasão da bandeira de Quadros, os colonos tentaram transladar a cidade de Xerez, votando em *cabildo* aberto sobre a questão. Tendo sido negada a mudança pelo governo do Paraguai, a partir de 1633 os moradores passaram a demandar números maiores de índios para o trabalho compulsório. Encontrando ampla oposição dos missionários e dos próprios indígenas nessa questão, “os habitantes de Xerez abandonaram sua cidade, preferindo compactuar com os paulistas na captura de índios, que poderiam também vender como escravos”²³³. Decerto, se os indígenas debandavam para São Paulo para fugir dos encomendeiros nas primeiras décadas do século XVII, logo procurariam os jesuítas espanhóis para abrigá-los a partir das investidas. Don Pedro Paracu – cacique principal do pueblo de Araquay, localizado no Itatim – demonstrou interesse em acompanhar os bandeirantes paulistas, porém acabou sendo aprisionado por eles. Posteriormente, seria resgatado pelos jesuítas²³⁴.

Sucessivas invasões ocorreram na década de 1630; não apenas no Itatim, mas também no Tape e no Uruguai. Em 1634, essa ampla frente bandeirante parecia não

²³² FERRUFINO, João Baptista. “Doc: XVI – Petição do padre João Baptista Ferrufino para o ouvidor Garabito para mudar os índios itatim reduzidos para outro lugar [1649]”. In: CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos...Op.Cit*, pp.78-79.

²³³ GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.241.

²³⁴ PUCHETA, Baltasar de. “Doc: VIII – Petição apresentada ao governador do Paraguai pelo procurador geral de Assunção...In: CORTESÃO, *Op.Cit*, p.56.

encontrar qualquer tipo de empecilho ao seu avanço, não fosse pela ação dos jesuítas e dos índios missioneiros. No instante em que as reduções perceberam que não poderiam enfrentar diretamente os paulistas, começaram a articular, tal como quiseram fazer os moradores de Xerez, a mudança do local para o estabelecimento das missões. Vale ressaltar também a importante vitória alcançada pelos missionários que, em comando dos índios missioneiros, venceram a batalha de M'Bororé em 1641 contra a bandeira organizada por Manuel Pires, na região atual do Uruguai, restando os impulsos preatórios dos mamelucos por um tempo. Essa vitória acabou trazendo um período de relativa paz para as reduções (1641-1646) onde as mesmas puderam prosperar, contando com o auxílio do colégio jesuítico de Assunção²³⁵.

Contudo, as investidas dos paulistas a partir desse período seriam realizadas em maiores proporções. Puderam mobilizar tropas significativas e, mancomunados com o bispo de Assunção, Bernardino de Cárdenas, que chegou ao poder em 1640, conseguiram encontrar as novas localizações das reduções, arrumando a articulação de seu novo assalto. Entretanto, foi neste mesmo ano que os padres Antonio Ruiz de Montoya e Francisco Díaz Taño viajaram até a Europa para apelar ao monarca auxílio contra os paulistas²³⁶.

Ora, as novas reduções se localizavam mais ao sul das primeiras fundadas no Itatim. Foram constituídas no ano de 1634, logo após os jesuítas reunirem o que restou da gente indígena do Guairá e do Itatim. Essas missões foram reagrupadas em Andirápuca e Tepoti, de acordo com o relato do padre Ferrer. Porém, logo se concentraram em uma única frente, no Yatebó. O local teria sido escolhido pelos próprios índios: “hicimos luego una Reducción sobre el Rio Tepoti, que tiene muchas

²³⁵ Entretanto, os ataques não cessariam: ocorreram investidas em 1647, 1648, 1651 e 1656.

²³⁶ Sobre o caso, veja-se: MORNÉ, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1968.

comodidades, porque es un lugar alto con linda vista en campo, con mucho monte para sus chacaras, ay mucho pescado y caça, y los Caciques (..) escogieron a este lugar”²³⁷.

No ano de 1639, as reduções acabaram se concentrando em um único espaço:

(...) apenas se habían comenzado 2 ó 3 reducciones, dieron sobre ellas los portugueses, que destruyeron á Jerez; retirándose los pocos indios que escaparon con los Padres, y se redujeron unos en Taraguy y otros en Ibu, en Yateba, en Tarciri y en Jutay. Volviendo el portugués el segundo año, cautivó y desbarató los dichos pueblos y reducciones, y huyendo del enemigo pasaron los indios á la otra banda del Paraguay, entre infieles; otros se ampararon del Payagua y otros se escondieron; de suerte que se retiraron al fin los Padres al Caaguazú.²³⁸

Por motivos de invasão dos portugueses, como mostra o mapa da figura três, a missão do Yatebó também se dividiu no ano seguinte, dando origem a duas dentre as mais conhecidas reduções do Itatim: Nuestra Señora de Fé de Taré e San Ignacio Caaguaçu²³⁹. É provável que as reduções tenham se unificado para evitar que fossem destruídas, tornando mais fortalecida a sua defesa em conjunto.

Porém, no ano de 1647 os bandeirantes voltaram a procurar por cativos guaranis das missões, influenciados pelas dificuldades que se apresentavam para conseguir mão de obra indígena, cada vez mais rarefeita. Os paulistas atingiram sorrateiramente a redução de Taré e levaram muitos dos índios missioneiros. As fontes não fornecem informações precisas sobre a quantidade de nativos levados como cativos nem das mortes provocadas pelos combates. Outros indígenas conseguiram fugir em direção ao pantanal, mas ficaram temerosos de cárem nas mãos dos mamelucos ou de serem capturados pelos índios guaicurús:

Llego el año de cuarenta y siete, en que los dos Portugueses invadieron la reducción de Tare, con un asalto repentino, en q cautivaron y pusieron en

²³⁷ FERRER, Diogo. “Doc: VII – Ânua do padre Diogo Ferrer...”. In: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit*, p.44.

²³⁸ PASTELLS, Pablo (S.J). *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia Del Paraguay...Op.Cit*, tomo I, p.320.

²³⁹ MAEDER, E. J. & GUITÈRREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano...Op.Cit*.

colleras los Indios que pudieron aprehender desapercibidos, esparciendo, y amedrentando los demás. Con esta ocasión fue forzoso retirar aquel pueblo veinte leguas mas acá a un puesto llamado mboymboy; donde entre los afanes y trabajos de recoger los huidos, y escondidos por los montes.²⁴⁰

A única solução plausível nesta conjuntura, como preveniram os jesuítas, seria realocar os sobreviventes ao ataque na região de Mboymboy. Um relato anônimo, escrito um ano depois provavelmente por outro jesuíta, que comenta sobre as investidas dos bandeirantes e do envolvimento do bispo de Assunção nesses episódios, esclarece qual era o motivo para a retirada dos *pueblos*, que estariam em busca de regiões mais distantes de São Paulo:

Por la invasión que el Portugués de S. Pablo hizo en 8 de Setiembre del año de 47 en la última reducción del Itatin distante 40 leguas de la primera llamada S. Ignacio de el Caaguaçu, se trato de retirarla y que estuviesen ambas a la vista una de otra para poder con mayor fuerza resistir al enemigo, si viniese.²⁴¹

Seria necessário que as reduções não ficassem apartadas demasiadamente umas das outras, na medida em que o auxílio mútuo, no caso de uma invasão, deveria ser o mais ágil possível. Algumas reduções possuíam armamentos mais pesados, como canhões, que precisaram ser carregados ao longo do percurso de várias léguas. Além disso, ciclos de fome, pestes e frios intensos também foram responsáveis por reduzir drasticamente a população missioneira.

²⁴⁰ FERRUFINO, João Baptista. “Doc: XVI...”, *Op.Cit.*

²⁴¹ ANÔNIMO. “Doc: XVII – Conflitos da missão do Itatim com o bispo de Assunção e com algumas bandeiras paulistas. [1650]”. In: CORTESÃO, Jaime. *Op.Cit.*, p.89.

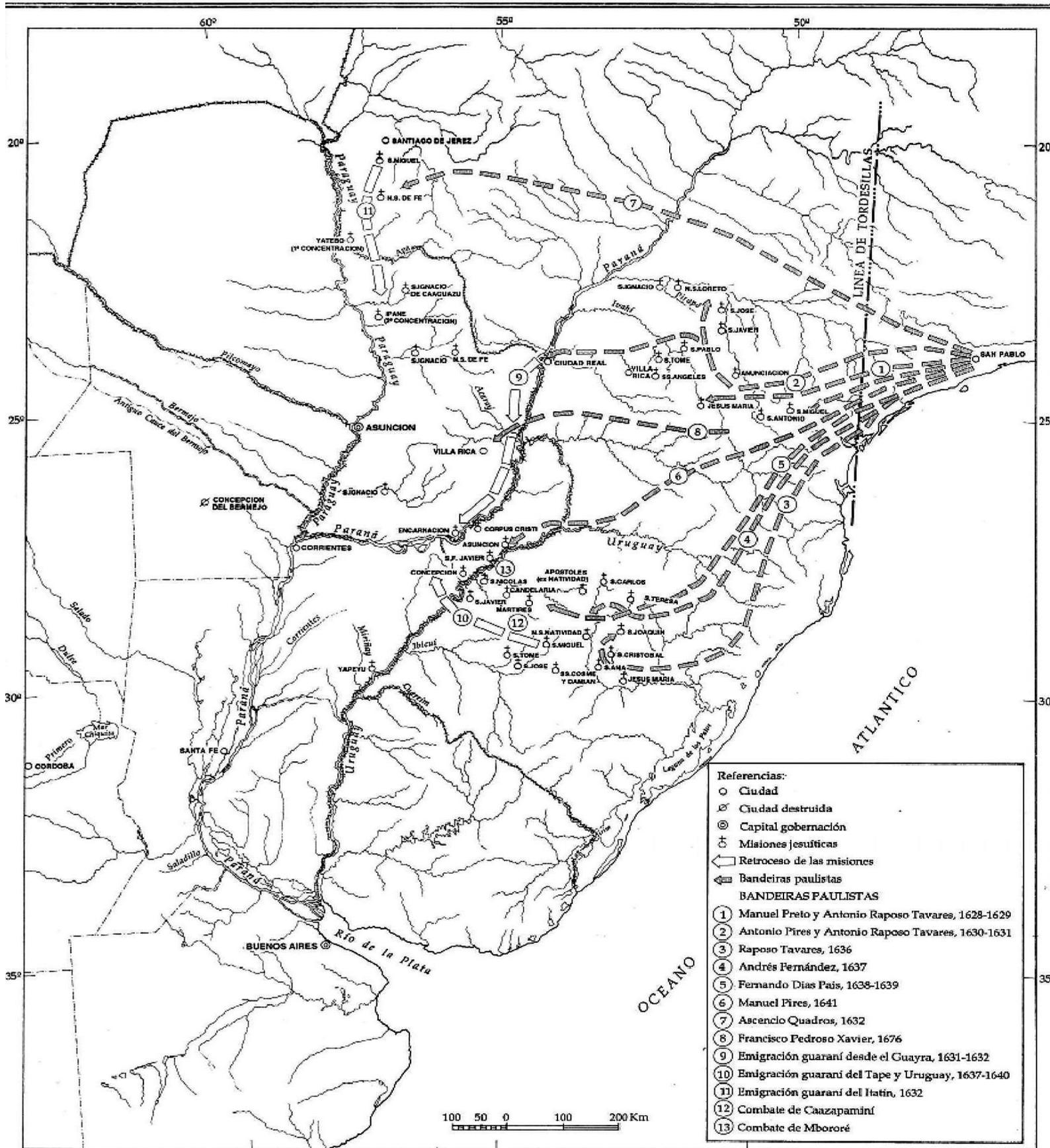


Figura 3 - Incursões dos bandeirantes (século XVII)

In: MAEDER, E. J & GUITÉRREZ, Ramón. Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil.

3.3. *Identidades, etnogênese e dinâmicas sociais*

Nos caminhos da etnogênese

Dentre as principais contribuições oriundas do diálogo teórico-metodológico estabelecido entre a antropologia e a história, destaca-se a que aborda experiências vivenciadas pelos povos indígenas em situação de contato. Em linhas gerais, a partir dos anos 1990, a datada visão da denominada “etnologia das perdas”²⁴² deu lugar para as interpretações baseadas no conceito definido pelos especialistas no assunto como etnogênese, que seria um viés teórico direcionado a considerar dois fenômenos principais: a reinvenção de antigas etnias e a construção de novas identidades étnicas a partir da experiência colonial.

Essas ideias foram influenciadas pela retomada de algumas proposições de Max Weber, quando o mesmo escreveu sobre as comunidades étnicas. Para ele, a crença no parentesco de origem pode ter consequências importantes, principalmente para a conformação da comunidade política e o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, o autor cunhou uma definição própria para o que chamou de “grupos étnicos”: aquela coletividade que crê possuir uma mesma procedência subjetiva em comum. Para tanto, Weber ressignificou a importância de elementos culturais para as populações nativas. Mesmo quando os índios elegiam determinados costumes “culturais” para marcar sua identidade, o faziam através do que ele denominou como “ação política”²⁴³.

²⁴² A etnologia das perdas seria uma visão que vem sendo superada pela historiografia. Caracteriza-se pela ênfase na percepção das perdas culturais sofridas pelos índios. OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos índios misturados...”, *Op.Cit*, p.19.

²⁴³ WEBER, Max. “Relações comunitárias étnicas”. In. _____. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1994, p.267-277.

Nos anos sessenta, Fredrik Barth atentou também para a formação dos grupos étnicos, enfatizando a necessidade de considerar não apenas a cultura, mas principalmente a ação política na constituição desses grupos. Em outras palavras, a identidade se conforma elegendo elementos tanto culturais quanto políticos para solidificar o grupo étnico²⁴⁴.

Maria Regina Celestino de Almeida também problematizou a questão da identidade étnica dos grupos indígenas aldeados na América portuguesa, baseando-se em Weber e Barth. Nestes espaços, grupos indígenas de diversas origens se “misturaram” dentro das missões, originando novas identidades, marcadas pela relação política com a sociedade colonial. Como os tupis da costa do Brasil tiveram uma experiência muito semelhante àquela vivenciada pelos índios missionários do Paraguai, do lado espanhol, podemos estender as comparações cabíveis entre esses grupos, utilizando os mesmos instrumentos teóricos para pensar a situação dos itatins. Estes índios, localizados do lado ocidental do rio Paraguai, foram reduzidos em 1632, o que os direcionou aos espaços das missões. Por outro lado, a historiografia tem demonstrado como os índios iam e vinham das missões²⁴⁵. Uma vez inseridos no sistema colonial, passaram a articular-se a partir de uma ação política comum e ganharam um novo sentimento (subjeto) de comunidade, este último orientado pela até então inédita identificação como “aldeados”²⁴⁶. Essa identificação estaria intimamente relacionada, no caso do Itatim, ao papel desempenhado pelos nativos como protetores das fronteiras, como veremos no próximo item do capítulo.

²⁴⁴ Ver: BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

²⁴⁵ Elisa Garcia demonstrou como houve um aumento da circulação dos guaranis pela região da campanha, incentivados pela própria administração portuguesa, no contexto do final do século XVIII. GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio...Op.Cit*, pp.284-288.

²⁴⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas...*2003, pp.300-330.

É difícil tentar mensurar se os índios itatins teriam de fato adquirido essa nova identidade e teriam deixado de lado a identificação itatim ou se essas duas identidades coexistiram em determinado momento. Muitos dos etnônimos foram criados a partir da experiência colonial, num processo de via dupla de etnogênese e etnificação. Para a situação do Itatim, devemos lembrar que a experiência missioneira se iniciou a partir da destruição da província guairenha e muitos índios do Guairá se deslocaram para o Itatim, com o intuito de ajudar os missionários na atração dos grupos localizados entre os rios Jejuí e o Apa:

(...)una provincia de que tenía antes noticia, que se llama Itatin, gente que nunca había venido al servicio de V. A., á la cual provincia llegué en salvamiento, exhortando y animando á los de la provincia al servicio de V. A., y sin muerte ni escándalo de ninguno de ella, la reduje y tomé la posesión de la tierra en nombre de V. A.; y fue Dios servido que descubrí camino más cierto y seguro para nuestro viaje, según la relación conforme que de los indios más viejos de la tierra tomé; y con esto, dejando la tierra pacífica, en fin de setiembre del mismo año llegué á esta ciudad, en donde fui bien recibido.²⁴⁷

Foi no contexto das primeiras explorações que o território chamado de “Itatim” surgiu pela primeira vez na documentação da época, mais precisamente em um informe redigido por Domingo Martinez de Irala, no momento em que os espanhóis tomam conhecimento sobre a presença das famílias itatins ao norte de Assunção em 1543. No informe, o adelantado Irala conta como havia sido a sua viagem até o norte do rio Paraguai, que se iniciou em 1542 e terminou no ano seguinte, tendo ele atingido o Puerto de los Reyes, na comarca do Itatim. Essa expedição está intimamente relacionada à lenda acerca da suposta presença de metais preciosos na região, procurados tanto por espanhóis quanto por indígenas²⁴⁸. Conta Nicolas del Techo que “La población no era

²⁴⁷ IRALA, Domingo Martínez de. “Carta al consejo de Indias. Asunción, 24 de julio de 1555”. *Cartas de Indias*. Madrid: Atlas: pp. 571-578, [1555], 1877.

²⁴⁸ Veja-se: IRALA, Domingo Martínez de. “Relación de la jornada al norte”. In: JULIEN, Catherine. *Desde el Oriente. Documentos para la historia del Oriente boliviano y Santa Cruz la Vieja (1542-1597)*. Santa Cruz: fondo editorial municipal, doc.1: 1-11, [1543], 2008.

muy densa si se tiene en cuenta la extensión de la tierra y variedad de naciones; la causa debe atribuirse á la naturaleza del clima, cálido y húmedo, por la cual ocasionaba enfermedades”²⁴⁹.

O próprio significado do topônimo Itatim está relacionado a essa questão, uma vez que a palavra “Ita” significa “pedra”, enquanto que “tim” estaria relacionado à cor ao branco ou ao efeito brilhante. Seria, portanto, uma alusão ao metal precioso? Isabelle Combès comprovou as relações de parentesco entre os itatins e os índios chiriguanos da Bolívia, que trabalhavam com esse tipo de metais, provenientes do Alto Peru e das áreas andinas adjacentes, o que não descarta totalmente a possibilidade dos itatins terem entrado em contato com metais preciosos antes da chegada dos conquistadores²⁵⁰. Porém, a explicação do padre Ferrer sobre o topônimo não faz menção a suposta presença de metais: “Esta tierra del Itati es muy fragosa y por esto se llama Itaati que quiere decir piedras con puntas por los muchos pedregales que ay en ella”²⁵¹.

Esse dado é importante porque, no caso dos índios do Itatim, o território foi um fator de extrema importância para garantir a coesão étnica dos grupos nativos. Em outras palavras, é a partir do nome do território que surge o grupo étnico “itatines”, em meados do século XVI, passando a palavra, que até aquele momento designava um topônimo, a se tornar também um etnônimo. Conforme os estudos recentes de Isabelle Combès têm apurado,

Es cierto que los itatines, como conjunto, se dividieron y se separaron en algún momento de la historia: pero eso ocurrió en tiempos relativamente

²⁴⁹ DEL TECHO, Nicolas(S.J). *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús...Op.Cit*, tomo IV, capítulo XVI, pp.214-15.

²⁵⁰ Veja-se: COMBÈS, Isabelle. “El Paititi y las migraciones guaraníes”. In: COMBÈS, Isabelle y TYULENEVA, Vera (eds.). *Paititi. Ensayos y documentos*, Cochabamba: Ed. Itinerarios / Instituto de Misionología, Scripta Autochtona 8, primeira edição / novembro de 2011, pp. 52-98.

²⁵¹ FERRER, Diogo. “Doc: VII – Ânua...”. In: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit*, p. 30.

recientes, durante la segunda mitad del siglo XVII, hasta llegar a una separación definitiva en el siglo XVIII.²⁵²

O século XVII inauguraria, portanto, um novo momento para os itaitns, na medida em que suas dinâmicas sociais se alterariam expressivamente. Os índios que se associaram aos missionários foram os da banda oriental do Paraguai: sobre eles há mais dados disponíveis – reunidos pelos jesuítas - do que sobre os itatins ocidentais, que permaneceram apartados até o princípio do século XVIII de seus “parentes” da outra margem.

Das dinâmicas sociais

É importante também retomar as migrações dos índios itatins, que ocorreram ainda no século XVI. Essas migrações foram motivadas, segundo Branilsva Susnik, pela procura por terras cultiváveis em outras localidades, demandada pelo aumento populacional do grupo étnico itatim. Vale considerar ainda as animosidades existentes entre os itatins e os índios guaicurus. Sendo que estes últimos senhoreavam as margens do rio Paraguai desde os primeiros contatos com os colonizadores, é possível que tenham levado os itatins em busca de outras regiões, onde “los Itatines se adueñaron agresivamente de las tierras útiles, marginando a los protopobladores, pero a la vez manteniéndolos dependientes con su tradicional imposición de ‘lengua-cultura’ como expresión de una ‘periferia pacífica’”²⁵³.

²⁵² COMBÈS, Isabelle. *De la una y otra banda del río Paraguay. Historia y Etnografía de los itatines (siglos XVI-XVIII)*, Cochabamba: Ed. Itinerarios / Instituto de Misionología, Scripta autochtona 15, 2015, p.12.

²⁵³ SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay II. Etnohistoria de los guaraníes, época colonial*. Asunción: Museo etnográfico Andrés Barbero, 1979, p. 29.

Porém, os autores apontam outros fatores para as motivações migratórias. Alfred Metraux, por exemplo, creditava às migrações uma orientação xamânica e anticolonialista²⁵⁴. Por outro lado, Isabelle Combès destacou a influência da presença do metal andino, que teria levado os itatins a se deslocarem junto com os conquistadores no século XVI para outras áreas²⁵⁵. Posteriormente, as infrutíferas buscas pelos metais preciosos e a o início dos primeiros repartimentos das *encomiendas* acabariam minando tais associações hispano-guaranis, como analisado mais profundamente no primeiro capítulo.

Não obstante, no século XVII seriam outras preocupações que acometeriam os itatins. Como vimos, diversos indígenas fugiram dos ataques dos bandeirantes. Os mamelucos de São Paulo realizaram entradas ao longo da primeira metade do século XVII, pondo em risco a sobrevivência das missões jesuíticas do Paraguai. As destrutivas bandeiras realizadas nos anos de 1632 e 1633 levaram os índios ao deslocamento dos territórios reducionais em busca de abrigo em regiões mais afastadas, como o Pantanal e a outra margem do rio Paraguai. Considerando esse último caso, os itatins procuraram prontamente seus antigos aliados paiaguás, misturando-se em parte com sua gente, como conta o relato do padre João Batista Ferrufino, escrito em 1649²⁵⁶.

É provável que os índios temessem mais do que qualquer situação, a de escravidão. Segundo apontado anteriormente, o cativo indígena moldou a base da sociedade paulista na América portuguesa e possibilitou a expansão da economia voltada para o interior do continente. Diversos guaranis foram conduzidos sob coerção

²⁵⁴ METRAUX, Alfred. "The Guarani", *Op.Cit*, 1948, pp.69-94.

²⁵⁵ COMBÈS, Isabelle. "El Paititi y las migraciones guaraníes"...*Op.Cit*, p.27.

²⁵⁶ FERRUFINO, João Baptista. "Doc: XVI – Petição do padre João Baptista Ferrufino para o ouvidor Garabito para mudar os índios itatim reduzidos para outro lugar [1649]". In: CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos...Op.Cit*, p.83.

para o trabalho na costa do Brasil²⁵⁷. É possível perceber os altos custos humanos que a produção escravista representava para os índios. Além do lado violento da escravidão, havia a questão do estigma social que a condição de cativo carregava, característico da sociedade durante o período Moderno. Não se perde de vista, porém, que muitos indígenas se inseriram nas redes de escravidão e participaram da construção da sociedade escravista em diversas regiões americanas, como mostra John Monteiro em outro trabalho²⁵⁸.

Traçando uma análise comparativa com a situação na América espanhola, a *encomienda* no Paraguai parecia não representar uma realidade muito distinta para os guaranis: as severas condições impostas pelo trabalho compulsório durante longos períodos, isso sem considerar os maus-tratos, eram suficientes para reduzir a expectativa de vida da população, assegurando seu lugar nos estratos mais baixos da sociedade. Decerto, muitos guaranis acabaram preferindo a alternativa das missões, onde mesmo com perdas enormes, estariam protegidos da exploração compulsória e também da escravidão.

A alternativa de vida no interior das reduções assumiu diversos significados para os índios, inclusive o de representar um afastamento do trabalho compulsório – negociação conduzida pelos jesuítas do Paraguai junto à coroa – e, principalmente, do cativo. A historiografia demonstrou em diversas regiões as prováveis garantias que os nativos procuravam ao se vincular às reduções espanholas ou aos aldeamentos

²⁵⁷ MONTEIRO, John. “Os guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI e XVII”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo: Fapesp, pp.475-498, 1992.

²⁵⁸ MONTEIRO, John. *Negros da terra...Op.Cit.*

portugueses: a manutenção de suas terras e a proteção contra a exploração dos colonos eram suas aspirações mais comuns quando adentravam nas missões²⁵⁹.

A carta ânua da missão de Todos os Santos de Guarambaré, escrita pelo padre Diogo de Boroa para o provincial do Paraguai em 1614 narra exatamente um caso específico onde os encomendeiros estavam pressionando os índios missioneiros para que prestassem a mita fora dos *pueblos*, sendo que “un capitán que vino con alguna gente llevo un buen numero de indios (como el teniente de la Asunción vellos decían) por vía de buen gobierno, pero los indios protestaron que iban contra su voluntad”. Segundo os padres, os índios se manifestavam contra os poderes locais, representados pelos cabildos e se colocavam como súditos do monarca, alegando preferirem pagar o tributo em espécie e se recusando a servir como anteriormente aos colonos. Assim, “elles quisieron gozar de la md. que su majestad les hace para su conservación de que no salgan de sus pueblos aunque les quieran sacar, y así no salieron”²⁶⁰.

Uma das questões mencionadas constantemente pelos índios era a dificuldade do monarca espanhol em protegê-los dos abusos coloniais. Por isto, viram nos jesuítas uma forma de escapar dessa situação. Em 1630, quando tomaram conhecimento através dos inacianos que a coroa pretendia reduzir o seu tempo de trabalho, os índios da região do Guairá escreveram à metrópole com a ajuda dos padres, onde esboçaram algumas de suas percepções acerca do contexto em que se encontravam:

He monos alegrado y consolado mucho después de haber oído lo que nuestro Rey y Señor dice, y nos parece ya que de aquí adelante nos está mirando su majestad. Antiguamente cuando nos veíamos pobres y acosados de los españoles nos parecía que no tenía noticia su majestad de nosotros, pero ajora de aquí adelante después de haber oído sus provisiones reales nos

²⁵⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas...Op.Cit* ; GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio...Op.Cit* ; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades Negociadas, Op.Cit.*

²⁶⁰ BOROA, Diogo. “Doc: V – Carta ânua da missão de Todos os Santos de Guarambaré dirigida pelo padre Diogo de Boroa ao provincial Diogo Torres[28/11/1614]”. In: CORTESÃO, *Op.Cit.*, p.14.

consolamos por ver que ya la tiene y nos parece que nos está mirando y favoreciendo.²⁶¹

Gradativamente, os índios foram entendendo que não haveria grandes benefícios no contato com os espanhóis e preferiram lidar com os missionários. Relações com os colonos de ambos os lados da fronteira eram evitadas, uma vez que os índios foram se dando conta de que “no era mucha la diferencia de caer en manos de los portugueses de San Pablo o de los españoles de estas tierras; con que despues de la salida de los Padres, se ivan poco a poco escabullendo y acogiendo a sus antigos escondrijos”²⁶².

Mas voltemos ao documento escrito pelos índios. O fragmento da fonte referida, supostamente com sua redação atribuída aos índios do Guairá, demonstra como os missionários adquiriam as noções sobre os códigos do mundo colonial. Nas missões, os índios conseguiam defender seus direitos uma vez que

a comunicação escrita entre esses indígenas chegou a ter usos inesperados, tanto como meio de comunicação oficial entre as autoridades e a elite letrada das reduções como, em determinado período, serviu para enviar notícias e mensagens entre a própria população missioneira²⁶³.

Contudo, nem todos os nativos viam com bons olhos os missionários. Muitos indígenas se inseriam de outras formas no mundo colonial. Antonio Ruiz de Montoya, em “A conquista espiritual”, comenta sobre a atuação dos chamados índios *pomberos*, nas proximidades da redução de Jesus Maria, localizada na província do Guairá. Estes índios participavam ativamente do comércio de escravos guaranis que se articulava entre Assunção e São Paulo, através do caminho proibido. Estavam interessados principalmente nos artefatos de origem europeia. Portanto, trocavam nativos capturados

²⁶¹ CABILDO. “Doc: XLIX — Resposta que os índios de Santo Inácio deram aos padres Joseph Cataldino e Cristoval de Mendiola(14/08/1630)...”. In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá...*, Op.Cit, p.354.

²⁶² FERRUFINO, João Baptista. “Doc: XVI ...”, Op.Cit, p.81.

²⁶³ NEUMANN, Eduardo. *Letra de índios. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai*. 1. ed. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015, p.55.

em expedições de resgate ou em guerras por objetos que fossem de seu interesse. Além disso, os *pomberos* também buscavam assegurar abrigo, transporte e alimentação, bens de acesso difícil, principalmente a partir do século XVII, quando toda a região fronteira se desarticulava a partir das investidas dos bandeirantes. Esses índios compactuavam com os colonos, estabelecendo redes comerciais conjunturais. Nem todos estavam interessados em aderir ao projeto jesuítico, como querem muitas vezes fazer acreditar a maioria dos relatos dos inacianos²⁶⁴.

Desse modo, parece que embora a alternativa de vida oferecida pelos padres terminasse sendo a preferida pela maioria dos índios – principalmente na década de 1620, quando se multiplicaram diversas reduções espalhadas pela província do Guairá – nem todos os grupos quiseram adentrar nos espaços missioneiros. A dinâmica social era muito mais complexa e, mesmo que tentassem limitá-la, os índios encontravam margens de atuação. Conforme aponta Elisa Garcia:

Além dessas atividades oficiais, muitos índios também deixavam as missões, individualmente ou em pequenos grupos, motivados por expectativas de uma vida melhor. Alguns permaneciam nos arredores dos seus *pueblos*, outros escolhiam as cidades da região. Certamente, o que lá encontravam variava de acordo com uma série de quesitos: as suas diferentes habilidades, a conjuntura, o gênero e, claro, a sorte.²⁶⁵

Em 1634 os itatins, alertados pelos seus amigos paiaguás de que no instante em que adentrassem nas missões seriam traídos pelos missionários e conduzidos como escravos pelos espanhóis armados do Paraguai, seguiram o cacique ancião Ñanduabusú. Este se retirou com quatrocentos índios, passando para regiões distantes da onde estavam fixadas as reduções, numa clara aversão aos missionários²⁶⁶.

²⁶⁴ O caso dos índios *pomberos*, encontra-se mencionado em: MONTOYA. Antonio Ruiz de (S.J). *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639, pp.86-87.

²⁶⁵ GARCIA. Elisa Fruhauf. “Dimensões da liberdade indígena...”, *Op.Cit*, p.86.

²⁶⁶ DEL TECHO, Nicolas(S.J). *Historia de la Provincia del Paraguay...Op.Cit*, tomo IV, capítulo XXXVIII, p.287.

Dessa forma podemos discutir o quanto o impacto da presença dos bandeirantes teria condicionado os índios missioneiros a construir uma nova identidade, relacionada ao espaço reducional. As experiências negativas compartilhadas pelas populações nativas – primeiramente a submissão à *encomienda* e posteriormente à atividade bandeirante – foram responsáveis por aflorar ainda mais a nova identidade missioneira, que em meados do século XVII se encontrava em plena construção no Paraguai colonial²⁶⁷.

O mapa da figura quatro esboça a máxima expansão das missões jesuíticas em meados do século XVII, enfatizando a configuração dos itatins localizados na margem oriental do rio Paraguai. Observamos na região mais setentrional da província do Itatim, a presença do povoado espanhol de Xerez. Ao seu redor, havia vários *pueblos* guaranis, que possuíam índios encomiendados aos moradores da cidade, especialmente a partir de 1590, com os incentivos do governador do Paraguai, Hernaderias. Posteriormente, esses *pueblos* seriam transformados em missões pelos jesuítas. Localizavam-se na região imediatamente ao sul de Xerez, originalmente as primeiras reduções fundadas pelos jesuítas entre 1632 e 1633, mencionadas no segundo capítulo deste trabalho (onde se lê no mapa “primeras 4 misiones”). São elas: Los Angeles de Tacuaty, San José de Yacoroy, San Benito de Yatay e Natividad de Nuestra Señora de Taraguí.

Para consolidar a presença jesuítica e o projeto reducional – ambos ameaçados pelos colonos interessados na mão de obra guarani – seria necessário que os jesuítas os treinassem os indígenas para manusearem as armas de fogo. Desse modo, os padres defenderam as reduções, comandando as tropas indígenas.

²⁶⁷ LANGER, Protasio Paulo. *Os guarani missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional. Projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)*. Porto Alegre: Martins-Livreiro Editor, 2005. Contudo, essa ideia está presente nos estudos recentes sobre as missões do Paraguai. Ver, por exemplo: GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio...Op.Cit.*

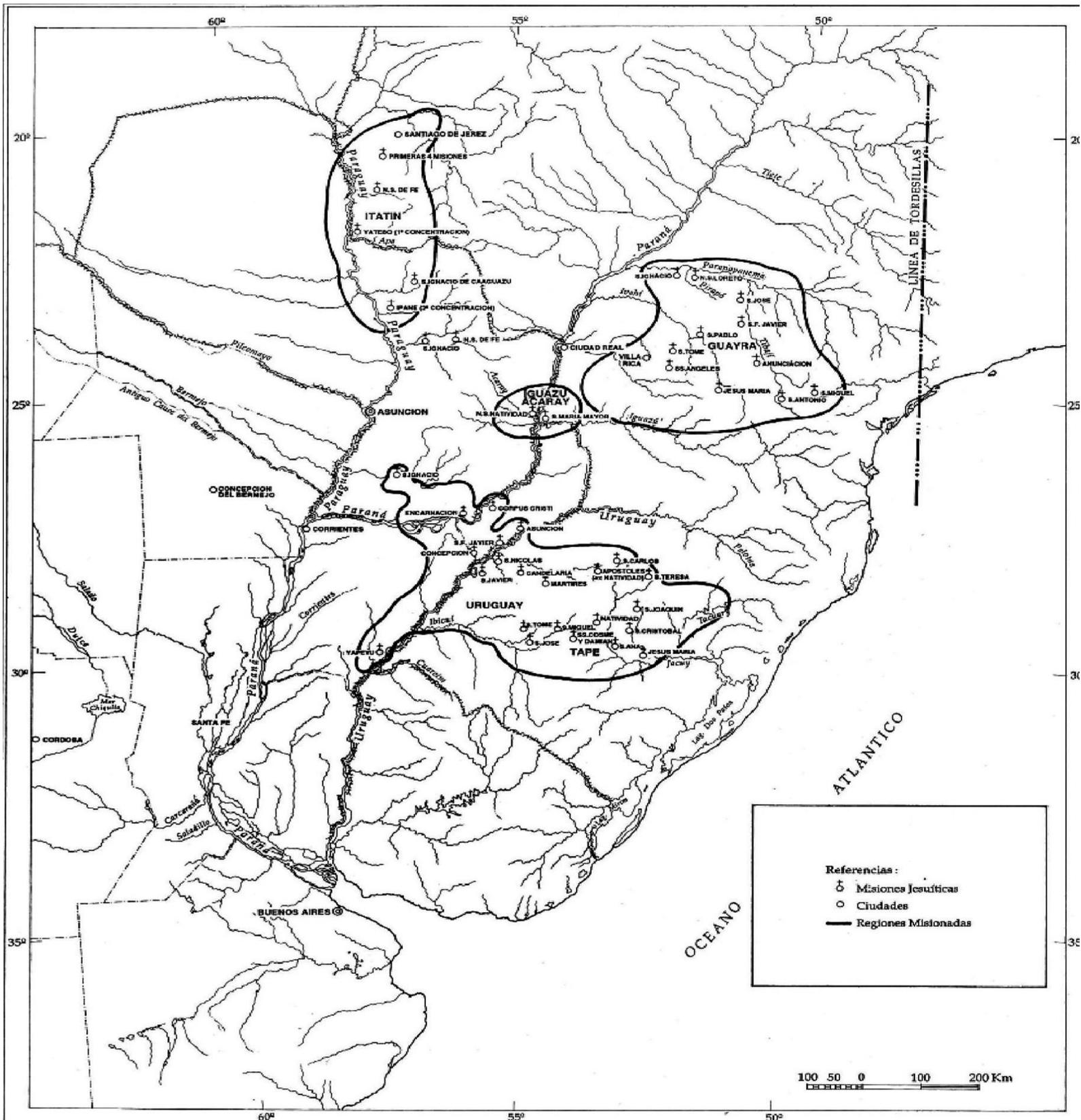


Figura 4 - Expansão das missões jesuíticas

In: MAEDER, E. J & GUITÈRREZ, Ramón. Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil.

3.4. As armas de fogo e o ocaso das missões do Itatim

(...) para la defensa de dichos pueblos son necesarias armas y Su majestad tiene mandado por una su real cédula se les den que V. S." mande que no se les quiten las que tienen y que libremente se les dejen llevar las que pudieren haber con la pólvora munición y demás cosas necesarias para el ejercicio de ellas pues no solo importa para la defensa de dichos pueblos sino también para la seguridad de los demás de esta jurisdicción y de esta ciudad pues el paso por donde pueden los de S. Pablo pasar a infestarlos es este y estando seguro y defendido lo están los demás.²⁶⁸

O trecho narrado acima remete a um caso muito particular se consideramos outras regiões da América espanhola: aos índios missioneiros coube desempenhar o papel de protetores dos limites territoriais castelhanos do Paraguai colonial, bastante indefinidos naqueles tempos. Para concluir a sua função, os índios tiveram licença do próprio monarca para utilizarem armas de fogo. Em 1652, o padre provincial, João Pastor, apresentou justificativa para a posse dessas armas pelos missioneiros: a ameaça dos mamelucos paulistas, que carregavam a mão de obra nativa para a América portuguesa e, conseqüentemente, conforme a visão dos jesuítas, essa prática seria responsável por ameaçar a soberania do monarca espanhol nesta região²⁶⁹.

Não podemos deixar de mencionar o papel político das cartas dos jesuítas e seus vínculos com determinados interesses em jogo, interesses que eles queriam prevalecer e para isso, utilizavam uma forma de retórica muito particular. Havia controvérsias acerca da utilização de armas de fogo pelos índios. Setores da sociedade colonial destacavam que os índios mudavam de vontade todo tempo. Devido a sua suposta “inconstância”, na visão desses sujeitos, jamais poderiam ser treinados em armas. As justificativas para o emprego dessas armas se baseavam, *grosso modo*, na versão de que os bandeirantes desrespeitavam a retórica das “nacionalidades” e de suas respectivas jurisdições.

²⁶⁸ PASTOR, João. “Doc: XX – Petição do provincial do Paraguai, padre João Pastor ao governador da província, Garabito de Leon, para mudar as reduções do Itatim e para que os índios usem armas de fogo, acompanhada da resposta [07/10/1652]”. In: CORTESÃO, Jaime. *Op.Cit*, p.108.

²⁶⁹ Idem.

Uma situação muito controversa que aconteceu em 1643 serviu para alarmar os setores coloniais sobre a utilização de armas pelos indígenas. Nicolas del Techo narra como o cacique e xamã do Itatim, Ñanduabuçu, encabeçou uma rebelião contra a presença dos padres jesuítas nas missões. O cacique era habitante da missão de Santa Fé de Taré e contou com o apoio de sua família para articular a rebelião, onde participaram seu filho Yaguasu e seus sobrinhos como líderes. Entretanto, os missionários, temendo uma agitação ampla dos índios, articularam a saída do cacique da redução, que foi expulso e mandado para as missões do Uruguai. Lá ficaram retidos em Yapeyú²⁷⁰. Segundo o relato do inaciano Barnabé de Bonilla, em retaliação à prisão e a deportação da liderança indígena do Itatim para o Uruguai, os itatins se revoltaram e assassinaram o padre Pedro Romero, quando este foi em missão para a outra margem do rio Paraguai recrutar os índios itatins e alguns paiaguás²⁷¹.

Para os itatins muitas vezes a única solução para remediar os danos causados pelos bandeirantes e também por seus inimigos indígenas era possuir armas de fogo, embora a sociedade colonial temesse um acúmulo de poder nas mãos dos “inconstantes” nativos, treinados pelos missionários. Em 1657, o franciscano Gabriel de Valencia, que havia sido membro da Companhia de Jesus no Paraguai durante quinze anos, escreveu uma carta tecendo diversas críticas ao comportamento autônomo que os jesuítas assumiam. Um dos assuntos que ele destacou foi a polêmica em torno do uso de armas de fogo dentro das missões. Dentre outras razões ligadas aos jesuítas, segundo o frei, a necessidade do emprego de armas também era infundada por conta da instabilidade dos índios:

²⁷⁰ DEL TECHO, Nicolas (S.J). *Op.Cit*, Tomo V, capítulo XIV, pp.269-271.

²⁷¹ Importante lembrar que Ñanduabuçu era o feiticeiro mais importante do Itatim e possuía muitos índios sob seu comando: “(...) conjurados por un gran hechicero dieron la muerte al do venerable Padre”. BONILLA, Barnabé de. “Doc: XIX – Testemunho do padre Barnabé de Bonilla sobre algumas mudanças havidas com as reduções do Itatim [26/03/1652]”. In: CORTESÃO, *Op.Cit*, p.104.

Los riesgos de estas armas de fuego (..) es cosa que no pide discursos, sino remedios. lo primero porque sin culpa de la compañía, a lo menos actual, pueden los mismos indios alzarse no más que por ser indios fáciles, mudables, inquietos y medrosos y dando muerte a los Padres Doctrinantes.²⁷²

Segundo o franciscano, os índios não deveriam em hipótese alguma portar armas de fogo porque eram “inconstantes, inquietos e medrosos”. Na visão dele, ainda que estivessem sob o comando dos inacianos, poderiam facilmente se voltar contra os padres missionários devido a sua “natural inconstância”. Sobre a questão, respondeu o padre Diogo de Boroa em um memorial escrito em 1652. Nele, o jesuíta afirma que “saca claro que el temor de que los indios hagan daño al Paraguay con las armas de fuego, no tiene fundamento, porque mal pueden hacer daño con las armas, que no tienen, ni están en su poder, solo en el del padre, que se las da (...) para su defensa”²⁷³. Naqueles tempos, após as vitórias em M’Bororé, que aconteceram mais de dez anos antes, o uso de armas de fogo já estava bastante avançado no Paraguai. Por isso, os jesuítas precisavam reforçar a necessidade de usá-las e em que circunstâncias elas eram acionadas.

Em 1659, o governador de Buenos Aires, Pedro Baigorri, escreveu uma carta para o monarca espanhol na qual fez uma denúncia sobre o governador do Paraguai, Juan Blasquez de Valverde. No documento, acusou seu colega em Assunção de sustentar desconfianças em relação aos jesuítas e defender a retirada dos índios das missões para serem entregues aos colonos. Baigorri ponderou sobre a necessidade da manutenção dos nativos no interior das missões, justificando que, sob a orientação dos jesuítas, os índios eram responsáveis pela proteção, organização e defesa do território espanhol contra as ameaças dos invasores portugueses na fronteira. Segundo ele, os

²⁷² VALENCIA, Gabriel de. ”Doc: XV - Cópia de uma carta do governador de Tucumã para Frei Gabriel de Valencia, franciscano, mas egresso da Companhia de Jesus, pedindo notícias sobre esta, com a respectiva resposta, contendo informes muito particulares sobre toda a província jesuítica do Paraguai e as atividades de seus membros [20/03 a 08/05 de 1657]”.

²⁷³ BOROA, Diogo de. “Doc: XXII – Memorial do padre Diogo de Boroa dirigido ao visitador Garabito de Leon, para que não se tire as armas dos índios do Paraná e Uruguai [1652]”. In: CORTESÃO, Jaime. *Op.Cit.*, pp. 111-112.

numerosos guaranis eram extremamente fiéis, obedientes ao monarca e aos seus governadores. Prestaram serviços diretos ao rei, garantindo as posses das terras pela monarquia. Por isso, mereciam ser tratados como súditos dignos, em condições semelhantes aos espanhóis: eram “el nervio mas fuerte destas fronteras”²⁷⁴.

Devido a estima conferida aos missioneiros, especialmente após a vitória em M’Bororé e os consequentes trabalhos desenvolvidos pelos índios na montagem da defesa das fronteiras²⁷⁵, os jesuítas escreveram ao vice-rei do Peru para garantir definitivamente que seus doutrinantes não tivessem que prestar a mita e o serviço pessoal. Alegavam que direcionar os indígenas para o trabalho colonial se mostraria um grande equívoco, uma vez que os nativos estavam ocupados prestando serviço direto à monarquia espanhola, defendendo o Paraguai da ocupação paulista:

El dicho memorial representa el dicho Padre, y ser ajustadas y ciertas, que S.E reciba por vasallos de S.M. los indios de dichas provincias nuevamente convertidos: y desde luego sean declarados por tales y pertenecientes á la Real Corona, y por presidiarios del presidio y opósito de los portugueses del Brasil: y que por ahora sean relevados de mitas y servicio personal, puesto que asisten en el dicho presidio, en que se les juzga bastantemente ocupados en servicio de S.M. y causa pública: y por ahora asimismo, solamente paguen de tributo á S.M. en reconocimiento de señorío, un peso de ocho reales por cada indio, en plata, no en especie.²⁷⁶

Anos antes, em 1648, os itatins e os padres missionários enfrentaram enormes dificuldades quando irrompeu a bandeira de Raposo Tavares, que, uma vez partindo de São Paulo, atingiu proporções consideráveis no Paraguai, chegando a ser sentida na

²⁷⁴ BAIGORRI, Pedro. “Doc: XXVII – Carta do governador de Buenos Aires, D. Pedro Baigorri, para o Rei de Espanha, em defesa da Companhia e dos índios guarani [15/03/1659]”. In: CORTESÃO, *Op.Cit*, p.275.

²⁷⁵ Sobre esta importância ver especialmente: NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial...Op.Cit*.

²⁷⁶ LOS REYES, Conde de Salvatierra. “Tributo de un peso en plata. Decláranse los Guaranés guarnición de frontera”. In: HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, Vol. I, 1913, p.515.

margem ocidental do rio. Os bandeirantes assolaram as missões, perseguiram os indígenas e capturaram muitos escravos nesta ocasião.

Envolvidos na polêmica sobre a suposta existência de minas de ouro dentro das reduções e respondendo às suspeitas de que teriam sonegado do tesouro do rei tais riquezas, os missionários acabariam por perder o poder temporal que tinham sobre as missões. Nesse episódio teve enorme influência a figura do bispo do Paraguai, Bernardino de Cárdenas, ferrenho opositor da Companhia de Jesus. Contudo, dois anos depois, em 1650, o novo governador do Paraguai – Sebastian de Leon – restituiria os inácianos, acreditando que sem eles seria uma tarefa impossível assegurar a paz com os infiéis²⁷⁷.

Com a sua retomada, puderam os padres organizar o deslocamento definitivo das missões para o sul do rio Jejuí – que até aquele momento era a divisa meridional da província do Itatim – em direção à cidade de Assunção. Assim, os itatins acabariam abandonando definitivamente o seu território original. As missões foram trasladadas para Ipané e Aguaranambi em 1650. Não perduraram, sendo logo saqueadas. Desta vez não pelos paulistas, mas pelos índios guaicurus, que representariam uma ameaça para as reduções deslocadas.

O ocaso definitivo das missões do Itatim ocorreria em 1660, ano em que se instalou a rebelião guarani em Arecayá, que foi reprimida pelos espanhóis em conjunto com os itatins. Desse aspecto, podemos deduzir que nessa época os itatins já se encontravam identificados como missioneiros.

²⁷⁷ BONILLA, Barnabé de. “Doc: XIX...”. In: CORTESÃO, *Op.Cit*, p.105.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho busquei abordar a história do grupo étnico itatim, enfatizando a época em que estiveram submetidos às missões jesuíticas, na condição de súditos da monarquia espanhola. Partindo deste tema, procurei complexificar a trajetória desses índios, desconstruindo as percepções simplistas acerca das populações nativas e demonstrar o lugar que os itatins ocupavam dentre os povos do Paraguai. Vimos, no decorrer dos capítulos, como as tensões existentes entre os diversos projetos que se apresentavam para as populações indígenas que aderiam à colonização provocaram transformações nas maneiras que os índios articulavam suas próprias políticas.

Além disso, consideramos também não apenas os itatins missioneiros, mas também os índios que ficaram de fora das reduções jesuíticas. Estes mantinham contatos muito próximos com aqueles que foram para as missões. Quando ampliamos o olhar sobre um território específico como o Itatim, percebemos a articulação que exista entre os diversos interesses em jogo. Muito mais complexas do que as explicações dicotômicas, que se baseavam em grande medida na suposta oposição entre colonos e jesuítas, se destacaram as análises que consideraram as trajetórias de sujeitos históricos concretos. Seus interesses estavam em jogo, especialmente pelo controle da mão de obra indígena, que foi o alicerce da colonização na região do Paraguai, como apontou John Monteiro²⁷⁸.

Dessa forma, à luz da antropologia histórica, podemos desvendar o passado dos itatins e perceber algumas de suas expectativas. Quando, nos contatos iniciais, os itatins

²⁷⁸ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra... Op.Cit.*

foram submetidos ao regime de trabalho compulsório, logo buscaram nos jesuítas e no espaço reducional uma alternativa à exploração colonial. Com isso, não perderam sua identificação étnica, mas a reelaboraram na medida em que aderiram ao projeto missionário. O que ficou claro foi a mudança na maneira como os colonizadores passaram a ver esses índios fronteiriços. Se antes eles eram a chave para encontrar metais preciosos e, conseqüentemente, livrar o Paraguai da situação de isolamento comercial no qual a região se encontrava no século XVI e no início do XVII, posteriormente os itatins desempenhariam um importante papel como guarnições de fronteira. Este é um longo processo, embora, no período destacado nesta pesquisa, tenha havido uma transição entre essas duas realidades.

Os custos foram altos para os itatins: foram deslocados de seu território, tiveram suas terras reduzidas, ficaram a mercê dos jesuítas em diversos assuntos relacionados diretamente com eles. Além disso, com o surto bandeirante, foram apossados pelos paulistas e tiveram que procurar outros assentamentos mais afastados de seu território original.

No entanto, podemos pensar de maneira invertida, no que aprenderam. Em grande medida, protagonizaram a sua própria história, no momento em que optaram, mesmo com toda a dificuldade, por se tornar missionários. Devido à localização da província do Itatim, a análise de sua história conecta as trajetórias dos diversos povos que ocupavam a América espanhola e também a portuguesa.

Fontes e referências bibliográficas

A) Fontes primárias e séries documentais (impressos):

AZARA, Felix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Rio de la Plata*. Imprenta de Sanchiz, Madrid: Biblioteca Nacional de España. Tomo I-II, 1847.

CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. “Relación general” [1545]. In: *Relación de los naufragios y comentarios*, vol. 2, edited by Manuel Serrano y Sanz. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1906.

CHARLEVOIX, Pedro Francisco Javier de. (S.J). *Historia del Paraguay*. Del original *Histoire Du Paraguay*, Paris, 1757. Traducida AL castellano por el P. Pablo Hernández. Madrid: Victoriano Suarez. Imprenta de Fortanet, 1912. (Colección de libros y documentos referentes a la Historia de América).

CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952.

CABILDO. “Doc: XLIX – Resposta que os índios de Santo Inácio deram aos padres Joseph Cataldino e Cristoval de Mendiola, quando estes lhes comunicaram as provisões reais em que manda aos índios das reduções não sirvam mais que dois meses, nem sejam levados à Maracaju na estação doentia. Acompanhado de testemunho de vários padres da Companhia. Santo Inácio, [14/08/1630]”.

MONTOYA, Antonio Ruiz. “Doc: LX - Cópia da petição do padre Antônio Ruiz de Montoya à sua majestade, relatando os estragos dos índios infieis e dos paulistas nas reduções da Companhia de Jesus e pedindo-lhe licença para que as ditas reduções possam ter armas de fogo e assim defender-se das invasões dos paulistas [1640]”.

CORTESÃO, Jaime. (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952.

ALTAMIRANO, Diego Francisco de. “Doc: XXIV - Ânua dos anos de 1653 ao fim de 1654 sobre o colégio de Salta, as missões do Chaco, do vale do Calchaqui; colégios de S. Miguel, Santiago del Estero, Córdoba, Buenos Aires, Santa Fé e Rioja, Assunção; missões do Itatim, Vila Rica; reduções do Paraná e Uruguai, Nossa Senhora de Encarnação de Itapuá, Santo Inácio do Paraguai, Nossa senhora de Loreto, Santo Inácio do Guairá, Conceição e outras reduções[1654]”.

ANÔNIMO. “Doc:XXIII – Protesto anônimo de um padre da Companhia junto a uma autoridade anônima contra a acusação de infidelidade ao rei lançada à Companhia. [10/05/1653]”.

_____. “Doc: XVII – Conflitos da missão do Itatim com o bispo de Assunção e com algumas bandeiras paulistas [1650]”.

BAIGORRI, Pedro. “Doc: XXVII – Carta do governador de Buenos Aires, D. Pedro Baigorri, para o Rei de Espanha, em defesa da Companhia e dos índios guarani [15/03/1659]”.

BERTHOD, Manuel. “Doc: XVIII – Testemunho do padre Manuel Berthod sobre a história das reduções do Itatim [20/03/1652]”.

BONILLA, Barnabé de. “Doc: XIX – Testemunho do padre Barnabé de Bonilla sobre algumas mudanças havidas com as reduções do Itatim [26/03/1652]”.

BOROA, Diogo de. “Doc: V – Carta ânua da missão de Todos os Santos de Guarambaré dirigida pelo padre Diogo de Boroa ao provincial Diogo Torres [28/11/1614]”.

_____. “Doc: XXII – Memorial do padre Diogo de Boroa dirigido ao visitador Garabito de Leon, para que não se tire as armas dos índios do Paraná e Uruguai [1652]”.

DAVILLA, Pedro. ”Doc: IX – Representação do governador de Buenos Aires D.Pedro Estevão Davila à Felipe IV em que denuncia os graves danos causados pelos paulistas à província do Paraguai e propõe meios para remediá-los [12/10/1637]”.

DE FRIAS, D. Manuel. ”Doc: VI – Licença de D.Manuel de Frias, governador da província do Paraguai, para que, em caso de conveniência, se possa fazer mudança da Cidade de Xerez [20/10/1625]”.

DEL TECHO, Nicolas. “Doc: XXXIII – Representação do padre Nicolau del Techo pedindo armas de fogo ao governador do Paraguai para defesa das reduções ameaçadas pelos bandeirantes [10/05/1676]”.

FERRER, Diogo. “Doc: VII – Ânua do padre Diogo Ferrer para o provincial sobre a geografia e etnografia dos indígenas do Itatim [21/08/1633]”.

FERRUFINO, João Baptista. “Doc: XV – Trecho da carta ânua da província do Paraguai dos anos de 1645 e 1646 pelo padre João Baptista Ferrufino [29/07/1647]”.

_____. “Doc: XVI – Petição do padre João Baptista Ferrufino para o ouvidor Garabito para mudar os índios itatim reduzidos para outro lugar [1649]”.

PASTOR, João. “Doc: XX – Petição do provincial do Paraguai, padre João Pastor ao governador da província, Garabito de Leon, para mudar as reduções do

Itatim e para que os índios usem armas de fogo, acompanhada da resposta [07/10/1652]”.

PUCHETA, Baltasar de. “Doc: VIII – Petição apresentada ao governador do Paraguai pelo procurador geral de Assunção na qual acusa os jesuítas e suplica que os índios do Itatim voltem a prestar serviço pessoal [10/051637]”.

VALENCIA, Gabriel de. ”Doc: XV - Cópia de uma carta do governador de Tucumã para Frei Gabriel de Valencia, franciscano, mas egresso da Companhia de Jesus, pedindo notícias sobre esta, com a respectiva resposta, contendo informes muito particulares sobre toda a província jesuítica do Paraguai e as atividades de seus membros [20/03 a 08/05 de 1657]”.

ZURBANO, Lupércio de. “Doc: XI – Instrução do padre provincial Lupércio de Zurbarano para os missionários do Itatim. [20/09/1643].”

DIAZ DE GUZMAN, Ruy. *La Argentina manuscrita*. 3ª ed. Buenos Aires: Ed. Estrada, 1955.

DEL TECHO, Nicolas (S.J). *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús*. Versión Del texto latino por Manuel Serrano y Sanz, con un prólogo de Blas Garay. Tomo I-V, Madrid: Librería y Casa Editorial A de Uribe y Compañía. Asunción Del Paraguay, 1897. (Biblioteca Paraguaya).

IRALA, Domingo Martínez de. “Carta al consejo de Indias. Asunción, 24 de julio de 1555”. *Cartas de Indias*. Madrid: Atlas: pp. 571-578, [1555], 1877.

_____. “Relación de la jornada al norte”. In: JULIEN, Catherine. *Desde el Oriente. Documentos para la historia del Oriente boliviano y Santa Cruz la Vieja (1542-1597)*. Santa Cruz: fondo editorial municipal, doc.1: 1-11, [1543], 2008.

LOS REYES, Conde de Salvatierra. “Tributo de un peso en plata. Decláranse los Guaraníes guarnición de frontera”. In: HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, Vol. I, 1913.

LOZANO, Pedro (S.J). *Historia de la conquista del Paraguay, Rio de la Prata y Tucumán*. Buenos Aires: Vol. I-II, 1874.

MONTOYA. Antonio Ruiz de (S.J). *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639.

PASTELLS, Pablo (S.J). *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia Del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brazil), según los documentos originales del Archivo General de Indias*, extractado y antados por Pablo Pastells, S.J, Tomos I-II, Madrid, 1912-1933.

SCHMIDEL, Ulderico, *Viaje al Rio de la Plata y Paraguay*. Imprenta del Estado, Buenos Aires, 1836.

Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias. “Livro VI – De los indios”. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1973[1680].

B) Obras e artigos de referência:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. "Um Tesouro Descoberto: imagens do índio na obra de João Daniel". *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, v. 3, n.5, p. 147-160, 1998.

_____. "Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX)". In: ABREU, Martha ;SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 189-212, 2009.

_____. "História e Antropologia". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*: Rio de Janeiro: Campus, pp. 151-168, 2011.

_____ & ORTELLI, S. "Introducción". "Atravesando fronteras. Circulación de población en los márgenes iberoamericanos. Siglos XVI-XIX". *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. x, p. X-X, 2011.

ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *Casuismo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del derecho moderno*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del derecho, 1992.

AUSTIN, Shawn Michael. "Guarani kinship and the encomienda community in colonial Paraguay, sixteenth and early seventeenth centuries". *Colonial Latin American Review*, 24:4, pp. 545-571, 2016.

AVELLANEDA, Mercedes. "La esclavitud indígena en el Paraguay. Cautiverio, intercambios y procesos de legitimación, siglos XVI, XVII y XVIII". In: Salinas, M. L. y M. G. Quiñones (comps.); *Fuentes para la Historia Social. Nuevas miradas y perspectivas*, Buenos Aires: Rosario, Ediciones Didascálica, pp.123-149, 2014.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOCCARA, Guillaume. "Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Enlínea], Debates, 2001, Puesto en línea el 08 febrero 2005. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org>.

_____. "Colonización, resistencia y etnogénesis en las fronteras de las Américas". In: _____. *Colonización, Mestizaje y Resistencia en las Américas*, Lima/Quito, Instituto Francés de Estudios Andinos/Ed. Abya Yala, p. 47-82, 2002.

_____. “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel”. *Memoria Americana* [online]. 2005, n.13, pp. 21-52.

_____. “Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n°.23, 2007.

BOLTON, Herbert Eugene. “La misión como institución de la frontera en el septentrión de Nueva España”. *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera*, Anexo 4, Revista de Indias, Madrid: CSIC, pp. 45-60, 1990 [1917].

BOXER, Charles. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Brasiliana, Volume 353. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto, 1973.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades Negociadas: Povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo: Alameda, 2014.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. [Tese de doutorado], Campinas: Unicamp, 2005.

CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CASTELO BRANCO, B. “O Nervo Mais Forte das Fronteiras: Dinâmicas sociais dos índios no Paraguai [séculos XVI e XVII]”. *Revista Cantareira* (UFF), Niterói, v. 21, p. 05-16, 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira>

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COMBÈS, Isabelle. *De la una y otra banda del río Paraguay. Historia y Etnografía de los itatines (siglos XVI-XVIII)*, Cochabamba: Ed. Itinerarios / Instituto de Misionología, Scripta autochtona 15, 2015.

_____. “El Paititi y las migraciones guaraníes”. In: COMBÈS, Isabelle y TYULENEVA, Vera (eds.). *Paititi. Ensayos y documentos*, Cochabamba: Ed. Itinerarios / Instituto de Misionología, Scripta Autochtona 8, primeira edição / novembro de 2011, pp. 52-98.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, [1958], 2012.

DALCIN, Éverton. *Cárdenas e Jesuítas na província do Paraguai do século XVII: disputa e sobreposição de poderes*. [dissertação de mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DE JONG, Ingrid y RODRÍGUEZ, Lorena. “Introducción”. “Dossier mestizaje, Etnogénesis y Frontera”. *Memoria Americana*, vol. 13, online, 2005, pp. 9-19.

DOMINGO, Rafael Sanchez. “Las Leyes de Burgos de 1512 y la doctrina jurídica de la conquista”. *Revista Jurídica de Castilla y León*. Burgos: nº 28, 2012, 55 pgs.

DURÁN STRAFO, Margarita. *Presencia franciscana en el Paraguay, 1538-1824*. Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1987.

EISENBEG, José. *As missões e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina Colonial. Vol. 1*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

ELLIS, Myriam. “A presença de Raposo Tavares na expansão paulista”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 9, 1970, p.23-61.

FARBERMAN, Judith y RATTO, Silvia. (coords.) *Historias mestizas en el Tucumán colonial y las pampas, siglos XVII-XIX*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

FERGUSON, R. Brian & WHITEHEAD, Neil. “The violent edge of empire”. In: *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 1992.

FREITAS, André Luis. *Reduções jesuítico-guarani: espaço de diversidade étnica*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), (Brasil), 2011.

FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Ediciones Teoría, 1962.

GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GANSON, Barbara, *The Guarani under Spanish Rule in the Río de la Plata*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

GARCIA, Claudia. “¿Zambos o indios? Mestizaje y etnogénesis em la Costa Caribe de Nicaragua y Honduras”. In: Giudicelli, Christophe (ed.). *Fronteras movilizadas*. México: centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, pp. 231-248, 2010.

GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

_____. “‘Ser índio’ na fronteira: limites e possibilidades. Rio da Prata, c. 1750-1800”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 31 janvier 2011.

_____. “Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII”. *Tempo - Revista do Programa de pós-graduação em História da UFF, Vol. 19 n. 35 / Dossiê: Missões na América Ibérica – dimensões políticas e religiosas*, Niterói, 2013.

_____. “Conquista, sexo y esclavitud en la cuenca Del Río de la Plata. Asunción y São Vicente en mediados del siglo XVI”. *Americanía. Revista de Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época, Sevilla, n. 2, pp. 39-73, jul-dic, 2015.

GIRAUDO, Laura. “Entre rupturas y retornos: la nueva cuestión indígena en América Latina”. In: _____. (ed.). *Ciudadanía y derechos indígenas en América Latina: poblaciones, estados y orden internacional*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007. Cuadernos y Debates, n.179, pp. 7-57.

GUY, Donna J. & SHERIDAN, Thomas E. (ed.). *Contested Ground. Comparatives Frontiers on the Northern and Southern Edges of the Spanish Empire*. Tucson: The University of Arizona Press, 1998.

HANKE, Lewis. *The Spanish struggle for justice in the conquest of America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1949.

HANNERZ, Ulf. “Fluxos, fronteiras, híbridos. Palavras-chave da antropologia transnacional”. *Revista Mana*, vol. 3(1), pp: 7-39, 1997.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões, séculos XVII-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HEMMING, John. “Os índios e a fronteira no Brasil colonial”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. v.2. São Paulo: EDUSP/Brasília: FUNAG, 1999, pp. 424-469.

_____. *Ouro Vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, [1978]2007.

HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, Vol. I-II, 1913.

HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

HESPANHA, Antonio Manuel. “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime”. *Tempo - Revista do Programa de pós-graduação em História da UFF*, Vol.21, Niterói, pp.121-143, 2006.

HILL, Jonathan. (Org). *History, Power and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. (3ª edição). São Paulo: Companhia das letras, 1994.

_____. *Raízes do Brasil*. 26ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995[1936].

JACKSON, Robert. H. *Demographic change and ethnic survival among the sedentary populations on the Jesuit mission frontiers of Spanish South America, 1609-1803: the formation and persistence of mission communities in a comparative context*. Boston: Leiden, Brill, “European expansion and indigenous response”, vol. 16, 2015.

JULIEN, Catherine. *Desde el Oriente. Documentos para la historia del Oriente boliviano y Santa Cruz la Vieja (1542-1597)*. Santa Cruz: fondo editorial municipal, 2008.

KERN, A. A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. “Do pré-urbano ao urbano. A cidade missioneira colonial e seu território”. *Cadernos IHU ideias*. Ano 10, nº172, pp.1-23, 2012.

LANGER, Protasio Paulo. *Os guarani missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional. Projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)*. Porto Alegre: Martins-Livreiro Editor, 2005.

MAEDER. E. J. “Las fuentes de información sobre las misiones jesuíticas de guaraníes”. In: *Teología: revista de la Facultad de Teología de la Pontificia Universidad Católica Argentina*, nº50, 1987, pp.143-63.

_____. *Misiones del Paraguay: Conflicto y disolución de la sociedad guaraní*, Madrid: Mapfre, 1992.

_____. “Las misiones jesuíticas” In: TELESCA, Ignacio (Org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, pp. 113-133.

_____. & GUITÈRREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2010.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. 2 ed. São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

MATIENZO, W. Javier. “La encomienda y las reducciones jesuíticas de América Meridional”. *Temas Americanistas* nº 21, Sevilla: 2008 pp. 67-84.

MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido; ensayos de etnohistoria*. 2a. ed. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1988.

_____. & NAGEI, Liane Maria. *Guaraníes y jesuitas en tiempo de las Misiones, una bibliografía didáctica*. Santo Ângelo, URI. Centro de Cultura Misionera, Asunción, CEPAG, 1995.

METRAUX, Alfred. “The Guarani”. *Handbook of Southamerican Indians, vol. 3: The tropical Forest tribes*, Washington, Smithsonian Institute, pp.69-94, 1948.

MINTZ, Sidney W. “Cultura: uma visão antropológica”. In: *Tempo - Revista do Programa de pós-graduação em História da UFF*, nº28, pp.223-237, 2010[1982].

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

_____. “Os guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI e XVII”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo: Fapesp, pp.475-498, 1992.

_____. “Labor systems, 1492-1850”. In: Coatsworth, H.; Cortés-Conde, Roberto; Bulmer, Thomas V. (eds). *Cambridge Economic History of Latin America vol.1: The Colonial Era and the Short Nineteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/>

_____. “Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais”, in: *Tempos Índios: Histórias e Narrativas do Novo Mundo*, (orgs.) John Monteiro e Carlos Fausto, Lisboa, 2007.

MORNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1968.

_____. *La mezcla de razas en la historia de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1969.

_____. “A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no período colonial”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. V. 2, São Paulo: Edusp, 1980, pp.187-217.

NECKER, Loius. *Indiens Guarani et chamanes franciscains. Les premières réductions du Paraguay (1580-1800)*. Paris: Anthropos.

NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

_____. *Letra de índios. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai*. 1. ed. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

NORDENSKIÖLD, Erland. “The Guarani invasion of the Inca empire in the sixteenth century: an historical Indian migration”. In: *The Geographical Review*, vol. IV, p. 103-121. New York: The American Geographical Society, 1917. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/nordenskiold_1917_invasion

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ (Org.). In: *A Viagem de Volta – etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, pp.11-36.

_____. “Narrativas e Imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira”. In: *O nascimento do Brasil e outros ensaios: ‘pacificação’, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, pp.161-191.

_____. “A conquista do vale amazônico: fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório”. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: ‘pacificação’, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, pp.117-160.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. “Clio na Companhia de Jesus: notas sobre a historiografia jesuítica das reduções do Paraguai”. *Revista de Teoria da História*, Ano 7, Volume 14, Número 2, Novembro/2015 Universidade Federal de Goiás, pp.79-108.

PALOMO, Federico. “La memoria del mundo: clero, erudición y cultura escrita en los imperios ibéricos de la Edad Moderna”, *Monográfico de Cuadernos de Historia Moderna*. Madri: Anejos, 13, pp.11-26, [introdução], 2014.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo: Fapesp, 1992.

PIMENTEL; S. K. *Elementos para uma teoria política Kaiowá e guarani*. Tese de doutorado apresentada na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

POENITZ, Edgar & POENITZ, Alfredo. *Misiones, província guaraníca: defensa y disolución (1768-1830)*. Posadas: Editorial Universitária, Universidad Nacional de Misiones, 1998.

POLONI-SIMARD. Jacques. *El mosaico indígena: movilidad, estratificación social y mestizaje en el corregimiento de Cuenca (Ecuador) del siglo XVI al XVIII*, Quito: Abya-Yala, 2006.

_____. “Redes y Mestizaje: Propuestas para el análisis de la sociedad colonial”. In: BOCCARA, Guillaume y GALINDO, Sylvia. (Eds.). *Lógica Mestiza en América*. Temuco: Ed. Universidad de La Frontera-Instituto de Estudios Indígenas. 2000, pp.113-137.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

QUARLERI, Lía. *Rebelión y Guerra en las fronteras del Plata. Guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

QUIJADA, Mónica. “¿Hijos de los barcos o diversidad invisibilizada? La articulación de la población indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX)”, *Historia Mexicana*, vol.53, n.2, 2003, pp. 469-510.

RAMINELLI, R. J. *Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Fapesp/Jorge Zahar, 1996.

RATTO, Silvia. “El debate sobre la frontera a partir de Turner”. *La New Western History*, los *Borderlands* y el estudio de las fronteras en Latinoamérica”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"* 24 (2): 2001, pp. 105-126.

ROULET, Florencia. *La resistencia de los guaraní del Paraguay, a la conquista española (1537-1556)*. Posadas: Ed. Universitaria Universidad Nacional de Misiones, 1993.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. *Revista brasileira de História* [online]. 1998, vol.18, n.36, pp. 187-250.

_____. “New Directions in Bandeirismo Studies in Colonial Brazil”. In: *The Americas, Rethinking Bandeirismo in Colonial Brazil*, Academy of American

Franciscan History, Vol. 61, No. 3, 2005, pp.353-371. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4490919>

SARREAL, Julia. *The Guaraní and Their Missions. A Socioeconomic History*. California: Stanford University Press, 2014.

SERVICE, Elman. *Spanish Guaraní relations in early colonial Paraguay*. Greenwood Press, Connecticut, 1971.

_____. “The Encomienda in Paraguay”. In: WEBER, David. J & RAUSCH, Jane. M. *Where Cultures Meet: Frontiers in Latin American History*. Wilmington, DE: Scholarly Resource s Inc, 1994[1951], pp.99-115.

SOUSA, Neimar Machado de. *A Redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim: entre a cruz e a espada*. Campo Grande: UCDB, 2002.

SPALDING, Karen. “¿Quiénes son los indios?”, In: *De indio a campesino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974, pp. 147-193.

STERN, Steve. “Una divisoria histórica”. In: *Los pueblos indígenas del Perú y el desafío de la conquista española-Huamanga hasta 1640*. Madri: Alianza, 1986, pp. 93-132.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay II. Etnohistoria de los guaraníes, época colonial*. Asunción: Museo etnográfico Andrés Barbero, 1979.

TUER, Dorothy Jane. *Tiger and Crosses: the Transcultural Dynamics of Spanish-Guaraní Relations in the Río de la Plata: 1516-1580*, PhD Thesis, Department of History, University of Toronto, 2011.

TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira no Oeste Americano”. In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EDUFF, [1893]2004.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VILARDAGA, José Carlos. “Caminhos e conexões na América Meridional”. In: _____. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América Portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, pp.189-280.

WEBER, Max. “Relações comunitárias étnicas”. In: _____. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1994, p.267-277.

WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1991.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

_____. “Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas. Dinámicas políticas y transacciones simbólicas”. *Revista Complutense de Historia da América*. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas, Argentina: 2001, 27: pp. 69-106.

ZAVALA, Silvio. *La encomienda indiana*. Madrid: Junta para Ampliación de Estudios, Centro de Estudios Históricos, 1935.